



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES – CH  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA- UAHG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**DANIEL MAX DOS SANTOS LIMA**

**A AGROINDÚSTRIA DO TOMATE E AS MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS  
VIVENCIADAS PELOS ÍNDIOS XUKURU E PEQUENOS AGRICULTORES EM  
PESQUEIRA (1950-1970)**

Campina Grande/PB

Abr./2015

**DANIEL MAX DOS SANTOS LIMA**

**A AGROINDÚSTRIA DO TOMATE E AS MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS  
VIVENCIADAS PELOS ÍNDIOS XUKURU E PEQUENOS AGRICULTORES EM  
PESQUEIRA (1950-1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, na Linha de Pesquisa Cultura, Poder e identidades, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Edson Hely Silva.

Campina Grande/PB

Abr./2015

**DANIEL MAX DOS SANTOS LIMA**

**A AGROINDÚSTRIA DO TOMATE E AS MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS  
VIVENCIADAS PELOS ÍNDIOS XUKURU E PEQUENOS AGRICULTORES EM  
PESQUEIRA (1950-1970)**

**Banca examinadora**

---

Prof. Dr. Edson Hely Silva (Orientador)

---

Prof. Dr. José Gabriel Silveira Correa (Examinador externo)

---

Profa. Dra. Regina Coeli Gomes Nascimento (Examinadora interna)

Campina Grande/PB  
Abr./2015

## **AGRADECIMENTOS**

O reconhecimento ao trabalho de cada um torna-se mais completo quando é acompanhado dos agradecimentos aos que contribuíram para a realização desse trabalho. Por isso, o agradecimento é indispensável.

A realização do presente trabalho seria inviável sem as valorosas contribuições que mencionarei a seguir.

Agradeço postumamente a minha mãe Maria dos Santos Lima, que mesmo não sendo letrada e sob condições econômicas muito difíceis fez de tudo que esteve ao seu alcance para assegurar e incentivar meus estudos.

Ao meu amigo de longa data Ricardo Souza, que conhecemos como Cadoca (e que eu escrevo KDOK), por ter me apresentado alguns textos da área e ao Professor Edson Silva, que hoje considero, também, um amigo.

Ao próprio professor Edson Silva, meu orientador de todas as horas, por aceitar a orientação, discutindo e me ajudando nos momentos de dúvidas e incertezas sobre os caminhos a trilhar. Pela paciência com que sempre tratou as questões pertinentes ao projeto de pesquisa e posterior Dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História na UFCG, particularmente, aqueles com quem tive aulas e pude aprimorar meus conhecimentos, como Gervácio Batista, Alarcon Ágra, José Otávio e ao professor da UFPE, José Bento. Estendo esse agradecimento aos demais docentes e funcionários do PPGH na UFCG.

Aos funcionários do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, situado na cidade do Recife.

Aos amigos de muitos anos, Ronald Oliveira com quem tratei sobre o meu projeto e Maécio Gomes com quem escrevi artigos na área ambiental. Por sempre me incentivarem e discutirem comigo sobre minha temática ou sobre assuntos correlatos, por vezes sem consenso, mas, contribuindo para o enriquecimento dos meus conhecimentos.

A minha amiga Socorro Aquino, que me socorreu com seus livros para minhas leituras na preparação pra a prova do Mestrado e discutiu comigo metodologias e formas de estudo.

Ao sempre prestativo amigo Alex, que reside em Pesqueira e me deu guarida por algumas noites quando precisei dormir na cidade. Também por me apresentar a pessoas na cidade que participaram da minha pesquisa.

A Nanã, amigo do professor Edson, também residente em Pesqueira, que conversava comigo sobre as fábricas e que me apresentou a alguns entrevistados cujas falas constam nas páginas da dissertação.

A Seu Minervino que mesmo com mais de 85 anos, relembrou sua trajetória como “trabalhador da Peixe” em conversas informais

Ao senhor Hugo Paixão, ex-administrador da Fábrica Rosa, que me foi apresentado por Nanã e que prontamente aceitou participar da pesquisa, repassando informações e dando entrevista.

Ao Sr. João Eudes que mesmo com uma agenda muito atribulada concedeu entrevista e conversou comigo prestando informações muito valiosas para o estudo sobre a agroindústria.

Ao amigo Ivanildo Nascimento que me recebeu, junto com sua família em sua casa com muita presteza, que gentilmente disponibilizou o arquivo pessoal e se colocou a disposição para ser entrevistado na condição de ex-funcionário da Fábrica Peixe.

A Jaqueline Torres, grande amiga, pela acolhida em sua casa e por se colocar a disposição para ajudar no que eu precisasse, me apresentando a pessoas como Ivanildo e Águeda (nossos entrevistados) e Genival (prestativo amigo).

Agradecimentos a Luana Andrade, pela ajuda na pesquisa em jornais no Arquivo Público e na gravação de algumas entrevistas.

Nesse rol de agradecimentos não poderia faltar os sinceros agradecimentos ao povo Xukuru do Ororubá, que simbolicamente o faço por meio da pessoa do Cacique Marcos Araújo.

Aos índios e índias Xukuru do Ororubá que participaram da pesquisa na condição de entrevistados como é o caso do Pajé “Seu Zequinha”, que com sua experiência de vida contribuiu bastante para o esclarecimento de muitas questões pertinentes ao passado do seu povo e do processo de industrialização em Pesqueira.

Ao Vice-Cacique e entrevistado de nossa pesquisa “Zé de Santa” que mais do que falar para registro, conversou bastante, se colocando sempre a disposição para que possamos ter contato com outros indígenas.

A Professora Carol, que me apresentou a algumas lideranças e indígenas entrevistados, como “Dona Maria Gorda”, ex-funcionária das fábricas e nossa entrevistada, a quem também agradeço.

Agradecer, também, “Seu Givaldo de Cimbres”, “Seu Expedito” e “Dona Celeste” que conversaram conosco sobre as plantações de tomate e o sistema de parcerias implantado pela Fábrica Peixe e adotado pelas outras fábricas.

Ao pessoal da JUPAGO, particularmente a Iran que pela entrevista e a Guilherme pela presteza no I Encontro Xukuru do Ororubá de Troca de Sementes realizado na Aldeia Cana Brava.

Por último, gostaria de agradecer a tod@s que participaram da pesquisa na condição de entrevistad@ ou em conversas informais e demais pessoas que de alguma forma contribuíram na minha trajetória, proporcionando condições para que esse trabalho pudesse ser realizado.

## **LISTA DE SIGLAS**

ACOPE – Agreste Centro Ocidental de Pernambuco

ADAGRO – Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

BANDEPE – Banco do Estado de Pernambuco

CENDAP – Centro de Desenvolvimento e Apoio aos Municípios e Comunidades

CICA – Companhia Industrial de Conservas Alimentícias

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste

FIOCRUZ – Fundação Instituto Osvaldo Cruz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

PIB – Produto Interno Bruto

RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SRHE – Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos

## LISTA DE TABELAS

Tabela I – Laboratórios de análises e suas respectivas competências.....	60
Tabela II – Pluviosidade em Pesqueira (1946-1951).....	86
Tabela III – Produção ampliada com financiamento do FINOR.....	109
Tabla IV – Classificação toxicológica dos agrotóxicos.....	124



## LISTA DE FIGURAS

Figura I – Tacho industrial de doce exposto no Museu do Doce.....	36
Figura II – Avião de propriedade da Peixe.....	38
Figura III – Passagem molhada caminho da Aldeia Cana Brava.....	41
Figura IV – Mapeamento geográfico da área demarcada Xukuru do Ororubá, de acordo com o Centro de Desenvolvimento e Apoio aos Municípios e Comunidades (CENDAP).....	42
Figura V – Mapa da região com predominância do plantio de tomate.....	45
Figura VI – Lavoura de tomate da Peixe na década de 1960.....	78
Figura VII – Rio Ipojuca na região da Ribeira em Pesqueira.....	84
Figura VIII – 1º Encontro Xukuru do Ororubá de troca de sementes.....	92
Figura IX – Curva de nível.....	98
Figura X – Fases da Traça do tomateiro.....	118
Figura XI – Açude dos Brittos na década de 1980.....	128
Figura XII – Barragem do Pão de Açúcar – Pesqueira/PE.....	129
Figura XIII – Açude dos Brittos – Pesqueira/PE.....	130
Figura XIV – Casas construídas para os trabalhadores da Peixe no Distrito de Caldeirão.....	135

## RESUMO

O nosso estudo buscou discutir as questões socioambientais referentes ao município de Pesqueira no período de 1950 – 1970, relacionadas com a atividade da agroindústria tomateira. Atividade iniciada pela Fábrica Peixe e que durou cem anos. Nesse período ocorreram mudanças no ambiente, e essas mudanças foram efetuadas pela ação humana para atender a demanda industrial. Esse processo envolveu diversos atores, entre os quais os pequenos agricultores e os índios Xukuru do Ororubá habitantes na região. Para realização dessa pesquisa, nos utilizamos de documentos, como os jornais publicados na cidade de Pesqueira, disponíveis no Arquivo Público Estadual de Pernambuco, e ainda a partir de entrevistas com pessoas que estiveram envolvidas nas atividades da agroindústria. Contamos com relatos e entrevistas de índios e não índios que trabalharam no processo fabril ou nas plantações de tomate e frutas voltadas para atender as fábricas. Apresentamos algumas características geográficas da região para melhor compreensão das questões ambientais discutidas no texto. Nesta Dissertação fizemos um exercício interdisciplinar dentro da concepção da História Ambiental, que nos serviu de norte para nossas reflexões. Procuramos promover o diálogo entre múltiplas áreas do conhecimento na apreciação do nosso objeto de estudo. Dentre as questões ambientais discutidas no texto destacamos as relações sociais com o meio natural e as transformações ocorridas na Natureza, com o acesso e usos dos recursos naturais utilizados na produção agroindustrial. Além disso, inseriu-se nas discussões o uso dos agrotóxicos, inclusive por pequenos produtores e indígenas, que precisavam garantir o ritmo e a produtividade dos plantios de tomate; os malefícios provenientes do uso desses produtos químicos destinados a agricultura; as consequências socioambientais advindas desmatamento para alimentar as caldeiras e para dar espaço a uma *plantation* do tomate e a utilização dos recursos hídricos destinados o abastecimento das fábricas. Tudo isso provocou desequilíbrios e desajustes socioambientais que discutimos e analisamos em nosso estudo.

**Palavras-chave:** Pesqueira, tomate, Índios Xukuru do Ororubá, História Ambiental, Agrotóxicos.

## **ABSTRACT**

Our study aimed to discuss the environmental issues related to Pesqueira in the 1950 period - 1970, related to the activity of tomato agribusiness. Activity initiated by the Fish Factory, which lasted a hundred years. In this period there were changes in the environment, and these changes were made by human action to meet industrial demand. This process involved several actors, including small farmers and Xukuru Indian Ororubá inhabitants in the region. For this survey, the use of documents such as newspapers published in the city of Pesqueira, available at the State Public Archives of Pernambuco, and also from interviews with people who were involved in the activities of agribusiness. We have reports and interviews of Indians and non-Indians who worked in the manufacturing process or in tomato crops and fruits geared to meet the factories. Here are some geographical characteristics of the region to better understanding of environmental issues discussed in the text. In this Dissertation did an interdisciplinary exercise within the concept of Environmental History, who served in the north to our reflections. We seek to promote dialogue between multiple areas of knowledge in assessing the object of our study. Among the environmental issues discussed in the text were the social relationships with the natural environment and the transformation occurring in nature, with access and use of natural resources used in the agro-industrial production. Also, if inserted in the discussions the use of pesticides, including for small farmers and indigenous people, who needed to ensure the pace and productivity of tomato plantations; the dangers arising from the use of these chemicals for agriculture; social and environmental consequences arising from deforestation to feed the boilers and to make room for a plantation of the tomato and the use of water resources for the supply of plants. All this caused environmental imbalances and misalignments that we discussed and analyzed in our study.

Keywords: Fishing, Tomato, Indians Xukuru of Ororubá, Environmental History, Pesticides

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
Pensando a História Ambiental: a Natureza e os índios no caminho do progresso em Pesqueira .....	13
CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DA AGROINDÚSTRIA DO TOMATE EM PESQUEIRA .....	28
1.1 A trajetória econômica e socioambiental de Pesqueira.....	28
1.2. “Quem trouxe a tomate para Pesqueira foi Carlos de Britto” .....	31
1.3. A História da Fábrica Peixe se confunde com a história de Pesqueira .....	40
1.4 “Eu plantava tomate e vendia prá Peixe” .....	46
CAPÍTULO II - NATUREZA E AGROTÓXICOS EM PESQUEIRA: REFLEXÕES A PARTIR DA HISTÓRIA AMBIENTAL .....	52
2.1. História Ambiental: uma abordagem interdisciplinar .....	52
2.2. Agrotóxico: um mal necessário? .....	58
2.3 Os caminhos para evidenciar a História Ambiental de Pesqueira.....	70
2.4. O <i>plantation</i> do tomate: os jornais e as memórias como fontes da História Ambiental em Pesqueira .....	74
2.5. Água, madeira e agrotóxico: a Natureza agonizando para garantir a produção.....	92
CAPÍTULO III - O FIM DO DOCE: HERANÇAS SOCIOAMBIENTAIS DA AGROINDÚSTRIA EM PESQUEIRA .....	98
3.1 A fábrica fechou! E agora?.....	98
3.2 “Lá no começo, nos anos 50, 60, até 70 não se usava nada” .....	108
3.3 “Ela não tinha problema com água”: o domínio dos recursos hídricos como uma questão socioambiental .....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	132
Agroindústria, Ambiente e gente: aspectos de uma história. ....	132
Desafios para um estudo em História Ambiental .....	134

## INTRODUÇÃO

### **Pensando a História Ambiental: a Natureza e os índios no caminho do progresso em Pesqueira**

O cultivo do tomate e o seu beneficiamento no município de Pesqueira, no Agreste de Pernambuco, tornou-se o tema de alguns estudos acadêmicos em diferentes áreas do conhecimento. Entre os que tivemos acesso citamos, por exemplo, *Relações de dependência social no Agreste Centro Ocidental de Pernambuco* de autoria de Alder Júlio Ferreira Calado; *Acumulação de capital e a Industrialização de Pesqueira (Pernambuco)* de Célia Maria de Lira Cavalcanti; *A cidade das chaminés: história da industrialização de Pesqueira* de Betânia Flávia Cavalcanti Galindo; *Capitalismo e camponeses no Agreste de Pernambuco: relações entre indústria e agricultura na produção de tomate em Pesqueira/PE*, de Raymundo Juliano Rêgo Feitosa, e; *No tacho o ponto desandou*, de Bartolomeu Cavalcanti, todos referenciados na bibliografia no final desse estudo.

Em nossa pesquisa, entretanto, abordamos a história de Pesqueira a partir da História Ambiental relativa à experiência de industrialização, iniciada no fim do século XIX, atravessando todo o século XX. Experiência essa, que envolveu não só o citado município, sede da Fábrica Peixe e demais fábricas, mas, vários outros municípios do entorno e as outras regiões do estado.

As leituras dos textos citados e de outros estudos suscitaram nossas inquietações sobre as relações entre as ideias sobre desenvolvimento e ambiente. São questionamentos pensados a partir da conjuntura econômica vivida pelo estado de Pernambuco nos últimos anos, sob a qual repousa uma expectativa de crescimento contínuo, baseado na retomada de investimentos e empreendimentos, tendo como cenário principal os municípios do Litoral Sul, particularmente Ipojuca, onde está localizado o Porto e o Distrito Industrial de Suape.

Esses pontos foram fundamentais para desencadear nossa pesquisa. Não somente pelas questões meramente econômicas, mas, por perceber que algumas vozes dissonantes desse projeto vigente no estado, apontavam problemas relacionados ao Ambiente, ou os danos gerados por essa empreitada, e que eram simplesmente ignorados, porque nada seria mais importante que o “progresso” e o

“desenvolvimento” com os grandes investimentos industriais. Dito de outra forma, nada é mais importante que os dividendos econômicos advindos do conjunto de atividades produtivas que se instalaram.

O município de Pesqueira passou por um processo de industrialização que trouxe crescimento econômico, mas suscitando interrogações sobre qual o legado dessa atividade. Interrogações principalmente sobre as mudanças que ocorreram no mundo natural, ou seja, no Ambiente.

Nosso estudo procurou discutir o tema, estabelecendo relações com os aspectos socioambientais, evidenciando aspectos pouco observados nas pesquisas de autores que discutiram sobre a agroindústria do tomate e introduzindo discussões pertinentes as condições naturais do município em questão.

Buscamos um caminho teórico-metodológico fundamentado na perspectiva da História Ambiental, apontando a perspectiva de diálogo com outros campos e outras áreas do conhecimento, como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Biologia, a Biogeografia<sup>1</sup>, a Economia, a Química, as chamadas Ciências Agrárias, a Saúde, a Saúde Sanitária e Fitossanitária, dentre outras possibilidades.

No primeiro capítulo, “A história da agroindústria do tomate em Pesqueira” apresentamos algumas características geográficas, descritas por outros pesquisadores e aspectos ambientais e socioeconômicos do município disponíveis nas fontes documentais que tivemos acesso e entrevistas realizadas; ensaiamos um retrospecto das primeiras atividades econômicas e das relações que foram sendo estabelecidas desde a colonização portuguesa entre os grandes proprietários de terras e os demais habitantes na região, particularmente, aquelas relações estabelecidas com os pequenos produtores e com os índios Xukuru do Ororubá. Procuramos evidenciar como a trajetória da agroindústria do tomate esteve intimamente atrelada à história social, econômica e ambiental do município.

No segundo capítulo intitulado “Natureza e agrotóxicos em Pesqueira: reflexões a partir da História Ambiental” procuramos dialogar com diferentes autores de distintas áreas do conhecimento, para um exercício de compreensão das concepções e conceitos próprios da História Ambiental, buscando um caminho teórico-metodológico para nossa abordagem, utilizando fontes orais e documentais

---

<sup>1</sup>Ciência que reflete sobre a distribuição dos seres vivos, levando em conta a adaptação destes ao meio físico e aos mecanismos de evolução. (ARAÚJO, 2012, p. 155)

disponíveis. Nessa segunda parte do texto realizamos um levantamento documental, tendo como ponto de partida arquivos de terceiros e as notícias dos principais jornais publicados em Pesqueira, onde obtivemos informações sobre o processo de plantio e beneficiamento do tomate e de frutas destinadas ao fabrico de doces e conservas; a utilização desajustada dos recursos hídricos e a devastação da vegetação nativa, assim como o uso indiscriminado de agrotóxicos nas plantações de tomate, que provocaram mudanças socioambientais no município.

E no terceiro capítulo, “O fim do doce: heranças socioambientais da agroindústria em Pesqueira” discutimos as relações socioeconômicas e ambientais estabelecidas entre os fornecedores de tomate e as fábricas; discutimos, também, sobre o uso de agrotóxicos nas plantações tanto nas terras das fábricas quanto nas de parceiros comerciais e quais as influências socioambientais herdadas por aqueles que cultivam na atualidade; apresentamos aspectos, informações e discussões acerca do monitoramento da qualidade e principalmente da produtividade e como as fábricas realizavam o descarte de rejeitos industriais no Ambiente. Nesse capítulo, ainda procuramos, discutir as técnicas agrícolas introduzidas pela agroindústria, além do uso dos recursos naturais quase que exclusivamente para a produção.

Para realização dessa pesquisa, utilizamos documentos de arquivos pessoais de cidadãos pesqueirenses, que gentilmente nos disponibilizaram seus acervos. Pesquisamos nos jornais circulantes no município, tais como *A Gazeta de Pesqueira*, *A voz de Pesqueira*, *Jornal Era Nova*, *Jornal de Pesqueira* e o *Correio de Pesqueira*, disponíveis no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, no Recife. Esses jornais circularam durante o século XX, ainda que uns tenham sido mais duradouros que outros, ou que não tendo circulado nos mesmos anos, todas as notícias, notas e artigos estão situados no período em que existiram as plantações e as fábricas de beneficiamento do tomate e de frutas usadas na fabricação de doces e conservas no referido município.

Os relatos e falas transcritas e apresentadas ao longo do nosso texto são o resultado das entrevistas realizadas com ex-funcionários, pequenos agricultores que foram parceiros das fábricas, ex-administradores fabris, indígenas e demais trabalhadores rurais que laboraram nas terras e nas fábricas, além de outros cidadãos pesqueirenses. As entrevistas foram feitas, seguindo um roteiro de perguntas previamente elaborado (ANEXO I) ou conversas informais, com pessoas

que gentilmente se dispuseram a contar suas experiências relacionadas com a atividade agroindustrial. Entre os/as entrevistados/as tivemos os parceiros ou “parceiros”, como eram comumente chamados os agricultores indígenas ou não indígenas, que mantinham relações comerciais direcionando sua produção de tomate quase que exclusivamente para o atendimento das fábricas, principalmente a indústria Peixe.

Localizando o município e descrevendo a cidade em seus aspectos urbanos, o geógrafo Hilton Sette em 1956, afirmava não ser necessário,

Recorrer-se às coordenadas geográficas [...], nem aos mapas cartográficos do Brasil e do Nordeste, para se constatar que esse sítio urbano de Pesqueira pertence a uma cidade intertropical do interior de Pernambuco, encravada no chamado ‘polígono das secas e distante, em linha reta, cerca de 205 km do Recife. (SETTE, 1956, p. 10)

Pesqueira está localizada numa região recortada pela Serra da Borborema, tendo alguns pontos com altitude próxima aos 1.000 metros. Essa elevação no município é exatamente a chamada Serra do Ororubá, onde atualmente encontra-se o território indígena Xukuru do Ororubá. Nessa Serra encontramos uma vegetação e uma formação de solo diferenciada, de onde correm veios d’água e o rio Ipojuca. Nessa área, também, é detectada a existência dos chamados brejos de altitude, um micro clima próprio, que permite o desenvolvimento de atividades agropastoris:

Historicamente, a ocupação dos brejos nordestinos, seja nos agrestes ou nos sertões, se deu em função das incursões de povoamento ainda nos séculos XVI e XVII. Sabe-se que estas rotas de exploração e povoamento tiveram como ponto de partida o litoral, desde de Recife e Olinda, em Pernambuco, e salvador na Bahia. (ARAÚJO, 2012, p. 171)

Essa configuração micro climática teve sua importância descrita por alguns autores, como o pesquisador Edson Silva:

Os brejos no Agreste representam pequenas faixas isoladas de transição entre a Zona da Mata úmida canavieira. Possuem solos profundos, matas de serras e cursos d’água permanentes, favorecendo a policultura tradicional, como a lavoura do feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, a horticultura e a fruticultura, com cultivo de banana, pinha, goiaba, caju, laranja, dentre outras. (SILVA, 2009, p. 118)

A localização do município e as características supracitadas favoreceram a vocação comercial desde o período colonial, como rota alternativa do Litoral para o Sertão. Contribuindo assim para a acumulação de riquezas, servindo posteriormente



de capital para alavancar a economia dando-lhe projeção, possibilitando os caminhos percorridos pela sociedade de base agropecuária até o processo fabril.

Desde o período do Brasil colonial que a alternância do uso entre o plantio e a criação, em especial do gado, mostrou-se uma prática comum na região, favorecida pelas características descritas acima, mas, estimulada, principalmente, pela necessidade da criação de animais para o corte, visando abastecer o mercado de carnes e couro.

Os colonizadores e fazendeiros que foram se estabelecer na região disputaram o espaço com os indígenas que habitavam a área, o povo Xukuru do Ororubá, que desenvolviam culturas de subsistência, como milho, feijão, mandioca e hortaliças. A força e a ambição dos grandes proprietários de terras, no período colonial, prevaleceram expulsando os indígenas de suas terras, fazendo emergir a Vila de Cimbres.

O povo Xukuru habita a Serra do Ororubá desde o período da colonização. A colonização portuguesa na região onde habitam os Xukuru ocorreu a partir de 1654, quando o Rei de Portugal fez doações de grandes sesmarias de terras a senhores de engenho do litoral para criação de gado [...] o antigo Aldeamento do Ararobá foi elevado em 1762 à categoria de Vila com o nome de Cimbres. (SILVA, 2007, p. 116)

Os relatos coloniais de viajantes e cronistas são citados e referenciados por alguns historiadores e outros estudiosos de outras áreas do conhecimento, como antropólogos e cientistas sociais, constituindo-se nas principais fontes sobre os indígenas e o contato entre estes e os colonizadores, bem como sobre as relações entre os diferentes povos que habitavam as terras antes da chegada dos colonizadores portugueses. Também subsidiam autores sobre os conflitos resultantes dos contatos interétnicos e da ocupação de territórios.

De acordo com o historiador Victor Leonardi (2006:25), em seu livro *Entre árvores e esquecimentos*, um tema-tabu na historiografia brasileira, refere-se aos primeiros momentos de contatos interétnicos que expulsou os indígenas brasílicos, tomando-lhes o território e promovendo um verdadeiro massacre. Para ele, diferente do caso dos povos andinos e da região do México, os povos que aqui habitavam não possuíam a habilidade da escrita e por isso não deixaram registros dessa natureza. Esse fato contribuiu para a legitimação do discurso acerca da posse da terra, pois tudo o que consta como prova são os relatos de cronistas e historiadores de origem

portuguesa, ou seja, discursos oficiais baseados em interesses econômicos e políticos dos colonizadores.

Para Victor Leonardi (2006), o avanço da colonização ocorreu pelo litoral com a formação dos engenhos e depois foi adentrando os sertões com a criação de gado, não sem encontrar resistência dos povos que habitavam a região como os Chocó, Pankararú, Cariri, Funiô, Tupiná, Massacará, Caripó, Jaicó, etc. “E assim foi se formando, lentamente, pela usurpação das terras indígenas, a oligarquia rural do Nordeste”. (LEONARDI, 2006. p. 44)

No citado livro, o autor realizou um minucioso levantamento de informações sobre os confrontos interétnicos ocorridos desde o período da colonização projetando uma perspectiva de aniquilação dos povos indígenas. Tal estimativa, não é um pensamento exclusivo desse autor, pois outros pesquisadores apresentaram destino semelhante ou ainda menos otimistas para os povos autóctones.

No entanto, ressaltamos que ao discutir os conflitos interétnicos e a prevalência cultural dos colonizadores, contrariando o pensamento fatalista de extermínio inevitável dos índios - derivado do contato e de uma suposta inferioridade indígena diante da colonização europeia - muito presente na obra de Leonardi e de outros autores, nós precisamos considerar que “a força dos modelos culturais dominantes não anula o espaço próprio de sua recepção” (CHARTIER, 2009, p. 46). Entendendo que a reafirmação das identidades não acontece de forma unilateral, tampouco é desprovida de resignificações ou apropriações socioculturais. O próprio Chartier afirmou que:

A articulação entre as propriedades sociais objetivas e sua interiorização nos indivíduos, sob a forma de um *habitus* social que comanda pensamentos e ações, leva a considerar os conflitos ou as negociações, cujo desafio continua sendo sua capacidade para fazer com que se reconheça sua identidade. (CHARTIER, 2002, p.10)

Os indígenas tem se organizado ao longo da história em movimentos de resistência cultural e de afirmação de suas identidades, contrariando a corrente de pensamento que o pesquisador John Manuel Monteiro caracterizou como a “vertente pessimista que preconizava a extinção total dos índios” (MONTEIRO, 2001, p. 175). A chamada resistência indígena - ora ocorreu ou ocorre em diferentes contextos, situações e por cosequinte formas, como estratégias de sobrevivência, com alianças ou apropriação dos aspectos socioculturais dos não índios.

A pesquisadora Juciene Ricarte Apolinário (2001), em artigo que tratou sobre o povo Akroá no Piauí evidenciou a característica belicosa desse povo e da sua disposição em guerrear. Esses índios que “eram considerados um dos grupos étnicos mais belicosos do Nordeste e do norte da capitania de Goiás” foram aldeados pelos portugueses e em 1845 não passavam de 45 (quarenta e cinco) membros. (APOLINÁRIO, 2011, p. 145/161)

Entretanto, a autora citou também algumas situações em que os índios se utilizaram de negociações como forma de sobrevivência nos conflitos com os portugueses.

Os Akroá mataram e morreram no processo de resistência, e muitas de suas mulheres e crianças foram apresadas pelo inimigo, porém o principal Akroá, chamado Bruenk, primando pela sobrevivência do grupo, desceu para negociar a rendição com o agressor. (APOLINÁRIO, 2011, p.158)

No livro *Metamorfoses indígenas*, ao relatar as relações dos índios com os portugueses no Rio de Janeiro no período colonial, Maria Regina Celestino de Almeida, esclareceu que “no jogo de relações entre os índios e os europeus não resta dúvida que os primeiros perdiam e muito, contudo é preciso perceber que colaborar com os portugueses podia significar estratégia de negociação das perdas”. Essas estratégias foram utilizadas de diferentes maneiras e em diversos momentos da história pelos povos indígenas, e em Pernambuco, não podemos dizer que foi diferente.

Percebemos que, assim como outros povos em momentos e peculiaridades próprias de cada situação, os Xukuru de Ororubá, diante dos colonizadores nos tempos mais remotos, ou frente aos fazendeiros plantadores de tomate, redefiniram suas estratégias. A ideia de que os indígenas não mais existiam enquanto índios, passando a ser denominados como “caboclos da serra” só foi deixada de lado com o processo de reafirmação identitária e mobilizações fundiárias que resultou na demarcação oficial do território Xukuru do Ororubá em 2001.

Assim como no passado, no período de domínio sociopolítico do grupo Peixe e do predomínio das plantações de tomate, os indígenas viram-se obrigados a trabalhar ou negociar com aquela agroindústria a sua participação no processo produtivo. Ou seja, mesmo admitindo a força adversária, permaneceram se articulando, usando de estratégias de resistência e adaptando-se as situações.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira na obra *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste* apresentou uma perspectiva bem diferente daquela que comumente foi/é advogada como a mais provável: que os índios foram extintos ou simplesmente se misturaram na chamada formação da nação brasileira, restando bem poucos em pontos isolados ou territórios demarcados na região amazônica. Região com uma rica cobertura vegetal, onde habitam inúmeras espécies animais e detentora do maior volume de água doce e potável do planeta. O autor nos fez refletir sobre a complexidade e os impasses quando se trata dos índios no Nordeste, em comparação aos habitantes na Região Norte, pois:

Essa desproporção dá aos problemas e mobilizações dos povos indígenas na Amazônia uma importante dimensão ambiental e geopolítica, enquanto no Nordeste as questões se mantêm primordialmente nas esferas fundiárias e de intervenção assistencial. Se na Amazônia, a mais grave ameaça é a invasão dos territórios indígenas e a degradação de seus recursos ambientais, no caso do Nordeste, o desafio à ação indigenista é *restabelecer os territórios indígenas*, promovendo a retirada dos não-índios das áreas indígenas, *desnaturalizando* a “mistura” como única via de sobrevivência e cidadania (OLIVEIRA, 2004, p. 20)

Sobre essa “mistura” que serviu para negar a existência de índios, particularmente no Nordeste, precisamos pensar no caso dos Xukuru do Ororubá e suas relações com a agroindústria objeto de nossa pesquisa. Pois, durante o período de funcionamento das fábricas em Pesqueira, não se tinha a conotação de trabalho de indígenas tampouco nas terras, nem na produção, porque oficialmente não existiam índios na região. Os índios eram identificados como “caboclos da Serra do Ororubá” (SILVA, 2008).

Tal situação suscitou questões sobre a afirmação da participação dos índios no processo produtivo tomateiro. Como afirmar que os índios trabalhavam para as fábricas se prevalecia a ideia de uma população misturada residente tanto na cidade quanto na Serra do Ororubá? Se não havia território demarcado ou direito reconhecido e os próprios os índios não se reconheciam como tal, como identificá-los? Poderíamos classificá-los apenas como pequenos agricultores ou trabalhadores rurais, ou mesmo operários.

Não devemos desconsiderar as múltiplas situações geradas e os interesses socioeconômicos, que justificaram ao longo da história esse “desaparecimento”

numérico e cultural dos indígenas na Região Nordeste. É preciso entender que “os dados numéricos, tendem a se apresentar como se estivessem desvinculados das condições em que foram gerados”. (OLIVEIRA, 2011, p. 655)

Não levar em consideração, por exemplo, que a Lei de Terras de 1850 teve repercussões entre os grandes proprietários e detentores do poder, em defender esse desaparecimento oficial, é não perceber os interesses por trás desse discurso de extinção dos índios. Um exemplo disso foi a afirmação do Presidente da Província do Ceará, em 1863, de que naquela Província não mais existiam índios. (OLIVEIRA, 2011, p. 660)

A chamada integração nacional foi outro fator que contribuiu para a “decretação” da inexistência de índios no Nordeste, por terem sido incorporados a sociedade nacional, se levando em consideração os dados estatísticos produzidos em 1872:

A presença indígena no censo de 1872 está referida de maneira clara apenas aos índios catequizados, que já interagiam normalmente com os brasileiros e podiam ser objeto. Esses indígenas foram classificados genericamente como *caboclos*. (OLIVEIRA, 2011, p. 662)

Em razão dos interesses e/ou conjunturas os índios foram sendo afastados das suas terras, cuja posse foi usurpada e foram alijados de seus direitos mais elementares, negados pela sociedade que se estabeleceu. O que não impediu que eles fizessem um caminho de volta a sua “ancestralidade” para se identificarem e reivindicarem sua condição de indígena, após a Constituição de 1988.

Mesmo não havendo reconhecimento oficial de sua existência, os Xukuru do Ororubá que vivenciaram o processo de industrialização e que dele participaram de alguma forma contribuíram com suas memórias na reconstrução da trajetória socioeconômica e ambiental da Pesqueira fabril.

No tocante ao mundo natural, o domínio dos não índios no Nordeste, particularmente em Pernambuco, estabeleceu a prevalência de novas espécies vegetais, voltadas ao atendimento do mercado, onde se destaca a monocultura da cana de açúcar, mas podemos mencionar, também, a cultura do algodão. Produto que teve sua produção intensificada no Nordeste, a partir da demanda industrial europeia. Como afirmou Manuel Correia de Andrade, “desde 1750 o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito na disputa às terras a aos braços” (ANDRADE, 1963, p. 150).

A ocupação territorial, que seguia a lógica produtiva baseada na agropecuária criou as bases econômicas do município de Pesqueira. Cabe aqui registrar, que durante as estiagens, a criação acontecia nas áreas dos denominados brejos de altitude: “A pecuária procura, agora, quase que naturalmente a pastagem dos brejos úmidos, especialmente quando atingida pela seca”. (ANDRADE, 1961, p. 56)

### **O “doce” caminho da agroindústria em Pesqueira**

Os estudos sobre História Ambiental no Brasil são recentes, uma vez que essa abordagem da História também é recente em todo o mundo. As abordagens históricas envolvendo questões do Ambiente e as relações entre este e a humanidade, enquanto fator preponderante, nos rumos tomados pelas sociedades ao longo do tempo de existência humana, só se tornaram mais relevantes a partir da década de 1970.

Discutir a história da humanidade é, inevitavelmente, discutir suas relações com a Natureza, pois o que foi construído ou as formas produtivas de cada sociedade estão relacionados com o Ambiente encontrado e com as possibilidades de transformação desse Ambiente. O uso dos recursos naturais, como são comumente chamados, tem origem longínqua e se confunde com a história das diversas sociedades humanas. Essa utilização não cessou em nenhum momento, ao contrário, ocorreu de forma cada vez mais intensa à medida em que os aglomerados humanos se fizeram maiores ou mesmo pela necessidade das novas demandas sociais impostas pelos modelos econômicos adotados por cada sociedade ao longo da História.

Alguns exemplos desse uso prolongado no tempo são o aproveitamento dos solos, dos oceanos, da água, da madeira, das rochas, da fauna, como peixes e animais de caça, e da flora, como raízes, palha, frutas, folhas e plantas empregadas na alimentação, na medicina, nas atividades do cotidiano, culturais e religiosas. (MARTINEZ, 2006, p. 40)

Foi a necessidade de atender as novas demandas e o esgotamento de determinados recursos naturais que fizeram os povos buscarem novas rotas e espaços geográficos em diferentes momentos da história da humanidade. Os exemplos são muitos, mas basta lembrar as expedições marítimas que resultaram na chegada dos europeus nas terras que hoje são chamadas de Américas. Porém, é premente afirmar que cada povo ou grupo humano estabeleceu suas próprias relações com a Natureza, uma vez que,

Estas diferentes formas de relacionamento com o mundo natural, fundamentais para assegurar a sobrevivência e a reprodução dos grupos humanos, foram acompanhadas, desde logo, por distintas maneiras de sentir e pensar a natureza. (MARTINEZ, 2006, p. 40)

A fixação dos europeus no território que mais tarde seria chamado de Brasil, não ocorreu sem que tivessem estabelecido formas de se relacionarem com o mundo natural encontrado. A princípio, essa interação com o Ambiente serviu para desenvolver atividades agropecuárias, pois “a agricultura e a pecuária constituem duas das mais antigas formas de relacionamento das sociedades com a natureza e o com os recursos humanos”. (MARTINEZ, 2006, p.40)

Todavia, essa ocupação se expandiu e adquiriu novas feições, tanto no campo econômico, quanto nas condições naturais. Nos séculos que se seguiram à ocupação europeia, ocorreram profundas transformações nas formas de produzir e também no ambiente natural. Espécies exógenas foram incorporadas como naturais e as que existiam nas diferentes regiões eram tratadas como invasoras ou como obstáculos ao desenvolvimento das atividades produtivas de então.

Durante mais de quatro séculos, matas foram dizimadas para alimentar fornalhas ou para abrir caminho ao “progresso”; bacias hidrográficas foram tomadas e poluídas pelos empreendimentos agropastoris; várias espécies da fauna e da flora deixaram de existir ou foram levados para outro habitat, para satisfazer a curiosidade e o exotismo dos conquistadores de além mar. O solo e subsolo foram explorados a exaustão, para assegurar o cultivo e a criação, assim como o envio de metais nobres e pedras preciosas para abastecer o chamado Velho Mundo. E assim foi se firmando a sociedade colonial portuguesa e, posteriormente, a sociedade nacional brasileira.

O final do século XIX e início do século XX foram marcados por mudanças políticas de cunho nacional e transformações socioeconômicas nas diferentes regiões do país. Nos primeiros anos após a Proclamação da República o Brasil viveu uma crise do chamado ciclo do café. Essa crise se abatiu sobre seus produtores, principalmente nos estados do Sudeste. A borracha predominava como atividade econômica na Região Norte do país e as lavouras de cana de açúcar prevaleciam na maior parte do Nordeste com dificuldades.

Nesse mesmo período em Pesqueira, município do Agreste pernambucano, a família do Sr. Carlos de Britto fundava a Fábrica de Doces Peixe em 1898. Essa fábrica não ficou restrita ao ramo de doces. O empreendimento familiar que

prosperava introduziu, no começo do século XX, em suas terras o fruto que se tornaria, mais tarde, o carro chefe de sua produção: o tomate. Em 1913<sup>2</sup> o fruto já era beneficiado pela empresa dos Brittos, que buscava registrá-lo comercialmente.

O plantio de goiaba naquela região e uma produção de doces, *a priori*, caseira foram o ponto de partida do que, rapidamente, se transformaria numa grande indústria e atrairia outras fábricas de produtos alimentícios e conservas. Além da Fábrica Peixe constituída e dirigida pela família Britto se destacaram a empresa doceira e de conservas da família Didier/Maciel<sup>3</sup> (a Fábrica Rosa) e a Fábrica Recreio, que depois se tornou a CICA-NORTE, braço local da companhia multinacional CICA.

O domínio da família Britto e de seus aliados políticos, iniciado na década 1910, fruto da força econômica do grupo, e que teve seu auge econômico entre as décadas de 1930 e 1950, perdurou, quase que intocável até a década de 1960. A partir da década de 1960, as fábricas passaram a ter concorrência mais acirrada por parte de outras empresas nacionais e internacionais do setor alimentício, situadas tanto em Pernambuco quanto em outros estados.

Mas, foi nas décadas de 1970 e 1980 que a produtividade não conseguiu suplantar suas limitações (25 toneladas por hectare em média), fazendo com que as Indústrias Carlos de Britto e demais empreendimentos pesqueirenses começassem a ser superados por plantios de tomate em outras regiões com a instalação de empresas no Vale do São Francisco/PE. E segundo nos informou o Sr. João Eudes<sup>4</sup>, ex-agrônomo da Fábrica Rosa na década de 1970, as plantações de tomate no Chile, que chegava a produzir 70 toneladas por hectare, corroboraram, decisivamente, o declínio fabril na cidade.

As informações e narrativas sobre a história do plantio do tomate e seu consequente beneficiamento partem da perspectiva econômica e histórico-social. Estão impregnadas da história oficial da cidade ou da própria fábrica. Tem o sentido dado pelos discursos próprios daqueles que enfatizam a força da industrialização que trouxe inúmeros benefícios e deu notoriedade a Pesqueira.

---

<sup>2</sup>Ano de pedido de registro na Junta Comercial da marca de massa de tomate pelas indústrias Carlos de Britto.

<sup>3</sup>Cujo principal expoente político foi o ex Vice-Presidente e ex-Senador da República, Marco Antonio de Oliveira Maciel, também Governador do Estado de Pernambuco entre 1978 e 1982.

<sup>4</sup>Entrevista realizada em Pesqueira, em 18/03/2014.



As questões socioambientais, como o uso do solo e dos recursos hídricos quase que exclusivamente para o *plantation* de tomate, o desmatamento e poluição decorrentes da atividade fabril, não recebem tanta atenção quanto o exaltado pioneirismo e a prosperidade advinda da atividade agroindustrial. As condições de vida da maioria da população, a ocupação do solo, a utilização dos recursos naturais, as relações produtivas no campo e nas indústrias, as técnicas, o uso de agrotóxicos e as suas consequências, são ofuscadas pela louvada grandeza industrial do município àquela época, recebendo no máximo notas curtas nos periódicos locais.

Na historiografia, o estudo sobre as questões de cunho ambiental é algo recente, tendo como referência inicial as décadas de 1960 e 1970, conforme mencionamos acima. Sendo que a investigação sobre uma História Ambiental tomou corpo mais especificamente na década de 1970 (WORSTER, 1991). Até essa época, as reflexões históricas eram praticamente um sinônimo da história política e econômica das sociedades humanas em si.

Durante longo tempo, os estudos históricos, com algumas exceções, se concentraram exclusivamente na análise das sociedades humanas, como se a natureza fosse apenas mais um entre tantos fatores presentes na história dos homens e a eles estivesse submetida. (CASTRO, 2008, p. 2)

Nessa história de longa duração, a humanidade experimentou inúmeras formas de produzir, desenvolver mecanismos e instrumentos de trabalho que facilitaram a conjuração de alimentos, a construção de abrigos mais resistentes as intempéries da Natureza e meios de transportes mais eficazes para superar as distâncias. A agropecuária foi bastante beneficiada por essas novas técnicas e tecnologias, seja com o surgimento de máquinas e instrumentos mais arrojados, seja com a experimentação de combinações físico-químicas das quais brotaram os produtos agrotóxicos, que também são chamados atualmente de agroquímicos, como forma de mascarar os danos que causam a natureza a própria saúde humana, uma vez que são consumidos em larga escala em todo o mundo.

O uso de agrotóxicos não pode ser banalizado nem nas plantações de tomate na Pesqueira de outrora, nem na agricultura praticada na atualidade. Pois, as grandes corporações ligadas ao agronegócio e a indústria de produtos químicos chamados de defensivos agrícolas, fertilizantes e adubos, ou simplesmente

agrotóxicos<sup>5</sup>, uniram forças há mais de meio século, sob a promessa de erradicar pragas que prejudicavam a produção agrícola e desde então mantém uma sempre crescente utilização desses produtos, que tanto no mundo, quanto no Brasil continua em franca expansão.

Para termos uma ideia da dimensão alcançada pelo setor nos últimos anos, levamos em consideração as informações de um estudo publicado pela ANA<sup>6</sup> e pela RBJA em 2011, no qual podemos constatar que os ganhos anuais da indústria de agrotóxicos no Brasil haviam ultrapassado a marca dos sete bilhões de dólares, colocando o país na condição de um dos maiores usuários dos venenos destinados à lavoura<sup>7</sup>.

Sabemos, também, que “os custos sociais e ambientais decorrentes do uso de praguicidas não são internalizados na produção” (ARAUJO, 2000, p. 121), ou seja, quanto mais se usa agrotóxicos maiores são os danos ao Ambiente e maiores os riscos a saúde humana. Todavia, a recuperação ambiental não é assimilada como conta a ser paga pelo agronegócio, e a investigação desses aspectos traz consigo dificuldades na mensuração dos danos causados por essa prática. É como se fosse natural destruir o Ambiente e como se essa destruição não tivesse repercussões socioambientais, tampouco, que essa destruição fosse responsabilidade da indústria agroquímica.

Mesmo autores como Hilton Sette ou Mário Lacerda de Melo, entre outros, que tão bem descreveram geograficamente a região, não abordaram com maior profundidade as questões ou problemas ambientais (citados acima) provenientes da atividade agroindustrial e que já existiam em suas épocas. Talvez, essa abordagem não tenha ocorrido por esses aspectos não serem temas centrais em suas pesquisas ou pelo contexto não comportar tal análise, visto que o mundo em 1956 (ano de publicação do estudo de Hilton Sette) ainda respirava os ares da

---

<sup>5</sup>Os agrotóxicos são biocidas usados na agricultura com vistas a eliminar alguma forma de vida. São venenos aplicados para exterminar as pragas, plantas concorrentes e doenças das plantas. (GONÇALVES, 2008).

<sup>6</sup> Articulação Nacional de Agroecologia; Rede Brasileira de Justiça Ambiental, respectivamente.

<sup>7</sup>Entre 2001 e 2008 a venda de venenos agrícolas no país saltou de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais US\$ 7 bilhões, quando alcançamos a triste posição de maior consumidor mundial de venenos. Foram 986,5 mil toneladas de agrotóxicos aplicados. Em 2009 ampliamos ainda mais o consumo e ultrapassamos a marca de 1 milhão de toneladas – representando nada menos que 5,2 kg de veneno por habitante! Os dados são do próprio SINDAG (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola), o sindicato das indústrias de veneno. (LONDRES, 2011, p. 19)

reconstrução pós II Guerra, tendo como cenário a disputa entre dois blocos<sup>8</sup> com modelos econômicos antagônicos, era a época da chamada Guerra fria.

A retomada da atividade econômica agropecuária ou fabril para atendimento das necessidades mais imediatas da população em todo o mundo colocava o Brasil entre os países que poderiam contribuir com esse processo, em virtude deste não ter sido afetado pela segunda guerra mundial e da potencialidade agrícola de proporções continentais.

Era, também, a época da chamada Revolução Verde, que anunciava o fim da escassez de alimentos pelo uso de novas técnicas e novas tecnologias no campo. Período em que ganhou força uma indústria de produtos agroquímicos desenvolvidos para combater pragas e assegurar a produtividade do setor agropecuário e alimentício.

Esse conjunto de fatores nos despertou para a necessidade de estudar o tema à luz da História Ambiental. Refletir acerca de problemáticas que possam ter influenciado na desestruturação do processo fabril e plantio do tomate e demais culturas fruteiras utilizadas na produção de doces e conservas. Pensando nos desdobramentos, e indagando sobre os impactos que esse tipo de atividade baseado na monocultura com um uso elevado de agrotóxicos nas plantações possa ter gerado no “ecossistema humano” (WORSTER, 1990, p. 205) e na Natureza como um todo. Esse foi o caminho percorrido em nosso estudo.

As questões envolvendo a História Ambiental de Pesqueira, a partir da experiência agroindustrial tomateira vivenciada no município, com suas repercussões socioambientais; sua história relatada pela historiografia hegemônica; opiniões e situações noticiadas pelos jornais locais; relatos e interpretações de seus habitantes, indígenas e não indígenas sobre esse processo, constituíram as preocupações centrais em nossa pesquisa.

---

<sup>8</sup> Socialista e Capitalista, comandados pela URSS e pelos EUA, respectivamente.

## **CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DA AGROINDÚSTRIA DO TOMATE EM PESQUEIRA**

### **1.1. A trajetória econômica e socioambiental de Pesqueira**

O crescimento econômico<sup>9</sup> propagado nos últimos anos e sua concretização em termos numéricos no estado de Pernambuco reacende várias discussões, para além das esferas e análises socioeconômicas. Entre as discussões evidenciam-se as consequências potencialmente benéficas exaltadas pelos arautos da economia e vários outros analistas de diferentes áreas, como a inclusão produtiva de uma parcela da população com efeitos sociais. Todavia, não serão esses aspectos que abordaremos em nosso estudo, mas, aspectos, geralmente, não discutidos ou pouco estudados.

A experiência agroindustrial em Pesqueira está inserida no conjunto de atividades que, de alguma forma, transformaram o estado de Pernambuco em um expoente econômico de determinada área em uma dada época. Entretanto, como outros, momentos ou ciclos econômicos ocorridos neste ou noutro estado brasileiro, encerrou-se suscitando indagações em vários aspectos das relações Humanidade-Natureza-Humanidade.

Em nosso estudo, mantivemos como foco as repercussões socioambientais danosas (nem sempre pronunciadas), provenientes desse afamado crescimento, particularmente, na história de Pesqueira, município do Agreste pernambucano, que viveu uma experiência agroindustrial ao longo de um século. Porém, questionamos: quais condições naturais existiam para que essa experiência fosse possível?

O caminho percorrido pelos colonizadores ainda no século XVII, seguindo o curso do rio Ipojuca desde o Litoral, no qual se encontra Pesqueira, que se tornou um ponto de apoio para os viajantes que se dirigiam ao Sertão.

Resultado da necessidade de expansão da criação de gado ou do movimento migratório luso-brasileiro rumo ao interior, impelido pela “invasão batava” (SETTE, 1956 p. 38) do século XVII, surgiu um pequeno aglomerado que se tornaria um povoado fundado pelos portugueses e que recebeu o nome Cimbres. Esse ponto de

---

<sup>9</sup>Pensado como a elevação dos índices do PIB (Produto Interno Bruto), a soma de todas as riquezas do estado.

apoio propiciou o início das atividades agropecuárias, com as peculiaridades próprias da época:

Os tropeiros vindos agora do Recife subiam o vale do Ipojuca até mais ou menos o local da atual cidade de Sanharó onde o curso desse rio se desvia para noroeste em direção às suas cabeceiras e daí atravessavam, sem encontrar obstáculos, os imperceptíveis divisores das entre esta bacia fluvial e a do Ipanema, alcançando o sopé meridional da “serra” do Ororubá [...]. (SETTE, 1956 p. 45)

Entre os índios, primeiros habitantes na região, que se adaptaram as condições naturais, prevaleciam as culturas de subsistência. Porém, pouco a pouco a paisagem regional foi sendo modificada, a partir do estabelecimento definitivo dos grandes proprietários colonizadores e pessoas vindas principalmente do Litoral que tinham na pecuária extensiva, o ponto forte de suas atividades econômicas.

A força econômica dos grandes proprietários que dominaram a região e se apossaram das terras pertencentes aos indígenas, refletiu no modo de vida daqueles que ali habitavam. Essa dominação sociocultural foi a base da estrutura socioeconômica, o que, também, propiciou ao grupo social dominante uma forte influência na vida pública pesqueirense ao longo do tempo, “pois os cargos públicos municipais, em sua grande maioria, eram ocupados pelos fazendeiros criadores de gado na Serra do Ororubá”. (SILVA, 2008, p.161)

Essa relação de usurpação das terras indígenas foi apoiada em legislações criadas pelos proprietários e seus aliados, com data longínqua na história regional. A ocupação de território foi responsável pelo desmantelamento do antigo aldeamento indígena para atender aos interesses dos luso-brasileiros e posteriormente a sociedade escravocrata imperial. Segundo o pesquisador Edson Silva:

As terras do antigo aldeamento de Cimbres foram ao longo do tempo sendo invadidas por arrendatários que se apossavam das terras indígenas. No Século XIX, aumentaram as invasões das terras indígenas pelos antepassados das famílias tradicionais em Pesqueira. Com a Lei de Terras em 1850, esses invasores continuamente passaram a solicitar as autoridades provinciais e ao Governo Imperial a extinção do aldeamento Xukuru. (SILVA, 2008, p 78)

A história dos conflitos pela posse ou o direito de uso das terras, quase sempre contrapõe a versão baseada nos registros documentais cartoriais, sendo estes entendidos como critério de verdade sobre a origem proprietária, visto que o

próprio Direito é algo estabelecido na forma escrita. Por isso, é comum a subversão dos fatos. Na versão apresentada pelos fazendeiros e reproduzida pela imprensa para a opinião pública, se tem a ideia de que são os povos indígenas os invasores de terras, uma vez que a posse estava escriturada em nome dos fazendeiros, como sempre ocorreu em Pesqueira.

As legislações favoreceram os latifundiários a partir da expansão colonial e se perpetuou no período de predomínio da monocultura do tomate em seu auge e posterior decadência da atividade agroindustrial no século XX. Nessa última fase, as relações ocorreram nos moldes da exploração da mão de obra indígena Xukuru ou os chamados caboclos da Serra<sup>10</sup>, por meio da produção agroindustrial de cunho capitalista moderno. Ou seja, a espoliação de terras do passado transformaram os indígenas em pequenos produtores ou lavradores e as novas relações que foram estabelecidas a partir da industrialização os tornaram operários. Todas as transformações que ocorreram foram tomadas como necessárias para garantir o progresso que chegava a Pesqueira.

A anunciação da chamada Revolução Verde<sup>11</sup> levou uma nova concepção de produção agrícola, com a lavoura extensiva e o uso de agrotóxicos para comunidades que antes trabalhavam com as culturas de subsistência e manejos que dispensavam o emprego de produtos químicos refinados, preparados em laboratórios multinacionais. Esse processo foi assim descrito:

Na rede de conhecimentos que se conecta ao desenvolvimento exógeno, encontramos todo o aparato construído pela Revolução Verde ao longo de aproximadamente meio século. Assim, ao seguir esse processo, é possível localizar, na cadeia de acontecimentos, a paulatina erosão do conhecimento local e sua substituição por um conhecimento científico global. (ALVES, 2008 p. 63)

A despeito do que possa asseverar as instituições estatais, o setor empresarial, ou mesmo as previsões entusiastas feitas pelos órgãos de imprensa, as atividades econômicas em curso tiveram impacto, ou melhor, causaram danos ao

---

<sup>10</sup>O termo caboclo foi bastante empregado para designar os índios no Nordeste, que despossuídos de territórios, foram tidos como misturados pelo discurso sociocultural hegemônico.

<sup>11</sup>Corresponde ao método introduzido a partir da década de 1950, que visava um aumento da produção agrícola baseado na utilização de insumos (fertilizantes, herbicidas e inseticidas) e de novos processos e experimentos que criaram novas variedades de sementes, especialmente de trigo, arroz e milho. (ALVES, 2008, p. 63)

Ambiente por se tratarem de ações transformadoras de matéria e por produzirem resíduos das mais variadas classificações.

Essas transformações advindas do acúmulo desse dito conhecimento “global” gerado pela humanidade, tem repercussões socioambientais, porque “deste conhecimento global surgem novas relações entre natureza e seres humanos, nas quais a diversidade de sistemas produtivos rurais é substituída por modelos construídos em laboratórios”. (ALVES, 2008, p. 64)

Essas transformações ou danos foram verificados em outros momentos da História e podem ser vistos como uma lição que podemos tirar do passado, inclusive em Pernambuco.

No campo, o predomínio dos denominados produtos agroquímicos foi conjugado com a introdução de novas espécies modificadas geneticamente, em nome da produtividade e apresentadas como inovação tecnológica no combate aos agentes “nocivos” às plantações, as chamadas pragas, que nada mais são do que seres biológicos próprios daquele *habitat* natural ou organismos trazidos pelo próprio ser humano. Esse era o discurso no período da chamada Revolução Verde, época do auge da agroindústria em Pesqueira.

### **1.2. “Quem trouxe a tomate para Pesqueira foi Carlos de Britto”<sup>12</sup>**

O Século XX iniciou no Brasil com a crise de superprodução da economia cafeeira – concentrada, basicamente, no Sudeste do país. Para evitar a queda do preço do café no mercado internacional e a derrocada dos cafeicultores, o governo brasileiro procurou desencorajar a produção e interveio para comprar os excedentes, para tanto, contraiu empréstimos no exterior. Porém, essas e outras medidas se mostraram insuficientes para garantir a renovação do chamado ciclo do café nos moldes de outrora. Entre os fatores desse declínio podemos destacar o processo de industrialização e o surgimento de outros produtos agrícolas economicamente rentáveis em outras regiões do país. (ALCOFORADO, 2003, p. 113)

Nesse mesmo período cresciam os seringais no Amazonas, propiciando o enriquecimento de fazendeiros locais, aventureiros e nordestinos que antes migravam para o Sudeste cafeeiro e que naquele momento passaram a se dirigir àquela região e investindo nessa atividade.

---

<sup>12</sup>Hugo Paixão ex-administrador da fábrica Rosa e responsável pela organização do museu do doce em Pesqueira, que reúne documentos e maquinários das antigas fábricas da cidade. Entrevista realizada em Pesqueira, em 18/03/2014.

Enquanto isso, no interior de Pernambuco, era constituída uma pequena fábrica de doces que, algumas décadas depois, se tornaria referência nacional. Essa fábrica, posteriormente, passou a plantar o tomate de tipo rasteiro usado para o fabrico de extratos, polpas e demais derivados, transformando-se na mais bem sucedida indústria do setor no país durante décadas.

É importante observarmos que diferente do ensinado sobre os chamados ciclos produtivos no Brasil, na Educação Básica, ou seja, que historicamente esses ciclos foram bem definidos, com um começo, um apogeu e um declínio, onde surgiria o próximo ciclo independente, isso não representa uma verdade absoluta.

Mesmo a ideia de que apenas as experiências econômicas referenciadas pelos “grandes historiadores” e apresentadas nos livros didáticos como únicas na história brasileira, precisa ser questionada, pois, ela não corresponde as situações ocorridas. Dito de outra forma, não houve ciclo produtivo ou econômico estático, tampouco, as regiões e sub-regiões deixaram de buscar caminhos e alternativas econômicas próprias, fora das atividades centrais em cada época.

Os ciclos de crescimento econômico que ocorreram em outros momentos, em diferentes regiões do país e no estado de Pernambuco, nem sempre foram duradouros e, geralmente, beneficiaram uma pequena parcela da população. Entre os ciclos em Pernambuco, podemos citar o longo ciclo da cana-de-açúcar da Zona da Mata e litoral durante todo período colonial, Império e República Velha; o ciclo das criações de gado bovino, particularmente, a partir da interiorização nos meados do século XVII, após a expulsão dos holandeses, seguindo paralelamente a economia canavieira e como suporte no abastecimento de carne e leite para as populações litorâneas e; o ciclo do algodão, principalmente com plantações em parte da Zona da Mata Norte e no Agreste e em algumas áreas do Sertão, com seu conseqüente aproveitamento na indústria têxtil que se estabeleceu em Pernambuco, nos municípios de Recife e Paulista, principalmente no fim do século XIX<sup>13</sup> e começo do século XX.

---

<sup>13</sup>Em 1876, surge a Fábrica da Madalena, no Recife, com 45 teares mecânicos de ferro e mestres tecelões trazidos de outros países. Depois, vieram outras unidades, tais como: a Cia de Fiação e Tecidos de Pernambuco (Fábrica da Torre), Fábrica de Tecidos Paulista (1891), Cia. Industrial Pernambucana, em Camaragibe (1891), além de fábricas de tecidos em Goiana e Apipucos e uma fábrica de malhas na Várzea.

Disponível in:

<http://textileindustry.ning.com/forum/topics/historia-da-industria-textil-em-pernambuco-da-primeira->



Todas estas experiências tiveram um ponto em comum: o aproveitamento das potencialidades momentâneas e o direcionamento para atendimento das demandas mercantis sem, contudo, estabelecer relações entre esses projetos e a observação das condições ambientais anteriores e posteriores ao período em que essas atividades se desenvolveram.

À medida que a sociedade industrial progrediu com soluções em diversos campos do conhecimento humano, também criou novos problemas para a humanidade solucionar. A indústria representa uma importante evolução tecnológica da sociedade que conhecemos e para muitos é sinônimo de bem estar social, pois é por meio dela que se materializam produtos trazendo comodidade e *status* para quem tem acesso a eles. A experiência agroindustrial em Pesqueira é um bom exemplo dessa constatação.

Mas, salientamos que a agroindústria foi implantada estabelecendo uma nova cadência para o ser humano na sua relação com a Natureza, ou como afirmou o pesquisador Jozimar Paes de Almeida “a industrialização da natureza se estabelece para controlar o ritmo, produtividade e intensidade da produção”. (ALMEIDA, 1988, p. 18)

Uma atividade inicialmente artesanal que se desenvolveu em Pesqueira, aproveitando as frutas existentes na região na fabricação de doces a partir da Fábrica Peixe criada em 1898, por Carlos de Britto, foi o embrião da agroindústria do ramo de conserva no estado.

Essa produção doceira artesanal de Dona Yayá, como era conhecida a Sra. Maria da Conceição Cavalcanti de Britto, esposa de Carlos de Britto, que anteriormente era feita pelas negras escravizadas, se profissionalizou e recebeu novos tachos para conjurar o doce em grandes quantidades. A goiaba passou a ser plantada e não simplesmente colhida ao natural, seguida da banana e outras frutas. Era o início da industrialização dos doces e cuja acumulação, abiu o caminho para as plantações de tomate, introduzido logo em seguida.

Os primeiros maquinários e equipamentos para produção industrial da empresa da família Britto foram trazidos aos poucos, da Europa, de países como a Itália, a Alemanha e a Inglaterra.

Como podemos ver na figura I, temos a imagem de um tacho industrial de bronze próprio para o cozimento de doces, exposto no Museu do Doce em Pesqueira, o equipamento foi importado pela Fábrica Rosa S/A, da Inglaterra em 1920 e se destinava a fabricação de goiabada e bananada.

**Figura I** – Tacho industrial de doce exposto no Museu do Doce



**Foto:** Daniel Max. Pesqueira, 25/12/2014

O marco histórico ou pelo menos o registro do início do plantio de tomate foi 1913<sup>14</sup>. Em pouco tempo o fruto era predominante nas terras das indústrias Carlos de Britto, tornando-se o principal produto agroindustrial do empreendimento nas décadas seguintes de sua existência. Segundo o Sr. Hugo Paixão, um dos últimos administradores da Fábrica Rosa<sup>15</sup>:

Quem trouxe a tomate para Pesqueira, no Brasil, Para ser produzido em escala industrial, foi Carlos de Britto, então fundador da Peixe, nos anos de 1914. Daí ele começou a explorar a cultura do tomate em escala industrial e que é pioneira no Brasil. [...] Todos os equipamentos que chegaram aqui em Pesqueira, para montar a Fábrica Rosa e a Fábrica Peixe era o que tinha de mais moderno na Europa.<sup>16</sup>

A pujança econômica da produção de tomate, a forma de cultivo e as relações produtivas se transformaram no objeto de estudo de alguns trabalhos acadêmicos e

<sup>14</sup>Segundo documento exposto no Museu do Doce, organizado por nosso entrevistado Hugo Paixão.

<sup>15</sup>Principal concorrente da Fábrica Peixe, no município de Pesqueira.

<sup>16</sup>Hugo Paixão. Entrevista realizada em Pesqueira, em 18/03/2014.

estudos variados. Porém, as condições ambientais anteriores ao predomínio tomateiro foram pouco discutidas. São informações que aparecem no máximo em pequenas notas de jornais locais ou relatos de antigos moradores. Quais os impactos que podem ser observados em função do cultivo do tomate, espécie vegetal exógena a região?

Sabemos apenas que a *solanaceae*<sup>17</sup>, que um dia foi símbolo da cidade, foi a causa da destruição de grande parte da vegetação natural, seja para obter terras para o plantio do tomate e de outros frutos destinados a conserva, seja para abastecer as fornalhas e caldeiras das fábricas, com a lenha proveniente das matas de caatinga<sup>18</sup> e de floresta da Serra do Ororubá que foram derrubadas. Atualmente, após o fechamento das fábricas, esse fruto é plantado em escala bem menor e consiste numa variação diferente da cultivada na época, ou seja, o tomate rasteiro<sup>19</sup> (próprio para indústria) foi substituído pelo tomateiro do tipo estaqueado<sup>20</sup>, também conhecido como tomate de mesa.

O grupo empresarial dos Britto se transformou num dos maiores do setor e expandiu seu negócio para além dos doces e do tomate beneficiado, adentrando em outros ramos, como o de derivados de leite e o setor sucroalcooleiro em Pernambuco, com a Usina Barreiros (situada no município de Barreiros, Zona da Mata Sul de Pernambuco) sendo incorporada como parte dos empreendimentos sediados em Pesqueira.

A Companhia Carlos de Britto atuou no mercado de conservas de alimentos exportando seus produtos para diversos estados brasileiros e outros países. As indústrias Peixe chegaram a ter filiais em Minas Gerais e São Paulo.

Toda essa força econômica trouxe também poder político às famílias que dirigiam as indústrias do município, especialmente, os Brittos donos da fábrica Peixe e os Didier/Maciel, proprietários da fábrica Rosa.

Segundo os escritos de alguns pesquisadores, relatos de moradores mais antigos, ou mesmo notícias da imprensa local, a força econômica advinda da

---

<sup>17</sup>Família de plantas a qual pertence a espécie vegetal conhecida por tomate.

<sup>18</sup>Bioma típico da região semiárida de Pernambuco e de outros estados do Nordeste, que abriga inúmeras espécies vegetais e animais. Cujo nome significa “mata branca”.

<sup>19</sup>Espécie de Tomate com um volume e uma massa maiores que o de mesa e que serve melhor para o aproveitamento de sua polpa no processo industrial.

<sup>20</sup>Espécie de tomate plantado com escoramento de estacas que as elevam do solo, também conhecido como tomate de mesa, encontrado nas feiras e supermercados.

produção tomateira e doceira trouxe inúmeros benefícios e empreendimentos para a cidade, que chegou a ter, inclusive, um estabelecimento comercial destinado a revenda de caminhões da montadora FORD na década de 1940, o que demonstrava a importância do município.

Devido a importância econômica adquirida pelos empreendimentos agroindustriais, vários investimentos eram reivindicados e alcançados para o município. O transporte ferroviário tornar-se diário foi uma solicitação que ainda não havia sido alcançada até 1952, uma vez que o trem fazia apenas duas viagens semanais com destino ao litoral e capital. (A VOZ DE PESQUEIRA, 1952, p. 3)

Para escoamento da produção industrial, a cidade de Pesqueira passou a contar com um aeroporto de porte nacional, inaugurado em 1952. Esse empreendimento possibilitou agilidade às fábricas exportarem seus produtos, tendo a Fábrica Peixe adquirido dois aviões para o transporte de carga. (A Voz de Pesqueira, 1952, p. 2)

Segundo o jornal *A Voz de Pesqueira*, em 1952 foi instalada no município a sede do Fomento Agrícola do Estado, um departamento ligado a Secretaria de Agricultura estadual, destinado ao fornecimento de empréstimo para aquisição de máquinas, equipamentos para o cultivo, como arados, além de praguicidas, adubos, sementes, entre outros produtos.

**Figura II** – Fotografia do aeroporto de Pesqueira e do Avião de propriedade da Fábrica Peixe



Fonte: [www.pesqueirabr.blogspot.com](http://www.pesqueirabr.blogspot.com) Acesso em 20 /03 /2014

Esse desenvolvimento econômico da região, baseado na agropecuária que se estabeleceu desde período colonial, passando pelo período imperial e que chegou ao século XX com o plantio de tomate e a consequente instalação da agroindústria, não seriam possíveis sem um conjunto de condições e fatores naturais que favoreceram esse processo. No rol desses fatores a serem estudados elencamos as características geográficas que configuraram as condições socioambientais próprias da região, sendo essas características descritas por alguns pesquisadores e pessoas entrevistadas durante nossas pesquisas para colher dados e informações sobre o nosso tema de estudo.

As características geográficas do Agreste, particularmente em Pesqueira, favoreceram o desenvolvimento de atividades produtivas variadas. Tais peculiaridades foram assim descritas pelo pesquisador Edson Silva:

O Agreste é uma região intermediária entre o litoral úmido e o sertão seco. A sobrevivência humana nessa região está intimamente relacionada e alguns poucos rios perenes que nascem nas serras e correm em direção ao litoral, e aos chamados “brejos de altitude”, espaços de clima ameno, onde uma elevada densidade populacional coexiste com as atividades agrícolas e a pecuária. A região montanhosa favoreceu a formação desses brejos que

se constituem em espaços subumidos, como manchas ou bolsões diante da aridez acentuada do clima predominante (SILVA, 2008, p.115).

As características naturais locais, tais como o relevo e o clima em épocas de longa estiagem dificultaram a habitabilidade e a sobrevivência na região, segundo alguns estudiosos sobre o município e a região. Mas, a existência de regiões úmidas, próprias de brejos de altitudes, condições que favoreceram a economia que ali se desenvolveu.

A pesquisadora Betânia Flávia Cavalcanti Galindo, em sua Dissertação de Mestrado na área de Administração, afirmou que “95% do solo são de encostas, pouco fértil e que apenas 5% são de baixadas, mais propícios ao plantio” (GALINDO, 2007, p. 121). A escassez de chuvas foi apresentada também como um aspecto que dificulta a vida e as atividades econômicas na citada região, uma vez que a média pluviométrica num período de 50 anos, apresentada no final de 1970 era de 674,14 milímetros mensais (SANTA CRUZ, 1980, p. 21).

As condições mais adversas não impediram a realização de atividades agropecuárias, apenas exigiram o uso de novas técnicas para uma melhor adaptação humana na extração do máximo das potencialidades de um quadro natural tão peculiar. Essas constatações coincidem com o pensamento segundo o qual se atribui “aos componentes naturais ‘objetivos’ a capacidade de condicionar significativamente a sociedade” (DRUMMOND, 1991, p. 181).

Todavia, outros pesquisadores apresentaram informações complementares e, até certa medida, destoante sobre os aspectos geográficos da região e, por conseguinte, do município em questão, pois questionaram se as dificuldades advinham meramente da escassez de chuvas e demais condições naturais, ou se tinham origens nas desigualdades de acesso, aos chamados recursos naturais. Contrariando o que assegurou Betânia Galindo, o pesquisador Alder Ferreira Calado, afirmou que:

Os brejos constituem um elemento fundamental do quadro paisagístico do ACOPE<sup>21</sup>, haja vista sua profusão na referida área (Pesqueira, Belo Jardim, Poção), não sem a concorrência dos rios que correm, paralelos, pelo ACOPE. Água abundante, vales fertilíssimos – realidade acentuadamente contrastante com a qualidade de vida da grande maioria de seus habitantes

---

<sup>21</sup>No texto, o autor denomina a região onde está situado o município de Pesqueira como Agreste Centro Ocidental de Pernambuco (ACOPE).

(parceiros, moradores, alugados ou agregados, pequenos proprietários) que trabalham nas grandes plantações de tomate, de goiaba das fábricas de Pesqueira e Belo Jardim [...] (CALADO, 1979, p. 61)

A existência dos brejos de altitude e os veios de água que descem da Serra do Ororubá possibilitando seu represamento em alguns trechos formando as chamadas passagens molhadas, no período mais chuvoso ou mesmo de chuvas espaçadas, favoreceram no passado a sobrevivência dos indígenas policultores e mais tarde o plantio de diversas culturas e monoculturas introduzidas pelos grandes fazendeiros, inclusive com a criação de gado bovino nesse espaço geográfico. O mesmo espaço que foi o cenário da primeira experiência agroindustrial de grande porte no município e na região, atualmente projeta uma paisagem singular com uma vegetação endêmica peculiar, possibilitada pela existência desses aspectos naturais.

**Figura III** - Passagem molhada no caminho da Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Território Indígena Xukuru do Ororubá (Pesqueira)



**Fotografia:** Daniel Max, novembro/2013.

### **1.3. A História da Fábrica Peixe se confunde com a história de Pesqueira**

Tendo as origens a partir do aldeamento Belo Monte, assistido pelos missionários Oratorianos, o povoado foi elevado à categoria de Vila com o nome de Cimbres em 1762, porém, os registros de ocupação da área pelos colonizadores datam do século XVII, após a “expulsão” dos holandeses de Pernambuco. Todavia, Cimbres, situada a quase 1.000 metros de altitude em relação ao nível do mar, foi a primeira sede do município até 1880, quando deixou de ocupar essa posição, passando a Vila de Pesqueira a ser a sede municipal com o mesmo nome.

A história da atividade da agroindústria tomateira naquela região se confunde com a própria história da cidade de Pesqueira, pois todos com quem conversamos se recordam bem das fábricas e não tem, praticamente, outra referência sobre a história do município que não esteja relacionada a essa atividade socioeconômica inscrita nas memórias coletivas como o acontecimento mais relevante, ainda que situado historicamente.

Ao mesmo tempo podemos discutir que a fundação e desenvolvimento da cidade estão relacionados com a história do povo Xukuru do Ororubá, uma vez que mesmo entre os que não nutrem simpatia pelos índios são incapazes de negar sua existência no tempo. Na atualidade, a Vila de Cimbres é um dos distritos de Pesqueira e faz parte do território indígena oficialmente demarcado e homologado em 2001.

Grande parte da região habitada pelos Xukuru do Ororubá foi invadida pelos grandes proprietários para fins agropecuários e por último foi utilizada para as plantações que abasteciam as atividades agroindustriais em Pesqueira, seja com o plantio de frutas e tomates para doces e conservas, seja com a criação de gado leiteiro destinado a produção de laticínios.

Porém, essa história quase sempre é contada a partir da visão da elite local e é permeada de preconceitos e interesses. Habitualmente não são narradas sob a perspectiva das memórias e representações do povo Xukuru.

Os Xukuru (povo que habita a região desde o período colonial) se organizaram reivindicando a demarcação de suas terras invadidas por fazendeiros na Serra do Ororubá, onde ficava a primeira sede do município: a antiga Vila de Cimbres. Depois de anos de mobilizações e do assassinato do seu líder, o Cacique “Xicão” em 1998, conquistaram a homologação do território indígena.





desenvolvido trabalho sobre os índios. [...] descreveu o etnógrafo português a vida das aldeias inclusive dos íncolas da serra do Ororubá. [...] o mesmo sucedendo quanto ao contrato para fundação do colégio que, se objetivada a ideia, seria amplamente vantajosa ao interesse geral, especialmente à comunidade indígena. [...] Contava a aldeia cerca de 1500 indivíduos de origem indígena. A antiga missão agregava em 1758, conforme relatório da época, 640 tapuios xucurus. (MACIEL, 1980, p. 115)

Contar a história do povo Xukuru, situando-os no tempo, pode ser factível a partir das memórias dos indígenas mais velhos e de registros documentais de autores, como o citado acima. Contudo, ouvir os relatos indígenas sobre o passado, suas experiências e leituras de vida sobre o presente questiona narrativas documentais e possibilita perspectivas interpretativas diferenciadas a respeito dos acontecimentos históricos.

Vários indígenas relataram que trabalharam diretamente na produção da agroindústria. Uma das operárias indígenas foi a Sra. Maria Quitéria da Silva, moradora da Aldeia de Cimbres e que trabalhou na Fábrica Peixe entre os anos de 1989 e 1990, que assim descreveu as suas funções na fábrica Peixe: “Eu trabalhava na máquina de fechar copo. Copo de extrato. Com aquelas latas de quilo de abacaxi, que era o doce abacaxi. Eu trabalhei no milho em calda também, fechando na máquina”.<sup>22</sup>

O processo de industrialização pode ser discutido tendo como ponto de partida as narrativas daqueles que vivenciaram ou participaram diretamente desse momento da história do município de Pesqueira.

A Sra. Maria José Andrade de Lima de 70 anos, nascida no bairro do Prado em Recife e que ainda criança foi morar em um sítio na região da Serrinha (localidade situada no início da subida da Serra do Ororubá), ela trabalhou na Fábrica Peixe “de 16 pra 17 anos” de idade, aproximadamente entre 1960 e 1961. A entrevistada, que passou quarenta e dois anos morando em São Paulo, nos contou que trabalhava na separação das frutas que eram processadas no fabrico de doces:

Eu trabalhava na separação das frutas, quando tava machucada [...] Mas era só por safra. Só quando tinha goiaba pra nós trabalhar, assim como a tomate [...] Na tomate, fui também, quando eu era criança, mulecota. A gente ia colher tomate no plantio. A gente ia com minha mãe. A gente saía cedinho de madrugada [...] Era plantio mesmo que era pra ganhar dinheiro,

---

<sup>22</sup>Entrevista realizada em Cimbres, Pesqueira, em 23/06/2014.

da própria fábrica. Quando chegava lá colhia bastante tomate, botava num canto assim pros caminhão ir buscar. [...] Só sei que a gente trabalhava e mãe que recebia.<sup>23</sup>

Com o desenvolvimento da agroindústria tomateira, as técnicas, manejos e relações trabalhistas e de produção foram sendo modificadas para acompanhar o crescimento produtivo voltado às peculiaridades da empresa agroindustrial. A pequena produção de policultura deu lugar ao cultivo de frutas destinadas à indústria doceira e ao *plantation* do tomate.

Durante o predomínio das fábricas de beneficiamento do tomate e demais conservas, as plantações ocuparam quase que a totalidade das terras agricultáveis da cidade de Pesqueira, se expandindo para os municípios vizinhos, como Poção, Alagoinha, Venturosa, Sanharó, e Belo Jardim, por meio das chamadas parcerias estabelecidas pela Peixe no final da década de 1960, ou simplesmente estimulando os pequenos agricultores a plantarem e venderem para as pequenas fábricas que se constituíram tanto de Pesqueira quanto nas nessas cidades, posteriormente. (GALINDO, 2007)

---

<sup>23</sup>Maria José Andrade de Lima. Entrevista realizada em Pesqueira, em 17/03/2014.

**Figura V** - Mapa da região com predominância do plantio de tomate



**Fonte:** elaboração Maécio Gomes Caetano e Daniel Max

O mapa acima representa, grosso modo, a uma descrição de informações a partir de nossas leituras, conversas informais e entrevistas sobre os municípios onde prevalecia o plantio de tomate. É possível ter uma ideia da abrangência geográfica da atividade tomateira desencadeada pela Fábrica Peixe a partir do município de Pesqueira. Levando em consideração os municípios supracitados (principalmente os que estão nas cores vermelha e amarela). Porém, houve experiências também em outras regiões, como foi a instalação de uma filial da Fábrica Rosa no município de Ibimirim no Sertão do Moxotó, uma mesoregião de Pernambucano, distante 124 quilômetros de Pesqueira.

Essa produção de tomate e de frutas voltadas para a conjuração de extratos e doces foi responsável pelas mudanças mais significativas na dinâmica econômica de Pesqueira, com decisivos impactos em outras áreas socioeconômicas, como o comércio. Essas indústrias representaram ou simbolizaram o desenvolvimento do município, para a maioria da população pesqueirense e até estudiosos desse fenômeno agroindustrial corroboraram a imagem positiva da “cidade das chaminés” (GALINDO, 2007, p. 1). O conhecido geógrafo Hilton Sette (1956) enfatizou o papel “benéfico” da industrialização como propulsor do desenvolvimento da cidade:

Se não fosse o contínuo desenvolvimento da produção de doces e, mais tarde, de conservas de tomate, mudando-lhe por completo a fação e função principal, a cidade estaria ainda hoje amargando uma fase de irremediável decadência, ou pelo menos, de estagnação, completamente eclipsada entre os mais importantes centros urbanos do Agreste pernambucano. (SETTE, 1956 p. 62)

O que procuramos discutir, no entanto, é que essas mudanças agrícolas trouxeram consequências socioambientais danosas, modificou as formas de manejo e a aquisição de novas tecnologias e essas modificações provocaram uma nova realidade natural desajustada ou desequilibrada, para atendimento da demanda consumidora crescente.

A esse respeito afirmou o estudioso norte-americano da História Ambiental, Donald Worster:

Existe sempre uma tendência de intensificar a produção. Ela pode ser causada pelo crescimento populacional, mudanças climáticas ou disputas entre Estados. [...] a consequência é sempre a mesma: esgotamento dos recursos do ambiente com queda da eficiência e deterioração dos padrões de vida [...] pode ser trágica ou pode criar um novo tecno-ambiente (isto é, a aplicação da tecnologia). A emergência de uma nova cultura. (WORSTER, 1991, p. 208)

No caso de Pesqueira, não só ocorreram modificações nas formas de plantio com o incremento de novas modalidades e técnicas de exploração dos recursos naturais, como também essas mudanças representaram uma expansão das áreas de cultivo do tomate, com consequências socioeconômicas e ambientais. O que segundo Alder Júlio Ferreira Calado:

Tratou-se de uma expansão acompanhada não só do desvio do cultivo das, agora destinadas, em suas melhores a cada vez mais amplas partes (fato, aliás, nada novo, em nossa História), ao cultivo de plantas industriais, com sério prejuízo aos pequenos agricultores e a lavoura de subsistência, o que provocou a venda de suas terras, o êxodo rural à atração do “progresso”, mas também do sistemático desmatamento para o sistema ecológico do ACOPE, mormente no que respeita ao seu revestimento vegetal e condições hidrográficas. (CALADO, 1979, p. 81)

Os pequenos produtores que não abandonaram suas terras em busca de emprego no Centro-Sul do país ou Litoral e na Zona da Mata pernambucana e alagoana, assim como ocorreu no período das invasões das fazendas de gado,

sucumbiram às indústrias que se instalaram em Pesqueira. Muitos trabalhadores rurais e pequenos agricultores ingressaram como operários, enquanto outros se viram obrigados a laborar nas terras de propriedade da Rosa e/ou da Fábrica Peixe ou passaram a plantar tomate para abastecer as fábricas, através do sistema de parceria. Uma relação comercial que significava adotar as práticas agrícolas recomendadas pela agroindústria.

Para aumentar a produtividade e diminuir custos, a Fábrica Peixe adotou o sistema de parcerias, no qual os pequenos produtores se comprometiam em produzir exclusivamente para aquela indústria e em troca recebiam assistência técnica e insumos agrícolas. Entretanto, essa relação de parcerias, beneficiava a agroindústria em detrimento dos parceiros, pois segundo uma pesquisadora,

O “sistema de parceria da Peixe” não se constituiu numa melhoria qualitativa das relações de produção no campo. No seu conjunto ele conseguiu racionalizar a utilização dos “fatores” e aumentar, particularmente, a produtividade da força de trabalho. (CAVALCANTI, 1979, p. 81)

#### **1.4 “Eu plantava tomate e vendia pra Peixe”.<sup>24</sup>**

Uma vez constatada a existência longínqua do povo Xucuru na Serra do Ororubá, incluíam-se esses indígenas como mão de obra utilizada nas plantações de tomate, fossem em terras de “propriedade” da fábrica ou de terceiros, mas, também existiam terras que eram arrendadas pelos índios para o cultivo do tomate na condição de parceiros. Porém, não foi só lidando com a terra que os indígenas participavam economicamente do processo, pois também tiveram sua força de trabalho utilizada na atividade fabril, conforme vimos acima. Condição que perdurou enquanto os plantios e o processamento do tomate e demais frutos foram executados por inúmeras fábricas instaladas no município, durante quase todo o século XX.

Essa relação dos Xucuru em cultivar para ter a produção destinada as fábricas foi relatada por muitos indígenas. O Sr. José Barbosa dos Santos, nascido em 1946, na aldeia Caípe e que atualmente reside na Aldeia Mascarenhas, conhecido como Zé de Santa, o atual vice-Cacique do povo indígena, narrou o seguinte:

---

<sup>24</sup>“Zé de Santa”, Vice-Cacique Xucuru do Ororubá

Eu plantava tomate e vendia pra Peixe, só pra Peixe, isso quando a Peixe tava comprando. Isso depois, em 1969, 1968. Comecei a plantar em 1964, 1965. A terra que era do meu pai dava o quê? Dava um hectare e meio. Mas num era isso, era a terra onde nós morava [...] e a gente trabalhava num terreno arrendado, porque a terra da gente não dava, na aldeia, que era do dono, dessa terra que a gente trabalhava, pra plantar milho e feijão a gente arrendava terra que era do Dr. Deco. Na terra que eu plantava tomate era um pedacinho de varge, era na terra do véi Lili, era um senhor que tinha lá que era o véi Lili.<sup>25</sup>

No caso de um dos mais idosos Xukuru, o Sr. Pedro Rodrigues Bispo, o Pajé Xukuru, conhecido como Seu Zequinha, cuja trajetória está intimamente ligada a retomada das mobilizações do povo Xukuru por suas terras, na década 1980, ao lado do Cacique Xicão (assassinado a mando dos fazendeiros da região). Para o Pajé o trabalho não se resumiu aos plantios de tomate, uma vez que também foi operário da empreitada agroindustrial pesqueira. Em suas recordações o Pajé, Seu Zequinha afirmou:

Trabalhamos, eu e meu irmão, no plantio, na limpeza. Limpando, preparando o terreno. E trabalhei também com Zacarias colhendo tomate também em Pé de Serra. É que Zacarias plantava tomate lá pra fornecer pra Peixe [...] Ele era fazendeiro. Aí eu trabalhei lá e trabalhei aqui na Peixe. Eu na época tava com 17 anos vim trabalhar na Peixe [...] Eu comecei na sementeira; a sementeira era que despolpava a semente e lavava e levava pra secar, pra plantar de novo. Depois eu fui trabalhar na Peixinho. Meu serviço lá, eu comecei na esteira, botando tomate pro elevador que chama-se a esteira. Depois eu fui pro enchimento. O enchimento era a polpa, era a lata, aí soldava a tampinha. Depois acabei do enchimento aí fui pras caldeiras, botar fogo nas caldeiras, com lenha.<sup>26</sup>

Além disso, ocorreu o incremento do uso de agrotóxicos, associado ao crescimento da demanda produtiva, para atendimento a um mercado consumidor. Esse tipo de demanda sempre esteve ligado, historicamente, ao modo produtivo de cada sociedade: “Os praguicidas têm seu uso associado a tempos remotos, desde a Antigüidade Clássica, quando consistiam de misturas de produtos químicos brutos ou agentes botânicos derivados de plantas”. (ARAÚJO, 1998, p. 22)

<sup>25</sup>Entrevista realizada na aldeia Cana Brava, Pesqueira, em 14/11/2013.

<sup>26</sup>Pedro Rodrigues Bispo, conhecido por Seu Zequinha. Entrevista em Pesqueira, em 18/03/2014.

Entretanto, os praguicidas químicos empregados atualmente nas lavouras, derivam do desenvolvimento tecnológico e científico próprios das décadas imediatamente após a II Guerra Mundial, com sua aplicação ganhando força a partir da chamada Revolução Verde. Nas palavras da pesquisadora americana, Rachel Carson:

Tudo isso veio a ocorrer devido à súbita ascensão e assombroso crescimento de uma indústria de produção de substâncias químicas artificiais ou sintéticas com propriedades inseticidas. Essa indústria é um dos frutos da Segunda Guerra Mundial. (CARSON, 2010, p. 29)

O livro escrito por Rachel Carson na década de 1960 tratou dessa avalanche de produtos químicos que se tornaram a principal força da agricultura nas décadas seguintes, com repercussões nos debates o sobre o uso dos agrotóxicos nas produções agrícolas em larga escala.

No Brasil e mais precisamente em Pesqueira na década de 1970, também foram utilizados os chamados defensivos agrícolas nas plantações de tomate, conforme afirmaram nossos entrevistados.

Ao firmar as parcerias com os agricultores, a fábrica Peixe além de garantir seus interesses econômicos, repassava os gastos, com a compra de adubos, fungicidas, inseticidas e fertilizantes, os famigerados agrotóxicos, para os seus parceiros.

Como afirmou o sociólogo Alder Júlio Ferreira Calado, sobre o sistema de parceria:

O parceiro que já *vivia* (grifo nosso) miseravelmente iludia-se facilmente com a garantia do fornecimento das condições da parceria: sementes, instrumentos, adubos, defensivos agrícolas, vales e o maldito sistema de barracão, onde os trabalhadores compravam a preços exorbitantes gêneros de primeira necessidade: feijão, farinha, fubá, querosene, café, açúcar, etc. através do que se conseguia manter um sutil mas eficiente regime de servidão, dezenas de pais de famílias numerosas, locupletando-se as fábricas da farta, excedente e quase gratuita mão-de-obra disponível. (CALADO, 1979. p. 78)

Esse sistema de parceria, introduzido na década de 1960, prevaleceu nas relações entre as fábricas e os pequenos agricultores durante quase todo o período de existência da atividade agroindustrial tomateira no município de Pesqueira e adjacências. Os contratos firmados entre as fábricas e os chamados parceiros, foi



a forma encontrada pelos bancos de obter garantias e assim fornecer empréstimo aos pequenos agricultores que produziam tomate.

O Sr. Hugo Paixão relatou em entrevista que:

Por exemplo, a Fábrica Rosa era da gente. Aí na safra, vamos supor que fosse plantar 500 hectares de tomate, eu nas propriedades da fábrica plantava 200 hectares, 250 e fazia parceria com terceiros, porque se desse problema em mim não era 100%. [...] A gente dava o apoio tecnológico, técnico agrícola e a semente e o banco financiava só depois que ele fizesse o vínculo com a fábrica. Vamos supor: você ia plantar 50 hectares de tomate financiado pelo banco, o banco tá certo eu lhe financio, agora você tem que ter um contrato com uma das fábricas.<sup>27</sup>

Essa relação para os agricultores soava diferente, pois teria que pagar o empréstimo, independente da safra ter sido boa ou se perdido. Por esses contratos as fábricas tinham compromisso de comprar a produção, mas em caso de quebra em virtude de estiagem ou outros problemas, as indústrias não assumiam parte no prejuízo.

Ficou claro, também, que a estratégia de diminuir os custos ocorria de forma sutil, pois, se a safra fosse boa e as fábricas processassem toda a produção os agricultores parceiros recebiam pelo que entregaram e quitavam seus compromissos financeiros.

Entretanto, se houvesse queda na produção as fábricas compravam o que lhes interessavam ou precisavam para a produção industrial. Sem contabilizar as perdas dos parceiros e em caso de superprodução o excedente se tornava prejuízo apenas dos fornecedores do tomate. As relações produtivas e comerciais, portanto, não se mostravam vantajosas para os pequenos agricultores, rendeiros e demais parceiros das indústrias alimentícias de Pesqueira:

Ao subtrair a metade das despesas da metade do produto que lhe cabia com a obrigação de vem à Fábrica e pelo preço por ela fixado mais o abatimento do aluguel da casa, uso de água, etc., o saldo positivo que se reservava ao parceiro excepcional, quando ficava, era realmente insignificante. (CAVALCANTI, 1979, p. 82)

Além disso, os pequenos produtores parceiros das fábricas tinham pouca ou nenhuma liberdade de escolha na aquisição dos chamados insumos. Uma vez que era o próprio banco quem determinava o fornecedor desses produtos, fazendo o

---

<sup>27</sup>Entrevista realizada em Pesqueira, em 18/03/2014.

repassa direto para o estabelecimento comercial. Conforme relatado em conversa informal, um ex-plantador de tomate, o Sr. Givaldo Silva: “A gente nem via o dinheiro! A primeira parte o banco pagava a casa de adubo [...] Era o banco que escolhia, a gente só ia lá pegar”.<sup>28</sup>

A agroindústria do tomate se estabeleceu e tornou-se símbolo de progresso, não só em Pesqueira, mais nos municípios vizinhos e, por que não dizer, no estado de Pernambuco. Todavia, essa empreitada não se fez sem seguir um caminho trilhado pelo processo de industrialização em outros estados do Brasil e em outros países nas diversas partes do mundo, ou seja, o caminho da exploração de mão de obra com custos os mais baixos possíveis, com a exploração de recursos naturais de forma predatória e que inviabilizava a própria atividade industrial no futuro.

A transição da produção de tipo rural ou meramente agrária para uma produção industrial foi experimentada pelo município de Pesqueira durante todo o século XX, e essa experiência só foi possível devido às citadas características geográficas e naturais locais. No entanto, não é possível menosprezar a perspicácia daqueles que se lançaram no empreendimento industrial, não sem danos ao Ambiente. Isso configura o que será discutido mais detidamente a seguir, ou seja, a interação da sociedade com o mundo natural, componente importantíssimo das análises no âmbito da História Ambiental.

Cabe, por último destacar que outros olhares são, atualmente, um novo ponto de partida para pensar a produção agrícola e as relações Sociedade/Natureza. Pensadas como as relações entre os grupos humanos com a natureza, como os seres humanos interagem modificando-a e como se adaptam em função dela. Isso significa que existe uma reciprocidade nessa relação que por vezes é mal compreendida, pois, a humanidade organizada em sociedade estabelece formas de interação, partindo do pressuposto de sua superioridade diante dos outros interativos da Natureza e isso é reproduzido nos diversos campos do conhecimento humano, inclusive na história. Nesse caso, Paulo Henrique Martinez alertou para o fato de que:

Há uma instrumentalização do conhecimento histórico que repete a da ciência na produção econômica e na legitimação política da exploração do

---

<sup>28</sup>Conversa informal em Cimbres, Pesqueira, em 23/06/2014.

mundo natural, e que a História Ambiental, muitas vezes, pode colocar em questão. (MARTINEZ, 2006, p. 51)

A Agroecologia e a chamada agricultura alternativa constituem um caminho diferente e divergente daquele trilhado pela agroindústria e a agricultura tradicional, que há muito tempo vem se especializando em produzir cada vez mais. Para manter os altos níveis de produtividade o agronegócio vem fomentando sempre novas pesquisas, com o intuito de vencer a “Natureza” ou dominá-la para melhor explorar os recursos naturais e derrubar as barreiras que inviabilizem ou obstaculizam de alguma forma esse objetivo. Esse último caminho fez parte da trajetória da agroindústria no município de Pesqueira, conforme abordaremos a seguir.

Já a agroecologia vem apontando caminhos do convívio entre espécies nativas e aquelas introduzidas no meio com finalidades diversas, como suprir as necessidades alimentares dos seres humanos que vivem numa determinada área ou região geográfica. Promovendo a ideia de que todos os seres podem coabitar em um mesmo território sem grandes modificações naturais. Diminuindo a competitividade entre os seres, respeitando a Natureza.

## **CAPÍTULO II - NATUREZA E AGROTÓXICOS EM PESQUEIRA: REFLEXÕES A PARTIR DA HISTÓRIA AMBIENTAL**

### **2.1. História Ambiental: uma abordagem interdisciplinar**

Vivemos em um mundo que apresenta uma dualidade de pensamentos no que diz respeito as relações humanas com a Natureza. É uma sociedade que manifesta uma ambiguidade de pensamento, ao apresentar, de um lado, os que apostam na exploração dos chamados recursos naturais, indiscriminadamente, sem a preocupação com as técnicas utilizadas nessa extração ou com o risco de esgotamento da matéria prima, seja mineral ou vegetal com repercussão, também, para o animal, inclusive o humano e, de outro, ou em contraponto a isso, existem aqueles que pensam na manutenção do Ambiente, fazendo uso racional equilibrado ou ajustado, como forma de garantir um futuro não tão distante e mesmo o presente, entendendo que fazemos parte dele.

No primeiro grupo estão os grandes produtores e conglomerados econômicos internacionais e nacionais, que utilizam todos os meios que estão ao seu alcance, inclusive o uso indiscriminado de agrotóxicos, para aumentar ou garantir a produtividade de determinados alimentos ou espécies vegetais na área rural, no compasso das novas demandas estabelecidas numa sociedade movida pelo consumo, mas, justificado pela produção de alimentos destinada ao combate a fome de populações pobres espalhadas em vários recantos da Terra.

Ao longo do tempo a humanidade construiu meios para sua sobrevivência e destruiu parte dos recursos naturais para satisfazer suas necessidades. Entretanto, o ritmo desses processos foi acelerado na medida em que as condições naturais se modificavam e as tecnologias desenvolvidas pelas diferentes sociedades, possibilitaram um maior aproveitamento da Natureza, em determinados períodos históricos e espaços geográficos. A natureza oferece um conjunto flexível, mas limitado, de possibilidades para a sobrevivência humana nas diferentes localidades e regiões exigindo novas técnicas, portanto, “a tecnologia é a aplicação de habilidades e conhecimentos à exploração do ambiente” (WORSTER, 1991, p. 206).

A produção se tornou mais intensa com diferentes níveis e modalidades, para acompanhar as novas pressões da demanda de consumo social, ou seja, a humanidade tornou sua relação com o mundo natural um reflexo de suas ações, ao

mesmo tempo, que suas ações passaram a refletir em certa medida a necessidade de se adaptar ao mundo natural: “As práticas produtivas, dependentes do meio ambiente e da estrutura social das diferentes culturas geraram formas de percepção e técnicas específicas para a apropriação da natureza e da transformação do meio”. (LEFF, 2010, p. 23)

Nas últimas décadas, as atividades socioeconômicas produtivas, de maior ou de menor escala, geraram danos ou impactos no Ambiente, sendo estes, proporcionais às peculiaridades e intensidade de cada uma delas. Essas atividades representam também a destinação dos recursos naturais disponíveis numa dada região e essa destinação quase sempre ocorre para atender aos interesses e necessidades de corporações econômicas, aglomerações populacionais ou expansões territoriais de caráter estatal, provocando danos ao ambiente. “Entre os fatores que levam ao esgotamento de recursos e aos desequilíbrios ambientais está a competição, tanto entre as classes quanto entre os Estados” (WORSTER, 1991, p. 209).

Estudando a história da humanidade, observar-se que ela está intimamente relacionada com o aproveitamento dos chamados recursos naturais e com a sua transformação em recursos ou produtos econômicos. As relações do ser humano com o mundo natural é o ponto de partida para discussões em uma nova perspectiva da História. Todavia, cabe aqui registrar que os impactos causados pelas ações humanas nem sempre são tratados como danos, por vezes “o historiador ecológico acaba preferindo dizer que os homens provocam ‘mudanças’ no ambiente – pois ‘mudanças’ é um termo neutro e incontroverso – e não ‘danos’, um conceito muito mais problemático” (WORSTER, 1991, p. 205).

Se dentre os que estudam a temática ambiental nos deparamos com uma disposição em amenizar os problemas, compreendemos que os relatos e discursos a partir de interesses políticos e econômicos justificam a exploração desmedida dos recursos naturais. Contudo, não podemos cair na armadilha da lógica maniqueísta (preservacionistas X destruidores) nas análises e na “reconstituição” dos eventos sem observar as interações socioambientais, e esse é um desafio que se impõe, pois “a História Ambiental não pode reproduzir um discurso ambientalista binário, colocando de um lado a Natureza e do outro o homem que a destrói, sem perceber a problemática relacional”. (ESPÍNDOLA, 2012, p.170)

Nesse sentido, encontramos autores que abordaram a temática da chegada dos europeus e consolidação do processo colonizador no Nordeste pelo viés das particularidades que tornaram possíveis a sobrevivência e posterior desenvolvimento de atividades produtivas, sobretudo, para atendimento das demandas de consumo do continente de origem, entendendo esse processo como necessário, apesar das incongruências.

Um desses autores foi Gilberto Freyre, que em seu livro *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, fez suas análises abordando os motivos pelos quais a produção de cana de açúcar tornou-se, não só viável, mas, a principal atividade agrícola nessa região. Freyre avaliou que essa produção se caracterizou pela monocultura da cana e o seu beneficiamento feito por meio dos engenhos e usinas de açúcar, e que esses empreendimentos foram as primeiras experiências de atividade agroindustrial implementadas pelos colonizadores.

O “triumfo” da monocultura da cana de açúcar nessas terras, particularmente na área litorânea, segundo Gilberto Freyre (2010, p.48), “foi favorecido por um grupo de circunstâncias, e não por um elemento só: pela proximidade da Europa como pelo contato fácil com a África, fornecedora de escravos; pela qualidade do elemento colonizador europeu”.

O processo de colonização no Nordeste e conseqüentemente de Pernambuco, trouxe consigo peculiaridades, sem, contudo, fugir do contexto explorador dos que aqui se instalaram e aproveitaram as características naturais para a extração de madeira e demais produtos que gerassem riqueza. Assim como se aproveitaram da fecundidade do solo massapê para plantar a cana, o algodão, entre outras culturas, e a partir disso fabricar produtos derivados. Isso contribuiu na formação de uma economia local, garantindo a sobrevivência e o acúmulo de riqueza dos europeus, principalmente os portugueses, que se instalaram nesse território.

Entretanto, esse formato baseado na exploração da terra até sua quase ou total exaustão e da utilização desenfreada e predatória dos recursos hídricos e vegetais, alterando significativamente o mundo natural provocou conseqüências ou danos socioambientais, que perduram por longo tempo, como a falta de água potável por extinção de mananciais ou por poluição permanente, e a devastação

vegetal tornando o solo mais pobre para produção de alimentos, além de causar a migração e extinção de determinados animais e até seres humanos.

As estruturas criadas para favorecer o modelo agroexportador português, baseado no monocultivo da cana de açúcar tiveram implicações, como a mudança na paisagem e no modo de vida das populações habitantes nesse território. E foi o próprio Gilberto Freyre que apontou algumas dessas transformações ocorridas, em decorrência da utilização indiscriminada dos famigerados recursos naturais.

O monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório. Um mictório das caldas fedorentas de suas usinas. E as caldas fedorentas matam os peixes. Envenenam as pescadas. Emporcalham as margens. A calda que as usinas de açúcar lançam todas as safras nas águas dos rios sacrifica cada fim de ano parte considerável da produção de peixes no Nordeste. (FREYRE, 2010, p.71)

Em que pese Gilberto Freyre, no citado livro ter se mostrado um entusiasta da empreitada colonial com seus manifestos “benéficos” culturais e das benfeitorias econômicas promovidas pelos colonizadores ou da contribuição da economia açucareira para o Nordeste, encontramos um tom de crítica nas afirmações acima, acerca dos efeitos ou do “preço” social pago por esse progresso, sobre os caudalosos e límpidos rios encontrados pelos europeus no início da ocupação territorial e posterior colonização.

Mesmo não sendo considerado um defensor das causas ambientais, inclusive pelo contexto histórico em que o livro foi lançado -1937-, percebemos na citada obra uma preocupação - ainda que não de caráter puramente ambiental – sobre as alterações provocadas, no mundo natural, pela ação da agroindústria de então: as usinas de açúcar. Tais mudanças, segundo Freyre (1937), trouxeram repercussões sociais e econômicas para as populações ribeirinhas, que dependiam do rio para garantir seu sustento, como pescadores e pequenos comerciantes que se utilizavam do rio para transportar suas mercadorias em pequenos barcos, ou os barqueiros que transportavam pessoas no trajeto do rio Capibaribe ou Beberibe. Ou seja, eram nas margens dos rios onde se encontravam os indivíduos privados dos recursos financeiros ou materiais e que tinham sua vida e sobrevivência atreladas aos rios.

Além disso, notamos que para Gilberto Freyre, era flagrante a poluição imposta pela atividade industrial açucareira e dá uma ideia de quanto tempo nossos principais rios se encontram em situação de deterioração. Escreveu o citado autor:

Esses rios secaram na paisagem social do Nordeste da cana de açúcar. Em lugar deles correm uns rios sujos, sem dignidade nenhuma, dos quais os donos das usinas fazem o que querem. E esses rios assim prostituídos quando se revoltam é a esmo e à toa, engolindo os mucambos dos pobres que ainda moram pelas suas margens e ainda tomam banho nas suas águas amarelentas ou pardas como se o mundo inteiro mijasse ou defecasse nelas. (FREYRE, 2010, p. 71)

O historiador José Augusto Pádua, em seu artigo “As bases teóricas da História Ambiental”, buscou evidenciar, o “progresso” da História Ambiental, uma concepção de Natureza como história e a ideia de que os grupos humanos seriam capazes de degradar o Ambiente. O autor, afirmou que essa visão de história é recente assim como as mudanças ocorridas nos marcos cronológicos da compreensão do mundo. Para ele, trata-se de entender como as ações humanas modificam a Natureza e como essa Natureza modificada influenciou e ainda influencia a história humana.

O autor discorreu sobre esse tema, pontuando que a História Ambiental propõe estudar as interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, e as consequências dessas interações para ambas as partes, ao longo do tempo. (PÁDUA, 2010, p.191)

A forma tradicional de se narrar ou pesquisar a história se debruçava sobre os fatos em si, localizados no passado, sem relacionar a construção presente dos sujeitos ou observar a interação do ser humano e o Ambiente nas suas múltiplas dimensões. A História Ambiental é um campo de pesquisa desafiador e repleto de possibilidades, que dialoga com outras áreas ou campos do conhecimento. Em sua obra *Epistemologia Ambiental*, Enrique Leff enfatiza que:

A problemática ambiental na qual confluem processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade não pode ser compreendida em sua complexidade nem resolvida com eficácia sem o concurso e integração de campos muito diversos do saber. (LEFF, 2010, p.62)

Dentre os níveis ou conjunto de questões a serem evidenciados por essa abordagem, segundo o historiador Donald Worster (2002), destacamos as interações dos seres humanos como parte do Ambiente por meio das atividades socioeconômicas.

A pesquisa sobre a agroindústria do tomate em Pesqueira trouxe aspectos que coadunam com o pensamento de Augusto Pádua, mencionado acima, mas



também com o que preconizava Donald Worster, a respeito da existência de níveis de análises da História Ambiental, particularmente na questão do “domínio socioeconômico na medida em que interage com o ambiente” (WORSTER, 1991. p. 202).

À medida que observamos as mudanças voltadas às novas exigências da agroindústria em Pesqueira, percebemos alterações no Ambiente nas tentativas de manter o ritmo e as condições ideais para uma sempre crescente produtividade, ainda que para isso tenha se utilizado de produtos nocivos aos próprios seres humanos.

Debruçamo-nos sobre a lavoura e a industrialização do tomate, que durante várias décadas foi a atividade central na economia de Pesqueira e regiões adjacentes, procurando compreender a partir de um conjunto de estudos acadêmicos e outras publicações, documentos, entrevistas e reportagens em jornais, os efeitos resultantes das relações socioambientais intrínsecas àquela atividade agrícola naquele município do Agreste pernambucano, estudando situações a partir de informações que possibilitaram problematizar questões pertinentes à História Ambiental, naquele espaço.

Para tanto, procuramos aliar os conhecimentos de áreas, aparentemente, distintas, como a Sociologia, a Biologia e a Química, mas que ao final se mostraram essenciais para o estudo de questões importantes para a compreensão do que nos propomos pesquisar. Além disso, buscamos observar as condições ambientais e o legado sociocultural deixado pelas experiências vivenciadas naquela região a partir do advento da agroindústria tomateira.

Um de nossos desafios, nesse estudo, foi pesquisar utilizando a perspectiva da História Ambiental como caminho metodológico, sobre as temáticas socioambientais relacionadas a agroindústria tomateira e a história de Pesqueira. Procurando entender ou interpretar as situações a partir dos múltiplos discursos, olhares e perspectivas postos nas narrativas ou textos que se referiam ao ambiente ou histórias de vida relacionadas ao período de existência das fábricas, utilizando, para isso, as diversas fontes, a exemplo dos jornais e entrevistas, observando as diferentes versões e interesses expressos.

## 2.2. Agrotóxico: um mal necessário?

O desenvolvimento da química fina com a produção e o consequente uso de substâncias tóxicas no combate de espécies tem origem longínqua, mas foi durante a Segunda Guerra Mundial e posteriormente na invasão dos Estados Unidos da América ao Vietnã, na década de 1970, que atingiu os objetivos menos nobres, passando por uma reformulação que vai ser primordial para o desenvolvimento daquilo que atualmente chamamos de agrotóxicos.

Foi no pós-Guerra, com o argumento da necessidade de aumento da produção de alimentos, que as fábricas apresentaram os agroquímicos como solução para as lavouras e plantações em geral. Desde então o setor só prosperou, impulsionado por políticas governamentais de incentivo e aquisição, bem como, pelo uso cada vez mais intenso, entre os particulares, para atendimento da crescente demanda global de alimentos, produção que em grande parte não é destinada aos humanos.

Essa prática que ganhou consistência a partir das décadas de 1960 e 1970, com o período da chamada de Revolução Verde<sup>29</sup>, continua sendo fonte de polêmicas quanto ao uso, particularmente no item segurança. Pois, para alguns estudiosos não existem níveis seguros de ingestão desses produtos, enquanto as empresas reafirmam que isso é possível. Fora isso, temos as proibições por comprovação dos danos à saúde dos seres humanos ou mesmo a letalidade de determinadas substâncias contidas em alguns agrotóxicos.

A pesquisadora Flavia Londres, em estudo intitulado *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida*, alertou para a variedade e ambição dos produtos agroquímicos registrados em nosso país, destinados ao combate das chamadas pragas nas lavouras:

Existem atualmente 366 ingredientes ativos registrados no Brasil para uso agrícola, pertencentes a mais de 200 grupos químicos diferentes, que dão origem a 1.458 produtos formulados para venda no mercado<sup>7</sup>. São inseticidas, fungicidas, herbicidas, nematocidas, acaricidas, rodenticidas, moluscidas, formicidas, reguladores e inibidores de crescimento. [...] Com estes venenos busca-se varrer da natureza todos os seres vivos que ousam

---

<sup>29</sup>Inovações implementadas na agricultura a partir do uso dos agrotóxicos para controle de pragas e aumento da produção de alimentos para uma segurança alimentar em escala mundial. (CARSON, 2010, p. 29)

desafiar os modernos e artificiais sistemas de produção. Mas controlar a natureza não é tarefa tão simples... (LONDRES, 2011, p.21)

O Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e segundo o jornal *O Globo*, foram utilizadas mais de 936 mil toneladas desses produtos nas lavouras em todo o território nacional. As empresas fabricantes tiveram um faturamento da ordem de R\$ 8,488 bilhões, só em 2011. E o órgão de imprensa chamou a atenção: “O problema é que, assim como elimina lagartas e pulgões, os venenos ameaçam a saúde humana”.<sup>30</sup>

No Brasil, existem múltiplos sistemas de notificação de intoxicação por produtos químicos e agroquímicos, que contribuem para o monitoramento de casos de envenenamento, mas apenas seis laboratórios fazem análise de contaminação por produtos agroquímicos, nenhum deles fica sediado no Nordeste, segundo a RBJA (Rede Brasileira de Justiça Ambiental) e a ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), conforme observamos no quadro abaixo:

**Tabela I** – laboratórios de análises químicas e suas competências

<b>Nome do Laboratório</b>	<b>Matriz</b>	<b>Parâmetros Analisados</b>
<b>Laboratório Central Noel Nutels - Rio de Janeiro – RJ</b>	Água	Benzeno, Tetracloreto de Carbono, Clordano, DDT, Lindano
<b>Fundação Ezequiel Dias/Instituto Octávio Magalhães - Belo Horizonte – MG</b>	Água – sangue	Aldrin e Dietrin, Clordano, DDT, Endossulfan, Endrin, Heptaclo e Heptaclo epóxido, Heptaclorobenzeno, Lindano, Metoxicloro, Permetrina, Trifluralina, Bifentrina, Cifutrina, Cipermetrina, Clorfenvifós, Clorpirifós, Deltametrina, Diazinona, Diclorvós.
<b>Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal – DF</b>	Água	Organoclorados, Organofosforados, Acefato, Clorpirifós, Dimetoato, Etiona, Fenitrotiona, Metamidofós, Metidationa, Monocrotofós, Profenofós, Triazofós.
<b>Instituto Adolfo Lutz - São Paulo – SP</b>	Água - Solo - Sedimentos - Material biológico -	Aldrin e Dietrin, DDT, Endrin, Lindano,

<sup>30</sup>Agrotóxicos proibidos continuam em uso no Brasil. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22/04/2014, p. 2.

	Vegetais - Organismos Aquáticos – Sangue	Hexaclorobenzeno
<b>Laboratório Central de Saúde Pública - Florianópolis – SC</b>	Água	Alaclor, Pendimetalina, Propanil, Atrazina.
<b>Instituto Evandro Chagas - Belém – PA</b>	Água - Solo - Sedimentos - Material biológico - Sangue	Benzeno, Diclorometano, Estireno, Alaclor, Aldrin e Dietrin, Clordano, 2,4-D, DDT, Endossulfan, Endrin, Heptacloro e Heptacloro epóxido, Lindano, Metoxicloro, Pentaclorofenol, Permetrina, Propanil, Simazina, Trifluralina, Clorobenzeno, Etilbenzeno, Clorofór.

Fonte:: RBJA/ANA, 2011.

Esses múltiplos sistemas de notificação de casos de envenenamento das mais variadas ordens e classes, não têm poder de fiscalização, apenas compartilham informações com outros órgãos, como os de vigilância sanitária, sobre a quantidade de vítimas do uso de agrotóxicos e demais produtos químicos, inclusive os de uso doméstico, como água sanitária ou soda cáustica. Além disso, notifica o grau de risco de cada produto para que possam ser estabelecidos parâmetros ou sanções e proibições para determinados produtos.

No entanto, é importante saber que várias substâncias usadas como agrotóxicos são proibidas nos países da União Europeia e nos Estados Unidos da América, mas, continuam sendo comercializadas livremente em nosso país.

Os organofosforados e os carbonatos, por exemplo, são substâncias contidas em pesticidas usados há mais de meio século nas lavouras de tomate, banana e pimentão, entre outros vegetais. Não são proibidos no Brasil, mas, eles possuem um grau elevado de toxicidade, podendo causar náusea, vômito, diarreia, dor abdominal, taquicardia, tremores, insuficiência ou parada respiratória e no sistema nervoso podem provocar sonolência, cefaleia, confusão mental, convulsões e até esquizofrenia. Essas substâncias faziam parte do catálogo dos produtos usados nas plantações de tomate em Pesqueira e região.

O percurso das reflexões realizadas pela História Ambiental é permeado pela interdisciplinaridade, pois a dinâmica das relações sociais e a construção de regimes

produtivos ou sistemas socioculturais são engendrados de formas diferenciadas em cada momento histórico. Por essa razão, procuramos entender como funcionavam as relações socioambientais; o porquê do uso de agrotóxicos e outros componentes químicos na produção agrícola; como esse uso afetou e afeta o Ambiente; o porquê que agroindústria se utilizou desses produtos durante um longo período e que consequências tiveram para a vida de quem trabalhou nesses cultivos; como a agroindústria fez do agrotóxico uma ferramenta central na atividade produtiva no município de Pesqueira no decorrer dos cem anos de sua existência.

Com o aumento da produção agroindustrial a relação entre os pesqueirenses e a Natureza se tornou mais agressiva, as matas de caatinga que existiam na parte mais baixa das terras do município assim como as madeiras das matas da Serra do Ororubá, foram derrubadas para alimentar as caldeiras, conforme explicitamos ao longo de nosso estudo, através do que foi exposto em jornais, entrevistas e pesquisas anteriores, que corroboram nossas afirmações. Desmatamento que foi lamentado, também, pelo geógrafo Hilton Sette ao afirmar em 1956: “o revestimento florestal, há pouco tempo compacto e imponente nos brejos úmidos da Ororobá, mostra-se agora reduzido a insignificantes retalhos de matas testemunhos”. (SETTE, 1956, p.12)

O desmatamento provocou a diminuição das fontes de água como “as minas d’água que existiam por dentro da mata da Serra”, segundo nos relatou o Pajé Xukuru, conhecido como Seu Zequinha<sup>31</sup>, que em suas memórias também lembrou que tinha “tinha onça, daquelas vermelhas, tinha muita, tinha veado, mas era pouco, até se caçava, mas eu caçava mais era tatu peba e não gostava de ticaca, agora hoje em dia tem mais, tem um casal disse que lá pra pedra do nêgo e indo pra Paraíba, viu até pintada”. Ou seja, o desmatamento causou, também, a extinção ou afugentou certos animais que habitavam a Serra. Mudando as relações e os hábitos, inclusive, dos indígenas, com a Natureza. Como afirmou “Seu Zequinha”, referindo-se ao período após a demarcação do território indígena a partir de 2001, quando a mata voltou a se recompor em função de uma maior preservação de determinadas áreas, como é o caso de Pedra d’Água onde resurgiram afluentes do rio Ipojuca no alto da Serra.

---

<sup>31</sup>Entrevista realizada em Pesqueira, em 18/03/2014.

As mudanças socioambientais mais sentidas foram nas práticas de plantios com uso de praguicidas. Com o incremento dos agrotóxicos nas lavouras de tomate, os agricultores passaram a usar adubo químico e não mais o orgânico ou natural, mesmo quando plantavam, ou quando, atualmente, plantam outros vegetais em pequenas porções de terras, usando veneno para controle das chamadas pragas conforme podemos observar na conversa com Dona Maria Celeste de Araújo<sup>32</sup>: “para plantar o jerimum a gente tem que usar um veneninho, é pouco mais usa”. E esse pode ser considerado um legado socioambiental da agroindústria tomateira em Pesqueira.

Para o entendimento das consequências na saúde dos indivíduos, recorreremos a concepções, conceitos elaborados e informações contidas em trabalhos anteriores que forem úteis ao nosso estudo. A pesquisadora da FIOCRUZ Lia Giraldo da Silva Augusto, por exemplo, observou que:

O ambiente é o resultado histórico da interação da lógica da natureza e da lógica da sociedade no território. Para acoplar a saúde à ecologia é preciso articular suas relações com a produção e a tecnologia. A lógica da produção é uma lógica da sociedade que se apropria da natureza em benefício dos diferentes grupos humanos (AUGUSTO, 2009, p.23)

Para melhor compreender e historicizar o fenômeno socioambiental pesqueirense, introduzimos discussões que levaram a reflexões sobre o uso do agrotóxico na década de 1960, como a realizada por Rachel Carson (2010), em seu conhecido livro *Primavera Silenciosa* publicado em 1962, no qual a autora deixou claro que a redução das áreas de plantio, para “aperfeiçoar” a produção era uma das causas da falta de controle das chamadas pragas.

Isso ocorria porque a diversidade vegetal responsável pelo equilíbrio do convívio das espécies era simplesmente eliminada. Ou seja, o convívio entre espécies vegetais diferentes é fundamental para limitar a vida de determinados tipos de insetos por exemplo. No momento em que espécies nocivas a esses insetos são retiradas do meio, as chamadas pragas se reproduzem numa escala muito maior que a natural. E isso acontece, geralmente, nas monoculturas, onde inexiste a variedade vegetal e os fungos ou insetos que se alimentam daquela planta encontram as condições favoráveis para constituir superpopulações daquele tipo de organismo.

---

<sup>32</sup>Entrevista realizada em Pesqueira, em 25/01/2015.

Segundo o pesquisador Francis Chaboussou (2006), existem inúmeros estudos que apontam para o crescimento ou surgimento de doenças e insetos por conta do uso de determinados tipos de adubos. E não se trata dos agrotóxicos, mas dos adubos, que comumente são associados ao enriquecimento dos fatores nutricionais responsáveis pelo desenvolvimento das plantas, portanto, considerados inofensivos. Um desses agentes de propagação de doenças e insetos seria o adubo nitrogenado, pois o seu uso foi vinculado ao surgimento ou aumento de determinados vetores nocivos às plantações.

Constata-se, portanto, a existência de um ciclo, no qual, primeiro se concentra uma determinada espécie vegetal que atraem certos organismos, depois os fungos e insetos são alimentados com produtos de combinação sintética (química), conhecido como adubos, para em seguida utilizar-se de produtos químicos (pesticidas, fungicidas, inseticidas), com o intuito de eliminar as chamadas pragas. E esse foi o caminho adotado pela agroindústria tomateira em discussão.

Outra questão que nos parece relevante diz respeito aos males causados pela ingestão e contato do ser humano com os agrotóxicos. Sobre esse assunto, alguns estudos são esclarecedores para entendimento dos múltiplos aspectos relacionados aos impactos socioambientais que buscamos investigar em nossa pesquisa.

Embora a agricultura seja praticada pela humanidade há mais de dez mil anos, o uso intensivo de agrotóxicos para o controle de pragas e doenças das lavouras existe há pouco mais de meio século. (LONDRES, 2011, p.17)

A pesquisadora Lia Giraldo da Silva Augusto (2009) organizou um estudo intitulado *Saúde do trabalhador e sustentabilidade do desenvolvimento humano local: ensaios em Pernambuco*, no qual encontramos diversas indicações relativas aos males oriundos do uso das substâncias químicas encontradas nos chamados adubos e defensivos agrícolas ou simplesmente agrotóxicos.

A exposição aos produtos agrotóxicos provoca problemas que nem sempre levam a intoxicações graves imediatas, se essa exposição não ocorrer em grandes quantidades. Na maioria das vezes o contato em longo prazo provoca nas pessoas sintomas de doenças crônicas, sem que sejam necessariamente associadas imediatamente ao uso de tais produtos em sua atividade laboral. Pois o uso em

pequenas quantidades ou com baixas concentrações do princípio ativo da substância, criam a sensação de prática segura ou sem riscos à saúde,

Nas intoxicações crônicas os indivíduos são expostos a baixas concentrações do agente tóxico que é liberado continuamente num longo período de tempo e os efeitos se desenvolvem lentamente. Entre essas manifestações encontram-se as neoplasias<sup>33</sup> malignas, as alterações embrionárias e fetais com manifestações de malformações congênitas, além de alergias e distúrbios neurocomportamentais. (AUGUSTO, 2009, p. 150)

Dentre os inúmeros problemas causados que são citados pelos pesquisadores, estão os distúrbios comportamentais provocados pelo contato ou uso de agrotóxicos. Foram mencionados vários casos no estudo sobre agrotóxicos no Brasil, coordenado por Flávia Londres, segundo o qual:

[...] pesquisadores da Unisc (Universidade de Santa Cruz do Sul), da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) haviam encontrado novos indícios de que o manganês, presente em alguns fungicidas, pode provocar danos muito mais graves do que os organofosforados. (LONDRES, 2011, p. 53)

Nesse estudo foram apresentadas várias informações que foram reforçadas por reportagens feitas sobre a ocorrência de suicídios associada ao uso de agrotóxicos. Os indivíduos podem ter feito uso por meio da ingestão do produto no consumo dos alimentos ou por outros meios. Esse estudo mostra que os distúrbios neurocomportamentais foram produzidos ou ocorreram em virtude do contato contínuo com as substâncias químicas contidas nesses venenos. Uma dessas substâncias encontradas na composição química de alguns agrotóxicos é o manganês que age diariamente no sistema nervoso.

Os estudos de Lia Giraldo, ainda, apontaram para as relações entre o contato com os agrotóxicos e a incidência de vários tipos de cânceres detectados em trabalhadores que manipularam esses produtos.

A associação de câncer e exposição a agrotóxico está mais bem caracterizada para os cânceres de pulmão, de mama, de testículos, de tireoide, de próstata, de ovário e do sistema hematopoiético<sup>34</sup> (linfomas não-Hodgkin, leucemias e mieloma múltiplo. (AUGUSTO, 2009, p. 150).

---

<sup>33</sup>Neoplasia é uma proliferação anormal do tecido, que foge parcial ou totalmente ao controle do organismo e tende à autonomia e à perpetuação, com efeitos agressivos sobre o hospedeiro (PÉREZ-TAMAYO, 1987; ROBBINS, 1984)

Disponível no site: [dtr2001.saude.gov.br/sas/decas/neoplas.mansia.htm](http://dtr2001.saude.gov.br/sas/decas/neoplas.mansia.htm) Acessado em 20/07/2014.

<sup>34</sup>O tecido hematopoiético é formado por fibras e tipos celulares que dão suporte às células



Em Pesqueira a terceirização ou “parceirização” da produção de tomate e demais frutos usados nas fábricas de extratos e doces não asseguravam o uso de equipamentos de proteção e inibidores de inalação para aqueles que manejavam os agrotóxicos. O contato direto na pele causava irritações e até queimaduras, como ocorreu com um das pessoas que aplicavam veneno nas plantações de tomate da fábrica Peixe, segundo nos relatou o índio Xukuru seu Dedé<sup>35</sup>, durante o I encontro Xukuru de troca de sementes realizado na Aldeia Cana Brava, Pesqueira/PE, em novembro de 2013:

O que eu me lembro muita gente adoeceu; um irmão meu adoeceu que quase morre (Chiquinho), um irmão meu quase se acaba, ele trabalha semanário, mensalmente, até o final da plantação. Trabalhava com o veneno, mas quando era no final, quando ele terminava tava com a pele toda pelada.

Em nosso estudo uma coisa que nos chamou a atenção foi a forma como as pessoas desconheciam ou mesmo não acreditam que esses produtos traziam qualquer risco à saúde. Como os agrotóxicos eram e são vendidos sob a insígnia de remédios para as plantas acabaram introjetando nas pessoas a ideia de que são inofensivos. Todavia, aqueles que os manuseiam diariamente, são os mais vulneráveis, como afirmado por Flávia Londres em seu estudo a respeito do assunto: “as pessoas mais expostas aos perigos da contaminação pelos agrotóxicos são aquelas que têm contato com eles no campo”. (LONDRES, 2011, p. 26)

Um de nossos entrevistados, o Sr. Exedito Miguel de Araújo, parceleiro fornecedor da Fábrica Rosa até a década de 1990, morador da região da Ribeira, também, nos falou sobre o uso de agrotóxicos, explicando a finalidade dos quatro tipos de produtos usados na sua plantação de tomate. Segundo o entrevistado, os produtos eram aplicados e cada um tinha uma função específica.

A gente usava o dithane pra o frio e folidó pra matar a lagarta e a cola pra sustentar o remédio [...] ah, tinha o verdão também, pra folha ficar verdinha. Quatro tipos de veneno, de remédio que a gente usava. Cada um pra uma coisa.

Os agrotóxicos *dithane* (que também foi utilizado por Zé de Santa) e *folidol*, citados por seu Exedito, por exemplo, possuem um grau de toxicidade elevado

---

formadoras do tecido sanguíneo. Disponível no site <http://www.mundoeducacao.com/biologia/tecido-hematopoiético.htm>. Acessado em 15/07 /2014.

<sup>35</sup>Entrevista realizada na Aldeia Cana Brava, Pesqueira, em 14/11/2013.

segundo alguns estudos científicos, informado, até mesmo nos manuais disponibilizados pelos próprios fabricantes, conforme pudemos constatar.

Esses venenos, chamados de “remédios” e aplicados por seu Expedito, estão ao alcance de todos sem um controle mais rigoroso. Ainda que os órgãos de fiscalização tenham imposto algumas restrições e indiquem as regras para a aquisição e manuseio desses produtos. Apesar das recomendações dos órgãos de vigilância, constante nas páginas vinte e vinte e um dos manuais<sup>36</sup> e nas páginas quatro e cinco das cartilhas distribuídas pela Agência de Defesa e Fiscalização agropecuária de Pernambuco (ADAGRO) para que haja a devolução das embalagens vazias aos revendedores, para o correto descarte, além da necessidade de apresentação de receituário assinado por um técnico agrícola para a aquisição do material, um estudo divulgado em 2008 indicava que em Pesqueira:

Os produtos químicos são comprados no comércio local (94,6%) e sem a exigência de receituário agrônomo em 67,2% dos casos. 52,0% dos agricultores recebem orientação de como usar os produtos químicos, sendo esta feita em 52,6% dos casos pelo vendedor. 52,6% referiram ler o rótulo. O significado das cores<sup>37</sup> presentes nos rótulos das embalagens de agrotóxicos é compreendido por 21,1% dos indivíduos. A orientação de como se proteger dos agrotóxicos é feita em 45,6% dos casos e de forma inadequada em 69,0%. (GONÇALVES, 2008, p. 74)

Esse quadro de desinformação é facilmente detectável, apenas observando as falas de nossos entrevistados. Seu Expedito, que produzia uma média 250 caixas de tomate por semana, plantados em aproximadamente 2,5 hectares de terra, fazia uso dos venenos nas seguintes proporções:

Quando tinha muita lagarta eu colocava num tambor de 12 latas, 25 ml de veneno<sup>38</sup>, 800 gramas de dithane<sup>39</sup>, 25 ml de cola e outras 25 de verdame para ficar toda verdinha [...] oxi, eu gastava pra mais de dez quilos de veneno, de dithane, mais de dez quilos de dithane por semana. E ele era o mais caro que tinha.

---

<sup>36</sup>Manual de Fiscalização de Agrotóxicos, seus componentes e afins da ADAGRO/PE, 2010.

<sup>37</sup>Cores identificadoras da classificação toxicológica estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

<sup>38</sup>O veneno ao qual se referiu foi o agrotóxico folidol, usado para matar lagartas, conforme expressou em fala anterior.

<sup>39</sup>Os fabricantes do *dithane* recomendam dissolução de três quilos desse agroquímico para produzir até 1.200 litros de solução a ser aplicada por hectare de terra. Cada tambor referido pelo agricultor tem capacidade de duzentos litros.

A aplicação era feita pelo próprio agricultor e seus filhos, com as próprias mãos usando um pequeno pulverizador de costas improvisado e “não usava equipamento de proteção não”, segundo Seu Expedito. Além disso, o entrevistado afirmou que os vasilhames ou embalagens eram reutilizados para armazenamento de água.

Dona Celeste nos relatou com certo tom de orgulho, que mesmo tendo tido contato com os agrotóxicos durante anos e ingerindo-os junto com os frutos *in natura*, não tinha queixas sobre doenças e que gozava de boa saúde.

E nós apanhava a tomate lá no roçado, plantava melancia lá no roçado e quando nós tava apanhando a tomate, lá mesmo nós quebrava as melancias, chupava, espremia as tomates e comia lá. Tomate branca do dithano, branca, branca do dithano, a gente só limpar, espremia e comia e nunca tivemos nada.

A contaminação do solo também foi tratada como algo inexistente, ou pelo menos, que não tinha efeito sobre a saúde de quem se abastecia da água acumulada em um barreiro<sup>40</sup>, localizado na área das terras onde dona Celeste e seus vizinhos plantavam tomate usando agrotóxicos. A entrevistada relatou, sobre a existência e o aproveitamento da água dessa pequena barragem nas proximidades de sua propriedade, que servia tanto para o plantio, quanto para o consumo humano:

Nós plantava tomate em cima e a barragem era embaixo. E quando chovia a chuva do inverno, que nesse tempo era muita chuva aqui, a água descia todinha pra dentro do barreiro e a gente carregava água lá do barreiro pra cozinhar e beber e nunca tivemos nada. Plantemos na beira do barreiro, ali oi, na beira do barreiro e esse veneno que corria do tomate, corria pra dentro do barreiro e nunca tivemos nada.

Outra entrevistada demonstrando desconfiança quanto as possibilidades de intoxicação, ou aquisição de doenças pelo uso dos produtos agroquímicos destinados a agricultura, foi a Sra. Maria do Socorro Pinheiro<sup>41</sup> quando narrou sobre o falecimento de um conhecido seu, que também trabalhou nas lavouras de tomate no município:

Olhe, assim, que ficou doente, hoje é que os médicos fala, que as pessoas que ficou doente, no caso do meu irmão que foi administrador da Peixe, que

---

<sup>40</sup>Pequeno reservatório escavado no terreno para acumular água da chuva.

<sup>41</sup>Entrevista realizada em Pesqueira, em 25/01/2015.

ele sentia o vento, assim o cheiro daqueles agrotóxicos fortes, os médicos diz que essas pessoas que até hoje tem problema, diz foi daquele tempo da Peixe. Então faleceu um cumpadre meu que era administrador da Peixe [...] Pessoa bem conhecida. O médico disse, ele paralisou e logo, logo, ele faleceu e em Recife o médico falou, assim fala a família que foi o veneno da Peixe, mas a gente não tem certeza, não temos, porque um diz que foi. Outro diz foi câncer, aí eu não sei a verdade. Ele paralisou assim do meio pra baixo e em seguida faleceu, bem repentino, assim quando apareceu. (semblante de consternação) [...] Ele já era assim meio afônico, ele tinha assim que nem uma alergia, ele espirrava muito, era assim. Mas ninguém sabe dizer.

Dois dos agrotóxicos usados e citados por Seu Exedito e por dona Celeste, e que eram indicados pelas indústrias tomateiras para serem usados por todos os produtores, possuem graus diferentes de toxicidade, mas ambos representam riscos à saúde, de acordo com a Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Apesar de Seu Exedito ter dito não lembrar, de “nunca ter tido uma dor de cabeça” por conta do uso desses produtos, o *Dithane* tem classificação de cor azul, já o Folidol tem rótulo de cor amarela para indicar sua toxicidade e ambos são considerados nocivos à saúde humana segundo os médicos e especialistas. Esses produtos se enquadram ou são classificados de acordo com a tabela abaixo.

**Tabela IV** - Classificação toxicológica dos agrotóxicos

<b>Classe</b>	<b>Toxicidade</b>	<b>Cor indicada na embalagem</b>
I	Extremamente tóxico	Faixa vermelha
II	Altamente tóxico	Faixa amarela
III	Moderadamente tóxico	Faixa azul
IV	Pouco tóxico	Faixa verde

**Fonte:** ANVISA/2011

O uso de produtos químicos capazes de modificar os componentes naturais existentes no solo, aniquilando espécies animais e vegetais nativos, poluindo as águas dos rios, direta ou indiretamente, por meio da penetração desses produtos na terra, contaminando os lençóis de água que serviriam para o consumo humano e animal ou mesmo no fabrico dos produtos foi a característica na relação socioambiental da agroindústria.

Para além das situações expostas acima, nos deparamos, também, com narrativas sobre as condições de trabalho dentro e fora das fábricas que são emblemáticas da falta de precauções no manuseio dos maquinários e dos produtos agroquímicos destinados a lavoura do tomate.

Em conversa com “Seu Zequinha”, que trabalhou nas caldeiras da Fábrica Peixe, quando indagado sobre a existência de equipamentos de proteção afirmou “a proteção da gente era o couro da gente mesmo. O couro e a roupa (risos)”.<sup>42</sup>

A senhora Maria Quitéria da Silva, conhecida como Maria Gorda, índia Xukuru, nos contou que quando trabalhava na Fábrica Peixe sofreu um acidente nas dependências da indústria e não estava fazendo uso de nenhum equipamento de proteção.

Quanto a esse acidente que aconteceu comigo lá, que eles afastaram eu, foi num ferro, eu fazendo limpeza e botando as caixas debaixo da esteira, que eu ia trabalhar no outro dia. Devido tá muito liso eu escorreguei e caí e bati com a cabeça, aí levaram eu pra Recife. Eu fiquei um mês internada, isso foi em 90.

Esse é o cenário mais comum do modelo agroindustrial predominante durante o século XX, com o aumento da produção agrícola, utilizando de todos os instrumentos disponíveis para alcançar a maior rentabilidade, fazendo uso inclusive dos agrotóxicos, que são prejudiciais, também, à saúde humana. Pois, o agrotóxico é responsável pela deterioração da própria vida humana, colocando-a em risco, como escreveu Rachel Carson, na década de 1960.

Ainda ontem a humanidade vivia com medo dos flagelos da varíola, do cólera e da peste bubônica que outrora havia assolado as nações por onde passavam. [...] O saneamento, melhores condições de vida e novos remédios nos deram um grau maior de controle sobre as doenças infecciosas. Hoje estamos preocupados com um tipo diferente de risco que se oculta em nosso meio ambiente – um risco que nós mesmos introduzimos em nosso mundo, à medida que nosso estilo de vida moderno se desenvolve. [...] criados pela radiação em todas as suas formas, nascidos da criação interminável de produtos químicos, dos quais os pesticidas são uma parte, esses produtos químicos agora impregnaram o mundo o mundo em que vivemos, atuando sobre nós direta e indiretamente, individual e coletivamente. (CARSON, 2010, p. 162)

---

<sup>42</sup>Entrevista realizada em Pesqueira, 18/03/2014

Foi esse estilo de vida, inaugurado com a industrialização, discutido por Carson na década de 1960, que trouxe consigo as consequências que vão além do que é possível perceber imediatamente, que foi perseguido pelo Brasil e por Pernambuco, no passado e parece se perpetuar no modelo atual de desenvolvimento.

### **2.3. Os caminhos para evidenciar a História Ambiental de Pesqueira**

Se a perspectiva de análise tomar como ponto de partida a teoria segundo a qual os “eventos só podem ser narrados e estruturas só podem ser descritas” (KOSELLECK, 2006), teremos uma sequência compreendida de um “antes e um depois” do advento da agroindústria tomateira no município de Pesqueira. Ou se partirmos da perspectiva de Schapochnik (1996, p. 21), na qual “o modo de relacionamento que parece inerente aos objetos narrados, na verdade é forjado pelo historiador no próprio ato de identificação e descrição dos eventos”, existirá uma releitura da História desse mesmo evento a partir da metodologia estabelecida.

Estas e outras discussões acerca do trabalho em História são temas de inúmeros textos, sem que, no entanto, essas dicotomias se materializem sempre no fazer historiográfico. A tarefa de um historiador vai além do levantamento das informações sobre o objeto/tema e possibilita a ele uma narrativa, onde se faz necessário o significado da abordagem e da metodologia a serem usados.

O que determina as escolhas dos historiadores (no recorte dos objetos, na preferência dada a uma forma de trabalho, na eleição de um modo de escritura) é muito mais o lugar que eles ocupam na “instituição do saber” do que o prazer de sua subjetividade. O que dá coerência ao seu discurso não é, ou não somente, o respeito às regras, mas as práticas específicas determinadas pelas técnicas de sua disciplina. (CHARTIER, 2009, p. 17)

Uma vez escolhido o objeto/tema e o modo como será pesquisado, o historiador estabelece seu ritmo e a perspectiva analítica como será representado ou rerepresentado para os leitores. Todavia, entendemos que isso não acontece sem que o pesquisador receba (ainda que não perceba ou admita) influências de circunstâncias, de escritos de terceiros ou de instituições. Essas interferências, por vezes, são tão sutis que parecem mesmo não existir.

No momento em que nos ancoramos na História Ambiental, firmamos um caminho metodológico para observação e análise dos eventos ocorridos em Pesqueira a partir do advento da agroindústria tomateira, que se estabeleceu

naquele território e que teve duração de cem anos. Essa experiência mesmo tendo se encerrado, permanece viva nas memórias de seus cidadãos e em fontes escritas, como os jornais publicados na cidade.

No que concerne a existência de dualidade entre provas documentais e memórias, na busca por uma suposta verdade sobre os acontecimentos recolocamos os argumentos de Paul Ricoeur sobre a grandeza cognitiva das memórias, expostas nas afirmações de Sabina Loriga:

[...] apesar das armadilhas que o imaginário arma para a memória, pode-se que uma busca da verdade está implícita no olhar sobre a coisa passada [...]. Essa busca da verdade especifica a memória como grandeza. Mais precisamente, é no reconhecimento, no qual se conclui o esforço da lembrança, que essa busca se declara. Sentimos e sabemos então que algo se passou, que algo aconteceu, que nos implicou como agentes, como pacientes, como testemunhas. (RICOEUR *apud* LORIGA, 2009. p. 21)

Destacamos, também, que as memórias têm sido empregadas como fontes para as Ciências Sociais, levando em conta suas potencialidades para a compreensão da construção do pensamento individual e coletivo de grupos sociais, e nessa perspectiva é possível afirmar:

A memória está presente em tudo e em todos. Nós somos tudo aquilo que lembramos; nós somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção sócia; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, a partir de resíduos deixados anteriormente. (SANTOS, 2003, p. 40 )

Nesse sentido, a cidade de Pesqueira parece estar dotada de um sentido e uma memória coletiva que tem como referência histórica, predominante, o surgimento e a decadência da Fábrica Peixe e suas concorrentes no ramo alimentício. A indústria tomateira foi/é um marco na história de Pesqueira, sobre o qual repousam e são construídas diversas narrativas e representações. Todavia, se faz necessária a atenção às armadilhas próprias desse tipo de construção, as narrativas a partir dos relatos baseados nas memórias, pois como afirmou John Tosh:

Sabemos da experiência pessoal que a memória não é nem fixa nem infalível: nós esquecemos, nós revestimos memórias antigas com experiência posterior, nós alteramos a ênfase, nós cultivamos falsas memórias, e assim por diante. [...] A memória coletiva está marcada pelas

mesmas distorções, à medida que nossas prioridades correntes nos levam a destacar alguns aspectos do passado e excluir outros. (TOSH, 2011, p.16)

Contudo, um caminho importante de construção são as narrativas: “uma forma de configurar os eventos do passado na sucessão temporal, construindo significados e sentidos humanos” (ESPÍNDOLA, 2012, p.171).

A partir de memórias individuais, como é o caso do octogenário Minervino Osório que em conversas informais relatou como começou trabalhando nos serviços gerais e mesmo tendo cursado apenas a segunda série primária<sup>43</sup>, tornou-se o topógrafo da empresa e depois gerente da Fábrica Peixe.

A partir de suas memórias podemos perceber a dimensão do empreendimento da família Britto, que empregava aproximadamente 12.000 pessoas nos campos de tomate e 3.000 na fábrica, processando até 76.000 caixas de tomates por dia. Enquanto que o Sr. João Eudes<sup>44</sup> nos informou sobre a existência de aproximadamente 20.000 hectares de terras ocupados pelas fábricas com o plantio de tomate.

Essas narrativas foram possíveis por meio do esforço de rememorem o próprio passado, ligando-o a história da fábrica e da localidade. Um exercício de “rememoração” que como Ricoeur afirmou é:

[...] proporcionar o sentimento da distância temporal; mas ela é a continuidade entre presente, passado recente, passado distante, que me permite remontar sem solução de continuidade do presente vivido até os acontecimentos mais recuados da minha infância. (RICOEUR *apud* SILVA, 2002, p. 25)

Sobre a utilização da citação ou do reconhecimento do discurso a partir do apoio em outrem, a História como escritura desdobrada tem, então, a tripla tarefa de convocar o passado, que não está num discurso no presente; mostrar as competências do historiador, “dono” das fontes; e convencer o leitor: “Sob esse aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. O que produz credibilidade”. (CERTEAU 1982, p. 55)

A pesquisa sobre as questões socioambientais relacionadas a agroindústria tomateira e a história pesqueira foi possível ser efetuada por meio de uma

---

<sup>43</sup>Equivalente na atualidade ao terceiro ano do Ensino Fundamental.

<sup>44</sup>João Eudes, foi agrônomo da Fábrica Rosa na década de 1970. Entrevista realizada em Pesqueira, em 18/03/2014.



perspectiva que nos levou a compreender ou interpretar os eventos a partir dos múltiplos discursos, olhares e perspectivas narrativas, utilizando as diversas fontes e métodos, observando os diálogos possíveis entre as diferentes versões. Ou como afirmou ESPINDOLA (2012, p. 171): “a narrativa é uma forma de configurar os eventos do passado na sucessão temporal, construindo significados e sentidos humanos”.

Foi possível identificar em escritos e narrativas de pessoas envolvidas diretamente com as indústrias de beneficiamento do tomate as razões para o declínio dessa atividade e entre as mais comuns foram citadas a baixa pluviosidade e a impossibilidade da utilização de um sistema de irrigação que garantisse uma maior produtividade, além da concorrência comercial. Entretanto, essa queda da produção não foi vinculada a fatores de intervenções humanas no Ambiente, como o uso excessivo de agrotóxico que segundo Seu Dedé<sup>45</sup>, índio Xukuru, “chegava de carrada de veneno”, informação corroborada pelo senhor João Eudes<sup>46</sup>, agrônomo da Fábrica Rosa na década de 1970: “os agrotóxicos chegavam em várias carretas”. Esses agrotóxicos abasteciam as fábricas e eram distribuídos entre os plantadores internos e os agricultores “parceiros” para forrarem as lavouras de tomate. Tampouco se atribui o insucesso ao esgotamento dos recursos naturais, como a madeira nativa que alimentava as caldeiras industriais ou a necessária substituição do maquinário, por outros mais modernos movidos por combustível fóssil com custos mais elevados.

A história da agroindústria em Pesqueira é permeada de interesses econômicos, memórias saudosistas da “glória” de um passado não muito distante e de que o “progresso” trazido pelo pioneirismo da família Britto, proprietária da Fábrica Peixe, foi algo imprescindível para o município e que não mais voltará. As questões ou problemas ambientais causados pela industrialização não figuram entre as lembranças mais vivas de boa parte dos entrevistados ou nas notícias dos jornais locais no decorrer das décadas ou momentos históricos pesquisados. E isso pode ter, particularmente, uma intencionalidade vinculada aos interesses daqueles que escreveram ou rememoraram os acontecimentos relativos à agroindústria local. Na História Ambiental é preciso ter sempre presente que “o tempo no qual se movem as

---

<sup>45</sup>Entrevista realizada na Aldeia Cana Brava, Pesqueira, em 14/11/2013.

<sup>46</sup>Entrevista realizada em Pesqueira, em 18/03/2014.

sociedades humanas é uma construção cultural consciente”. (DRUMMOND, 1991, p. 178)

Portanto, para fazer uma História Ambiental de Pesqueira foi necessário distinguir os múltiplos aspectos, para fugir de armadilhas contextuais dispostas na trajetória histórica da cidade e da existência das atividades fabris no município. E aqui recorreremos aos argumentos do pesquisador quando alertou que:

A fragilidade da História Ambiental se torna maior se o discurso vem acompanhado de generalizações supostamente críticas que acusam os homens, a sociedade, a economia, etc., sem que se esclareçam as categorias envolvidas na problemática relacional: os atores a política dos atores (intenções e finalidade), a estratégia que é utilizada para se alcançar os fins, os mediatos da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação (RAFFESTIN *apud* ESPINDOLA, 2012, p. 171)

Nesse sentido é importante ressaltar que o processo de industrialização vivenciado pelos habitantes de Pesqueira e região se inseriu num contexto, ou mais de um, no qual esse tipo de atividade era factível e que a sociedade de então, movida por interesses difusos, engendrou.

#### **2.4. O *plantation* do tomate: os jornais e as memórias como fontes para a História Ambiental de Pesqueira**

As discussões sobre os tipos de documentos utilizados para a escrita da História é algo recorrente na historiografia, ou seja, tem suscitado inúmeros e infundáveis debates. O percurso do pesquisador buscando dar verossimilhança as situações e narrativas, que nem sempre estão baseados em documentos administrativos estatais ou em determinados postulados historiográficos, não significa negar os papéis que as fontes documentais representam, mas sim conectar fios, utilizando-se das fontes disponíveis em suas múltiplas formas. Ou como afirmou um renomado historiador italiano contemporâneo: “reconhecer as dimensões retórica ou narrativa da escritura da história, não implica, de modo algum, negar-lhe sua condição de conhecimento verdadeiro, construído a partir de provas e de controles”. (GINSBURG, 2002, p.20)

Entre estas fontes a que se recorrem incluem-se cartas, resoluções governamentais que variam nas formas de acordo com os modelos estatais adotados em cada sociedade e momentos históricos, memórias, tradições orais e escritos anteriores a existência dos Estados; comunicados religiosos; imagens, etc.

Em nosso estudo utilizamos os jornais como fontes importantes para pesquisas. Não porque tenham mais valor que qualquer outro documento, mas, por se tratar de um veículo comunicativo no qual encontramos relatos e inquietações, que, mesmo não sendo imparciais ou livres de conceitos ou intencionalidades nos possibilitam observar e extrair de suas páginas informações relevantes para a compreensão da História Ambiental no município de Pesqueira, a partir da agroindústria do tomate ao longo da primeira metade do Século XX.

Os jornais como fontes de pesquisas recebia pouca credibilidade por parte dos historiadores, particularmente até a década de 1970, por serem em sua maioria, ou pelo menos os de grande circulação, vinculados a interesses privados de seus proprietários e suscetíveis a influências de terceiros, como seus anunciantes ou agentes do Estado, por exemplo. E também devido ao posicionamento de seus jornalistas, colonistas, articulistas ou colaboradores, em um contexto histórico de repressão e censura no Brasil. A postura dos historiadores começou a mudar na medida em que passou a se considerar que:

Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que engatam a contextos sócio-culturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Dito de outra maneira, o conteúdo em si não pode ser dissociado de lugar ocupado pela publicação na história, sendo essa a tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas. (ALVES, 2007, p. 10)

Evidencia-se a importância desse tipo de documento para as pesquisas históricas sem, contudo, esquecer que “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial, caracterizado como mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso”. (RODRIGUES, 1968, p. 22)

As discussões referidas acima encontram amparo ao verificarmos que de acordo com as circunstâncias e interesses esses meios de comunicação noticiavam ou veiculavam propagandas de seus patrocinadores, que utilizavam de espaços reservados a publicidade para prestar informações no mínimo contraditórias. Um caso ilustrativo dessa situação encontra-se no jornal *Correio de Pesqueira* de propriedade dos irmãos Cândido e Joaquim de Britto<sup>47</sup>, publicado em 1928, onde a

---

<sup>47</sup>Filhos dos fundadores da Fábrica Peixe: Carlos Frederico Xavier de Britto e Maria da Conceição Cavalcanti de Britto. Os Brito foram uma das conhecidas famílias tradicionais da elite em Pesqueira.

Fábrica Peixe fez uso de espaço destinado à propaganda, apresentada como pioneira do ramo no município e sendo fundada em 1897, quando o centenário da indústria foi comemorado em 1998.

Esse tipo de situação é fruto da necessidade demonstrada a todo o momento pela Fábrica Peixe de se apresentar como a primeira, a inigualável e outros adjetivos postos em propagandas dessa indústria, ainda que sua principal concorrente comercial, a Fábrica Rosa, tenha sido fundada em 1906.

Para o nosso estudo, pesquisamos os jornais *A Gazeta de Pesqueira*, *A Voz de Pesqueira*, *Jornal Era Nova*, *Jornal de Pesqueira* e o *Correio de Pesqueira*, todos publicados no município de Pesqueira, disponíveis no Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife), e com circulação no século XX. Alguns jornais com um funcionamento por um período mais longo, ou aqueles que não circularam na cidade nos mesmos anos, traziam notícias, notas e artigos da época em que existiam as plantações e fábricas de beneficiamento do tomate e de frutas para a produção de doces e conservas.

A nossa pesquisa além do levantamento das informações, se propôs fazer uma análise daquilo que emerge das manchetes, notas, comentários e demais notícias contidas nos jornais pesquisados, entremeado com falas de pessoas que presenciaram em momentos diferentes, a trajetória da agroindústria no município e região, a partir da perspectiva da História Ambiental.

Discutir a História Ambiental está relacionado ao argumento central desse campo de pesquisa interdisciplinar, que é identificar os acontecimentos e as mudanças ocorridas no Ambiente e no cotidiano social sob a perspectiva da interação Sociedade/Natureza/Sociedade. Ou seja: “Uma das peculiaridades mais destacadas da História Ambiental seria, assim, o exame das relações entre os seres humanos e, dentro e a partir delas, a análise das relações que se estabelecem com o mundo natural”. (MARTINEZ, 2006, p.19)

As visitas de técnicos e autoridades públicas de diversas áreas, em virtude da tão enfatizada pujança fabril foram sempre lembradas pelos órgãos de imprensa, especialmente os de Pesqueira. Visitas às plantações de tomate e apresentação do processo de beneficiamento do mesmo eram ações corriqueiras. Essas visitas, entretanto, não denotavam qualquer ação de caráter fiscalizador. Ou seja, não encontramos nos periódicos locais notas ou matérias sobre qualquer visita para

verificar questões relacionadas ao uso dos recursos naturais, como desmatamento ou poluição de qualquer ordem.

Personalidades de fora do estado e até de outros países se deslocavam para o Agreste pernambucano para conhecer a terra do tomate ou a “cidade das chaminés” (GALINDO, 2007, p.1). Tudo sempre bem noticiado sugerindo a dimensão que tomou a referida atividade econômica. Porém, as questões ambientais locais receberam pouca ou nenhuma atenção.

As condições de vida da maioria da população, a ocupação do solo, a utilização dos recursos hídricos, as relações produtivas no campo e nas indústrias situadas na cidade, as técnicas de manejo, o uso de agrotóxicos e suas consequências foram pouco noticiadas, aparecendo apenas em pequenas notas colocadas, sem maior destaque e geralmente ofuscadas pela exaltada grandeza industrial do município.

Em nosso estudo, buscamos discutir as notícias e artigos publicados nos periódicos com circulação no município de Pesqueira, analisando as relações entre os fenômenos aparentemente naturais descritos ou mesmo as vagas denúncias de ações humanas destruidoras do meio natural, sem que isso fosse associada com as demandas geradas pelas necessidades crescentes da agroindústria e demais atividades socioeconômicas. Pois, estas foram modificadoras do Ambiente na medida em que transformou matéria natural em objetos ou em energia para a fabricação de produtos diversos e como combustível para as máquinas fabris ou usadas nos meios de transporte. Embora, essas modificações sejam comumente vistas como algo necessário ao desenvolvimento e conseqüentemente trazendo benefícios para toda a sociedade.

Em raros momentos nos jornais pesquisados observamos posicionamentos questionadores das consequências socioambientais do uso dos recursos naturais. Um exemplo, que destacamos como uma exceção aos muitos comentários elogiosos ao progresso benfeitor foi uma denuncia na *Gazeta de Pesqueira* em 30 de julho de 1916 sobre a utilização de madeira retirada da Caatinga<sup>48</sup>. Era expressa a preocupação com as consequências para aqueles que viviam naquele Ambiente:

---

<sup>48</sup>Palavra de origem indígena que significa mata branca. É o único bioma exclusivamente brasileiro, sendo constituído por uma flora com mais de 58 espécies que abriga uma fauna com aproximadamente 148 espécies registradas.

É enorme a devastação das nossas últimas caatingas, cortando-se lenha para o serviço das locomotivas na *Great Western*. Tudo ficará reduzido a um terreno descampado, sem que o viandante encontre uma simples árvore, para acolher-se a sombra nos dias de maior verão. (GAZETA DE PESQUEIRA, 1916, p.3).

A pequena nota, em relação ao tamanho de outros textos bem maiores publicados naquele jornal, evidenciava que a despeito da existência de normas para a extração da matéria prima ou pelo menos do estabelecimento de valores a serem cobrados pela madeira extraída, a ação da empresa não levava em consideração o que preconizava o poder público municipal. A nota afirmava que “nossa municipalidade manda cobrar 500 réis por tonelada de lenha; entretanto, nem esse tributo entra para o seu cofre, permitindo-se que a madeira saia de graça”. (GAZETA DE PESQUEIRA, 1916, p.3).

A mesma nota seguiu discutindo o desmatamento e as mudanças ocorridas na paisagem natural:

A antiga floresta, devido à ocupação humana não só no alto da “serra” como na cidade lá em baixo, foi e continua a ser lenta e incessantemente substituída por sítios de cafeeiros, goiabeiras, bananeiras, verduras e hortaliças, por “mangas” para “refrigério” da pecuária, quando não apenas derrubada para abastecer de lenha às locomotivas da *Great Western* (atual rede ferroviária de nordeste... Há ainda a considerar o fenômeno “plantation” do tomate, a solanácea que ali se viu introduzida com êxito como matéria prima industrial e hoje, enxotando cada vez mais para longe os roçados de subsistência ou mesmo reduzindo as áreas de criação, vê-se cultivado em escala crescente, por processos técnicos os mais adiantados, prova evidente da capacidade dos filhos da terra e do que se pode conseguir dos solos e clima do agreste. (GAZETE DE PESQUEIRA, 1916, p.3)

Também encontramos no jornal, inquietações relacionadas ao uso indiscriminado dos recursos naturais, com consequências para os habitantes da região e para a própria agroindústria, como no caso de um artigo intitulado

“Reflorestamento”, assinado por Eugênio Chacon e publicado no jornal *A voz de Pesqueira*:

Impiedosamente, cresce o desmatamento de nossas florestas o que nos tributará futuramente, um sol mais inclemente, uma fragmentada sombra de arvoredo, um extinto patrimônio do estado e finalmente um forte impedimento para a movimentação de nossas fábricas e usinas que funcionam com

energia a vapor, visto desaparecer a lenha para o abastecimento de suas caldeiras. (A VOZ DE PESQUEIRA, 1948, p.4).

As necessidades criadas pela humanidade associadas à prevalência de uma tecnologia que necessita de uma determinada matéria prima, leva ao uso dessa matéria classificada como recurso natural e enquanto recurso é apropriado pela sociedade, Estado ou empresas criadas para prover o modelo vigente em cada época. Sendo que esse uso, no caso citado, é feito sem qualquer preocupação com as consequências.

Essas intervenções causam mudanças também na forma do ser humano se relacionar com a Natureza ao seu redor. A paisagem se modifica ou é modificada pela ação humana e isso pode trazer mudanças em hábitos cotidianos, mas também em ritos e tradições, deixando para alguns apenas as memórias de como era o Ambiente e de como se interagia com o mesmo. O índio Xukuru José Barbosa dos Santos, conhecido por Zé de Santa<sup>49</sup>, nascido na Aldeia Caípe<sup>50</sup>, por exemplo, recordou que:

Quando eu tinha 8, 9, 10 anos por aí, a onde nós morava no Caípe, a mata, ela tinha... num dava duzentos metros da casa, mata, madeira selvagem, não manga, mas madeira com dez, doze, quinze metros de altura. O quê que a gente fazia, um monte de menino, eu, meus primos, meus tios [...] a gente saía de casa ia pra mata, pegava numa árvore bem comprida, a gente amarrava uma ponta da corda nela. Juntava dois, três assim e soltava pra mode a gente se agarrar nos outros paus do outro lado [...] ou então brincar de guerra dentro da mata, de guerriar, na época, de arco e flecha, o quê que a gente fazia: flecha sem ponta, vamos guerriar, um caçar ao outro dentro da mata. [...] Era brincadeira de criança.<sup>51</sup>

Outra informação que nos chamou a atenção foi uma orientação dada através de uma coluna no mesmo jornal (*A Voz de Pesqueira*), denominada “Agricultura e Pecuária”. A informação era sobre um fungo conhecido como ferrugem da goiabeira (*puccinia psidii*) e como lidar com essa “praga”.

Parece que não há vegetal mais atacado pela ferrugem que a goiabeira, que ataca seu fruto desde quando ainda estão pequenos, o que impede seu desenvolvimento, endurecendo-os e matando-os. [...] Deve-se tirar os

<sup>49</sup>José Barbosa dos Santos, conhecido por “Zé de Santa”, 67 anos, é o atual Vice-Cacique do povo Xukuru do Ororubá.

<sup>50</sup>Entrevista realizada em Pesqueira, 14/11/2013.

<sup>51</sup>Uma das 24 aldeias no território Xukuru do Ororubá, localizado em Pesqueira e também em Poção, municípios na região do Agreste pernambucano.

ramos atacados e queimar tudo. Tratar as goiabeiras com calda bordaleza, pulverizando-as um pouco antes da floração, e mais tarde quando começarem a formar os frutos. (A VOZ DE PESQUEIRA, 1948, p.2)

Esse procedimento descrito acima, nada mais é que a utilização de um fungicida, feito à base de sulfato de cobre e cal, para o combate de uma fitopatologia (doença) que pode acometer as fruteiras citadas.

Se observarmos mais detalhadamente as situações tratadas acima, tenderemos a indagar sobre as relações entre Sociedade/Natureza/Sociedade, percebendo o desequilíbrio ambiental provocado pelas ações humanas e como isso afeta o próprio ser humano, na medida em que contamina não só os alimentos a ser ingeridos como também o solo. Ao mesmo tempo, temos as dimensões socioculturais que são afetadas pelas ações destruidoras do ambiente natural.

Outro questionamento que podemos fazer é sobre a pouca ou nenhuma informação, que as pessoas recebiam sobre os produtos químicos usados no combate as chamadas pragas nas plantações. O mesmo “Zé de Santa”, quando questionado sobre o plantio do tomate e o uso de agrotóxicos, afirmou:

Na época as águas eram sobrando. Na minha época 50, 60, 70 [...] Num tempo desse aqui as águas tavam correndo no riacho. Pegava a água no poço e colocava dentro da bomba, pulverizava, depois ia lá pegava de novo [...] todo veneno que a gente usava aqui ia pra li porque era tudo pertinho. A informação que a gente tinha era que o veneno não fazia mal. Quando a gente dava banho na tomate, pulverizava tudinho, ficava tudo amarelão, com o passar do tempo, com o sol tirava aqueles amarelos e ficava verde de novo, na hora que tava dando banho mudava de cor tudinho.<sup>52</sup>

O relato descrito acima não se configura como o único sobre o uso de agrotóxicos por agricultores sem o devido emprego de qualquer material ou equipamento de proteção ou medidas de segurança a saúde. Dona Maria de Andrade Lima também se referiu ao fato da seguinte forma: “tinha umas pessoas lá que era responsável por botar esses venenos lá. Era com aquelas bombas nas costas, só”.<sup>53</sup>

A nossa questão teórica diz respeito à interação do mundo social com o mundo natural, modificando o Ambiente, conforme observou um pesquisador da História Ambiental. Ou seja, o debate teórico “não pode ser dissociado das relações

---

<sup>52</sup>Entrevista realizada na Aldeia Cana Brava, em 14/11/2014.

<sup>53</sup>Entrevista realizada em Pesqueira, em 17/03/2014.



sociais e os vínculos que são estabelecidos, com o espaço, moldando territórios e afetando a natureza”. (MARTINEZ, 2006:21).

**Figura V:** Lavoura de tomate da Peixe na década de 1960



**Fonte:** Museu do Doce de Pesqueira, 2014

Essa interação que causa desequilíbrio é comumente interpretada como necessária e inevitável em nome do progresso. Para que aconteçam os “avanços” tecnológicos e produtivos, a humanidade pode prescindir do equilíbrio natural que garantiu a vida de diversos seres na terra, equilíbrio estabelecido há milhares de anos antes da existência do próprio ser humano. Isso porque foram precisos “longos períodos de tempo em que essa vida em desenvolvimento, evolução e diversificação chegasse a um estado de ajustamento e equilíbrio com o seu ambiente”. (CARSON, 2010, p.23)

A compreensão de que o humano é parte da Natureza não estando fora ou acima dela é algo discutido há muito, por autores que estudaram as sociedades humanas e sua interação com o Ambiente na produção de bens, a exemplo de Engels que afirmava:

[...] não podemos dominar a natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da natureza; mas sim que lhe pertencemos, com nossa carne, o nosso sangue, o nosso cérebro, que está mais no meio dela; e que todo o nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de chegar a conhecer suas leis e aplicá-las. (ENGELS, 1983, p.32)

O historiador José Augusto Pádua, em seu artigo “As bases teóricas da História Ambiental”, demonstrou o “surgimento” da História Ambiental a partir da concepção de Natureza como História e da ideia de que os grupos humanos seriam capazes de degradar o Ambiente, afirmando que essa visão é recente assim como as mudanças ocorridas nos marcos cronológicos da compreensão do mundo. Ou seja, trata-se de entender como a Natureza influenciou e ainda influencia a história humana. O autor discorreu que a História Ambiental propõe estudar as interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, e as consequências dessas interações para ambas as partes, ao longo do tempo. (PADUA, 2010, p.42).

A ideia de uma Natureza hostil, como se dela não fizéssemos parte, ou a crença sobre a intervenção divina nos cataclismos naturais, prevaleceram como dogmas durante séculos e em diferentes formas de organização socioeconômica ao longo da história, em detrimento do pensamento mais crítico sobre as intervenções humanas no curso dos rios, na destruição da vegetação e o extermínio de animais importantes para a manutenção de um equilíbrio do mundo natural.

A sociedade industrial estabeleceu uma relação utilitarista da Natureza, para atendimento das novas demandas criadas pela humanidade. Para tanto, destruiu e explorou os recursos naturais indiscriminadamente e sem preocupação das repercussões futuras e em certos casos as consequências imediatas, dessas ações.

No processo de industrialização moderna a transformação da matéria prima em produtos propiciou o desenvolvimento econômico em diversas partes do planeta gerando riquezas, mas ao mesmo tempo provocando desigualdades e conseqüentemente o não acesso de parte da população mundial a esses produtos.

A introjeção social do termo recurso natural compreende a interação humanidade-natureza, pois representa a transformação de matéria prima para o atendimento de necessidades eminentemente econômicas. Ou seja, os componentes naturais que têm sua gênese independente do ser humano, são utilizados na constituição ou reprodução de outros materiais que passam a ter um valor. A relação entre humanidade e Natureza é concebida como parte do processo social, pois, a dimensão física e material que adquire valor e significado pela sua inserção na vida cotidiana dos seres humanos, pois o ambiente é, necessariamente, uma construção social. (MARTINEZ, 2006, p.21).

A dualidade de pensamento, colocando de um lado os que apostam na exploração dos chamados recursos naturais, sem a preocupação com as técnicas utilizadas nessa extração e do outro aqueles que pensam na manutenção do Ambiente como forma de garantir um futuro, está presente em diversos momentos e episódios da História, inclusive no Brasil. Sendo, portanto, o debate sobre as formas de exploração ou utilização desses recursos algo que transcende os ciclos de especialistas ambientais, atingindo outras esferas.

No Brasil o processo de industrialização seguiu o percurso de destruição da Natureza como forma de garantir o funcionamento das fábricas e do próprio sistema. Entretanto, enquanto perdurou a escravidão o estrago nas terras foi acentuado em virtude das técnicas pouco evoluídas e do emprego de mão de obra forçada no trato da mesma. Aliás, essa foi uma discussão que ocupou boa parte da intelectualidade no Período Imperial, tendo entusiasmados defensores de duas vertentes. Havia aqueles que enxergavam na escravidão a única forma de produção possível por um lado, como também, personagens que interpretavam a utilização da mão de obra naquelas bases, como a responsável pelo aniquilamento do meio natural com consequente emperramento do progresso. Nesse sentido, José Augusto Pádua em seu livro *Um sopro de destruição* esclareceu que entre os pensadores:

A maioria deles considerou que era viável mudar o caráter ambientalmente destrutivo da economia brasileira sem acabar com o sistema do trabalho forçado. Alguns, na tradição de Bonifácio, Rebouças e Nabuco, defenderam a ideia de que enquanto vigorasse a escravidão não seria possível estabelecer uma relação saudável entre o homem e a terra no Brasil. (PÁDUA, 2004, p.17)

Esse e outros debates sobre a transformação de matérias em produtos, seja no campo, seja na cidade contribuiu para a formação de uma “consciência crítica” (PÁDUA, 2004), sobre a questão da utilização indiscriminada dos componentes naturais, classificados como recursos. Todavia, essa “consciência crítica” não se contrapunha ao famigerado progresso, tão necessário e inevitável.

Foi a interação socioambiental desequilibrada ou “desajustada”, desencadeada com a monocultura do tomate na região de Pesqueira, que buscamos observar a partir das pesquisas nos periódicos supracitados e dos relatos do entrevistado. Interação na qual, os humanos se relacionavam com o ambiente retirando dele seus componentes essenciais, como nutrientes e meios para que as

diversas espécies de vegetais e animais se reproduzissem. Os cursos de água foram desviados e represados, o desmatando no entorno de suas fontes e a contaminação dos leitos dos rios Ipojuca e Ipanema com dejetos industriais despejados sem tratamento, foram alguns dos desajustes impostos pela sociedade industrial ao ambiente natural em Pesqueira.

**Figura VI** - Rio Ipojuca na região da Ribeira em Pesqueira



**Fotografia:** Denise Lira, julho/2012.

A monocultura também foi discutida nos jornais, como era o caso do *Correio de Pesqueira*, que em coluna intitulada “Valorizemos as nossas terras” observava que “das vastas possibilidades dos nossos campos de lavoura, onde quase só se faz o cultivo da goiaba e do tomate” (COREIO DE PESQUEIRA, 1929, p.3), retratando a concentração produtiva e de utilização da terra para poucas culturas.

Em 1929 encontramos dois outros textos em um mesmo exemplar desse mesmo jornal: um exaltando o desempenho da indústria local e o outro na forma de prestação de contas da Prefeitura Municipal. Porém o que nos chamou a atenção foi o fato de que a fabulosa dinâmica fabril não representava a principal fonte de arrecadação do município. No primeiro texto se lê: “Sente-se que a cidade vive vertiginosamente uma época de accentuado progresso [...] O movimento de matéria

prima é estupendo. É simplesmente heroico” (CORREIO DE PESQUEIRA, 1929, p.4). O segundo texto é um balancete trimestral, onde pelos valores explicitados o comércio e a indústria juntos somaram 453\$000 (quatrocentos e cinquenta e três mil réis) ficando a frente apenas da receita sobre aforamentos que foi de 440\$000 (quatrocentos e quarenta mil réis), numa lista de treze itens que compunham a receita informada pela tesouraria municipal. (CORREIO DE PESQUEIRA, 1929, p.3)

Em que pese esses números não darem a completa dimensão da contribuição econômica das indústrias na cidade, pois os salários e a movimentação financeira podem ser contabilizados indiretamente, podemos observar que a pujança exaltada não se materializava como receita direta para os cofres públicos do município.

Retomando à questão da importância atribuída à agroindústria tomateira, sem perder de vistas as perspectivas de que as notícias geralmente deixavam de fora os problemas ou informações que ofuscassem o brilho dessa atividade econômica, símbolo do progresso da região.

Enquanto a cidade se desenvolvia ou simplesmente crescia seu espaço urbano a Natureza era devastada para garantir a produção. E essa destruição se acentuou pela expansão das fronteiras agrícolas que foram ao longo de um século quase que uma constante, ou melhor dizendo, as plantações cobriram e recobriram o território pesqueirense, mudando a paisagem local, substituindo a vegetação natural por plantas adquiridas em outras partes do mundo. Ou seja, cortavam-se as matas para plantar tomate e a madeira era usada para alimentar as caldeiras da indústria.

Um tema recorrente nos jornais foi a baixa pluviosidade ou o fenômeno da seca naquela região. Todavia, nos chamou a atenção notas sobre o desabastecimento e a discussão sobre contaminação da água no município. No que diz respeito aos dois primeiros pontos, são inúmeras notinhas sobre trovoadas e possibilidades de chuvas ou do flagelo da seca que se abatia sobre o povo da região. Esse tema era colocado em segundo plano, por se tratar, talvez, de uma rotina e como tal fazer parte de uma realidade que não enaltece a cidade e sua sociedade. Ou seja, tais assuntos tinham menor relevância, se comparados aos espaços ocupados nos jornais para noticiar a agroindústria.

**Tabela II** – Pluviosidade em Pesqueira (1946-1951)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1946	17.6	65.0	48.5	133.7	49.9	75.9	46.6	22.9	28.0	0.0	123.0	21.5	632.6
1947	28.9	2.9	440.2	164.8	91.6	62.4	39.5	30.3	5.0	2.8	64.1	45.8	978.3
1948	21.1	68.8	166.4	47.8	76.7	147.4	134.5	25.0	13.9	5.0	4.8	3.2	714.6
1949	4.2	93.5	9.3	120.8	136.6	74.9	65.6	26.6	28.9	3.8	174.0	1.9	740.0
1950	12.2	3.5	3.5	121.6	63.5	39.8	57.3	45.2	29.3	73.6	5.5	29.0	536.1
1951	8.9	4.8	4.6	6.5									

Fonte: jornal *A voz de Pesqueira*, 1951, p.2

Sobre a chuva encontramos também os levantamentos da distribuição e regularidade da mesma. Foram publicados, por exemplo, quadros demonstrativos sobre as médias pluviométricas, divulgados pela Estação Meteorológica de Pesqueira, como o apresentado acima.

O quadro acima, onde podemos identificar uma média pluviométrica de 786,32 mm<sup>3</sup> entre os anos de 1946 e 1950 e com uma média bem baixa nos meses iniciais de 1951, nos dá uma ideia da irregularidade na distribuição das chuvas entre os meses do ano, com períodos longos de baixa pluviosidade. Esse quadro corrobora a análise descritiva do município de Pesqueira encontrada na obra do geógrafo Hilton Sette, que escreveu poucos anos depois:

Também em relação às condições climáticas, Pesqueira é, realmente, uma cidade da região do Agreste, situada em uma porção mais ocidental, uma vez que suas precipitações, comandadas pela massa equatorial atlântica, alcançam ali a média anual de 687,5 mms, cota essa uma tanto superior as que comumente se registram no Sertão e muito inferior às que se verificam na zona canavieira. (SETTE, 1956, p.11)

Esse quadro de pluviosidade, no entanto, não justificava toda a escassez de água no município e as mudanças ocorridas na paisagem, que se tornava mais árida com a vegetação menos densa, onde algumas espécies de caatinga passaram a predominar por serem mais resistentes aos longos períodos de estiagem, enquanto espécies exógenas eram introduzidas no meio natural. Nesse sentido o mesmo autor, discutindo a baixa pluviosidade e sua consequência para a formação hidrográfica e o predomínio de determinado tipo de cobertura vegetal no município e na região, afirmou que:

[...] Tais condições climáticas não se mostram fielmente refletidas nos quadros hidrológico e botânico do cenário envolvente de Pesqueira. Um intenso desflorestamento do solo resultante da ocupação humana, um mais fácil escoamento das águas caídas através de enxurradas em lençol têm conseguido alterar o regime dos cursos fluviais e ampliar as áreas de domínio das caatingas, a ponto desses fenômenos serem observados alí por velhos moradores da região. (SETTE, 1956, p.30)

Ou seja, sem determinadas espécies, a cobertura vegetal não seria capaz de manter a umidade do solo e mesmo represar naturalmente parte da água que brotava ou escorria dos pontos mais altos do relevo pesqueirense. Além do mais, o desaparecimento de certas plantas influencia na extinção ou migração de alguns animais importantes na disseminação vegetal, por elas serem fonte de alimento ou por servirem de abrigo para eles. E tudo isso foi produzido pela ação humana, com a ocupação desordenada do solo e a retirada das proteções naturais constituídas pela Natureza em um longo período de formação.

Sobre o desabastecimento de água, constante no município, uma nota com o título de “Água”, publicada em uma coluna no jornal *Gazeta de Pesqueira*, cobrava providências do poder público para solucionar o problema, uma vez que a população pagava pelo serviço. Com um tom jocoso a notinha afirmava:

Si as reclamações servissem, diríamos que todos os dias não temos água no encanamento, chegando alguma – bem tarde e tão minguada como cacimba em tempo de sêca. Mas como as cousas são assim mesmo e acabam enfadando os que deviam atender, - voltamos atraz para dizer então, que o contentamento está conosco, principalmente quando termina o mez e vem o procurador receber 6\$000 daquilo que não nos venderam, deste contrato que não foi cumprido! Louvado seja Deus... (GAZETA DE PESQUEIRA, 1929, p.2)

O *Jornal de Pesqueira* em 1931 também apresentava uma nota reclamando da falta de água e de providências do governo municipal para minimizar a situação da população atingida com o desabastecimento e a seca. Dizia a nota:

A falta d'agua em Pesqueira merece atenção dos poderes públicos. Os manaceas estão estanques e a população pobre, para mitigar a sêde inclemente, vê-se na dura contingencia de bebêr a água salgada da “Pitanga”. [...] Note-se que este serviço constiue para o município, uma das principaes fontes de renda. Urge, portanto, uma providência que assegure a população de Pesqueira agua necessária ao seu consumo. (JORNAL DE PESQUEIRA, 1931, p.3)

Nesse aspecto fazem sentido o que escreveu Betânia Galindo em seu estudo quando apontou a existência de

[...] acusações de favorecimento político ao grupo Peixe, uma delas é a denúncia de que a fábrica Peixe usava toda a água da cidade na sua atividade fabril. Causando sérios problemas de abastecimento à população e de que era a prefeitura que arcava com a conta de água da referida fábrica. (GALINDO, 2007, p.56)

A ideia de que a população ficava sem água por favorecimentos e reclamava desse desabastecimento sem explicações, não é algo sem fundamentos, principalmente se observarmos o que foi publicado em outro jornal: “Voltou a não termos água em nossa habitação. Vejam quem é o chefe de peça que se vai ficando com a que nos pertence. Desta forma, nada poderemos pagar no fim do mez” (A VOZ DE PESQUEIRA, 1929, p.3). Onde observamos que as insatisfações ocorriam em virtude da cobrança indevida por um serviço não prestado, mesmo não havendo estiagem. Na sequência vemos outra nota na mesma coluna dizendo que o “Tempo continua chuvoso. As notícias do alto Sertão são muito boas”. Enquanto isso, não há registro nesses órgãos de imprensa de que a produção das fábricas tenha estancado em virtude de qualquer desabastecimento de água.

Também encontramos várias notas sobre doenças como a peste bubônica, pragas como a que foi publicada no texto “Império das moscas” (A VOZ DE PESQUEIRA, 1953, p.1) e a proliferação de lagartas, que mereceram até a abertura de um posto de combate a esse mal na lavoura. Entretanto, esses males ou fenômenos não foram associados ao desequilíbrio ambiental causado pela introdução de espécies exógenas e da produção do tomate em larga escala.

Em que pese o apelo para que as autoridades tratassem da questão sanitária, tomando medidas para amenizar o problema, a nota intitulada “Epidemias” da *Gazeta de Pesqueira*, trouxe o seguinte:

Estamos a braços com as pestes, sem que nenhum poder se abalance para minorar a situação. A vila de Poção totalmente abandonada, sem o menor saneamento; a serra do Urubá invadida pela peste bubônica. Ainda esta semana pessoas que voltaram a Poção, na esperança de que poderiam habitá-lo, foram atingidas pela febre de mau caráter e morreram em 24 horas. A bubônica campea, fazendo avultado número de vítimas. (GAZETA DE PESQUEIRA, 1928, p.3)



Várias outras notas, tratavam da peste bubônica na cidade entre os anos de 1928 e 1929, sem, contudo, discutir essa proliferação da doença a partir do desequilíbrio entre os roedores enquanto vetores transmissores do mal em maior número e a possível diminuição de seus predadores naturais, em virtude das modificações impetradas no habitat dos ratos com a implantação das grandes áreas de lavouras destinadas à agroindústria. Ou seja, a devastação das matas e da caatinga, para dar lugar ao plantio do tomate, melhor dizendo, da monocultura tomateira estabelecida no município, provocou um desajuste no Ambiente e trouxe repercussões danosas para o ser humano.

Na sua coluna publicada em *A Voz de Pesqueira*, Eugênio Chacon usou o espaço em 1959 para fazer uma análise sobre as condições de vida humana, referindo-se as mudanças no Ambiente, mais especificamente como estavam relacionadas diretamente com o inevitável progresso. Escreveu o articulista:

[..] reconhecemos que dia a dia a existência humana vai se complicando mais, vai sendo mais exigida, pela civilização, pelo progresso contínuo e avassalador. O homem empurrado ou não, vai participando daquilo que a natureza lhe proporcionou e ele habilmente soube aproveitar, dando-lhe mil formas atraentes. [...] A medida que os tempos passam, o homem se torna mais escravo de sua obra. (A VOZ DE PESQUEIRA, 1959, p.1)

Todavia, observamos que as afirmações são generalizadas, pois não foi estabelecida nenhuma relação com o processo agroindustrial que a cidade estava vivendo. As preocupações pairavam sobre um progresso genérico e os apelos direcionados aos poderes públicos de uma forma em geral. O que é compreensível, pois o autor do texto era também um dos proprietários do jornal e membro de uma das conhecidas famílias tradicionais da elite de Pesqueira.

Tal situação possui semelhanças com as preocupações generalistas sobre o aquecimento global, ocupando parte das páginas dos jornais brasileiros na atualidade e que nenhuma relação faz com o sistema produtivo vigente ou raramente nomeia, especifica os responsáveis pelo desequilíbrio ambiental. Uma vez que esses periódicos são também de propriedades de famílias da elite que estão vinculadas ou veiculam propagandas de grandes empreendimentos estatais ou privados, empresas nacionais ou multinacionais que degradam, destroem a Natureza em nome do progresso e de um suposto benefício para toda a sociedade.

Onde o discurso de proteção a Natureza na maioria das vezes procura incutir apenas as responsabilidades individuais. Ou ainda evidencia a Natureza naquilo que tem de exótico, exterior ao ser humano, um paraíso distante sem as interações humanas e das relações sociais de poder no acesso e uso dos recursos naturais em igualdade para todos.

A atividade agroindustrial iniciada em 1898, com a fabricação de doces pela família Britto e que em depois introduziu o tomate na produção de conservas, se tornou o principal produto da conhecida Fábrica Peixe. Atividade se estendeu por todo o século XX, sendo responsável por inúmeras mudanças, que podem ser verificadas nos mais variados aspectos da vida social e da história do município de Pesqueira, no Agreste pernambucano. Ocorreram significativas mudanças no campo socioeconômico, por ter sido a principal fonte de renda de seus moradores, das cidades vizinhas e de arrecadação do município, haja vista a quantidade de pessoas que empregava direta e indiretamente.

Pela dimensão alcançada, a agroindústria também influenciou em muito no modo de vida das pessoas e na rotina das cidades. Possibilitou o surgimento de novas classes sociais, como uma burguesia industrial e uma classe de operários assalariados, que só na fábrica Peixe era de aproximadamente 3.000 (três mil) trabalhadores, envolvidos diretamente na produção. Transformou o município em um polo econômico importante e trouxe investimentos, arregimentando um número muito grande de pequenos produtores como parceiros produtivos e muitos outros para trabalhar em suas plantações, atraindo assim agricultores e trabalhadores de várias regiões do estado.

Nosso interesse, no entanto, está nas mudanças ocorridas no mundo natural e nas relações socioambientais estabelecidas a partir dessa atividade econômica. Assim como as mudanças em torno das práticas e técnicas de plantio introduzidas pela Fábrica Peixe e por outras fábricas que surgiram ou se instalaram no município.

Os impactos ambientais com a introdução dos agrotóxicos como fertilizantes, adubos e praguicidas, nas lavouras de tomate e que depois passaram a ser utilizados nas demais plantações pelos pequenos agricultores e indígenas. Assim como as consequências socioambientais provenientes do uso desses produtos, conforme nos foi relatado em conversas informais em nossas andanças pela região,

o que demonstraram a necessidade de estudar a agroindústria sob a ótica da História Ambiental.

A cultura do tomate esteve e continua associada ao uso de agrotóxicos como forma de garantir sua produtividade. Segundo informa dados de pesquisa realizada pela Embrapa e publicada recentemente:

Estudos realizados em Pernambuco para a cultura de tomate, comprovaram a ocorrência do emprego preventivo dos agrotóxicos gerando outros problemas, dentre eles a necessidade de uso crescente de novos produtos e misturas; além disto, constataram que há carência de ações que visem à proteção da saúde dos trabalhadores rurais que lidam com agrotóxicos bem como de medidas contra os danos ambientais. (GOMES, 2011, p.23)

Em Pesqueira o quadro não foi diferente, inclusive entre os indígenas que desde o período de introdução dos agrotóxicos por parte das fábricas e por indução das mesmas, passaram a plantar com esses produtos. Entretanto, a partir das resoluções de suas últimas assembleias ocorridas em 2013 e 2014 e de encontros de troca de sementes, o povo Xukuru do Ororubá vem buscando por meio das ações da JUPAGO<sup>54</sup>, reintroduzir entre os indígenas uma prática de plantio livre do uso de agrotóxicos.

**Figura VIII** - 1º Encontro de Troca de Sementes. Aldeia Cana Brava, Território Indígenas Xukuru (Pesqueira) 14 de novembro de 2013.



**Foto:** Daniel Max

<sup>54</sup>Organização dos Xukuru do Ororubá, composta por técnicos agrícolas e agrônomos, que são responsáveis pela formação agroecológica e o suporte técnico agrícola no território indígena. É também o nome dado a um cajado de madeira, usado para marcar o som do Toré.

Baseada em princípios agroecológicos e na ideia de que a “Mãe Terra” não deve ser contaminada, pois isso significará a contaminação do próprio povo Xukuru do Ororubá, que tira seu sustento dela.

### **2.5. Água, madeira e agrotóxico: a Natureza agonizando para garantir a produção.**

O mundo natural em Pesqueira sofreu mudanças a partir do momento em que foram introduzidas espécies vegetais exógenas a região, não só a planta símbolo do processo produtivo, o tomate, mas o figo e outras frutas utilizadas no fabrico de doces foram exemplos dessas transformações ambientais. Essa invasão de novas espécies, plantadas em grandes áreas, só foi possível pela destruição de grandes áreas de mata verde e de mata branca (caatinga), o que significou que determinados vegetais e animais desapareceram ou diminuíram expressivamente nesse perímetro geográfico.

Indiscutivelmente, a água é fundamental à vida e à atividade produtiva no campo ou na cidade, sendo também motivador de conflitos e disputas na sua aquisição e emprego. Item a ser observado como componente da história que envolveu o processo agroindustrial de Pesqueira é justamente o usufruto desse elemento natural, determinante no desenvolvimento das sociedades humanas.

O uso da água figurou como uma preocupação da sociedade e poder público pesqueirense, em distintos momentos da história local, ora pela escassez, ora em virtude dos riscos de contaminação. Uma resolução da Câmara Municipal de 1830, transcrita pela pesquisadora Betânia Galindo, foi emblemática nesse sentido.

Presidente Lourenço da Silva Cavalcanti. Compareceram os vereadores José Claudino Leite, João Florentino e Padre Manuel Henrique. Aberta a sessão o presidente designou os trabalhos do dia: ofício do juiz de Paz da freguesia do Brejo. Entrou em discussão o cuidado que deveria ter a Câmara de alguns objetos tendentes de limpeza desta vila e pureza das águas do tanque da mesma sobre o que assentou publicar por edital e postura seguinte, vedando toda lavagem de roupas, fatos, cavalo, couros curtidos ou deitar de molho em cabelo, e tudo quanto for imundo dentro do açude desta vila, com multa de 200 réis pela primeira vez e daí a dobrar segundo as reincidências, e aos indigentes 24 horas de prisão na forma sobredita... (GALINDO, 2007, p. 46).

Entretanto, as resoluções e decisões municipais que lidavam com a produção industrial não eram demasiadas no rigor, sobremaneira, na fase de hegemonia dos

Britto. Havendo, inclusive, suspeitas e acusações de favorecimento ao grupo econômico dominante. Uma dessas acusações “é a denúncia de que a Fábrica Peixe usava toda a água da cidade em sua atividade fabril, causando sérios problemas de abastecimento à população e de que era a prefeitura que arcava mensalmente com a conta de água da referida fábrica” (GALINDO, 2007. p. 68). Ou seja, o poder econômico se sobrepôs aos interesses coletivos.

Em uma região de conhecida aridez e pluviosidade tão baixa, carente de um rio perene, o município conta com o rio Ipojuca e o Ipanema, ambos de caráter intermitente, para seu abastecimento. Foram esses rios que garantiram as atividades econômicas ao longo do tempo de ocupação humana nas terras que compõem o município de Pesqueira. Atividades que vão desde o agropecuarismo do período de colonização até a instalação do processo agroindustrial que é objeto de nossa pesquisa.

As águas que sempre abasteceram a cidade são e foram provenientes da Serra do Ororubá. A água proveniente da área hoje demarcada como território indígena e já era assim no tempo das fábricas, conforme nos relatou Seu Zequinha:

A água vinha da Serra, Santana era a fonte principal, a fonte da água pra aqui pra essas fábricas. Existia muita água na época: Pedra d'Água, Santana e Afetos, eram as três barragens que tinham, que mais sustentavam a Peixe, a Rosa e a Peixinho, e a Recreio.<sup>55</sup>

Encontramos, também, indicações de problemas relacionados ao uso indiscriminado dos recursos naturais, no artigo intitulado “Reflorestamento”, assinado por Eugênio Chacon, no jornal *A voz de Pesqueira*:

Impiedosamente, cresce o desmatamento de nossas florestas o que nos tributará futuramente, um sol mais inclemente, uma fragmentada sombra de arvoredo, um extinto patrimônio do estado e finalmente um forte impedimento para a movimentação de nossas fábricas e usinas que funcionam com energia a vapor, visto desaparecer a lenha para o abastecimento de suas caldeiras. (A VOZ DE PESQUEIRA, 1948, p.4)

O que denotava a utilização desse recurso como combustível, para mover as máquinas que transportavam pessoas e outras transformando a matéria prima em produtos levados de Pesqueira para outras localidades. Em outras palavras, transformava elementos naturais existentes naquele bioma em energia para as

---

<sup>55</sup>“Seu Zequinha. Entrevista realizada em Pesqueira, em 18/03/2014.

empreitadas humanas na busca do suposto progresso e o enriquecimento de alguns.

Em suas memórias o Pajé Xukuru “Seu Zequinha”, que trabalhou nas plantações e na própria Fábrica Peixe e em outra fábrica chamada Peixinho, lembrou que viu árvores serem cortadas para lenha e servirem de combustível para as caldeiras. Entre essas árvores algumas que são consideradas nobres, com alto valor comercial, por serem fortes, resistentes, também chamadas de madeira de lei. Era o caso do cedro e outras que além de terem valor de mercado alto são raras, como o chamado louro preto.

[...] a lenha vinha de todo canto, de todo canto vinha lenha, vinha da serra, da ribeira [...] A madeira que tinha era piranha, aquela batinga, cambotan, goiabinha, era loro preto, tem lá uns cedro, agora tem lá uns quatro pé de cedro [...] angico tinha, umbuzeiro era muito raro, é mais em canto de ribeira que tem umbuzeiro, a umburana também é mais de ribeira. A umburana eles gostava de corta por aumenta o volume, ne? Porque ela é mole de cortar e quando você corta um pé de umburana que é leve, ali você tem o que? Faz dez metro de lenha ligeiro. Quando a gente jogava tora de braúna desse tamanho assim (gesto mostrando o diâmetro), quando batia lá já era pegando fogo. Era uma chama danada.<sup>56</sup>

Outra informação que nos chamou a atenção foi uma orientação por meio de uma coluna, no mesmo jornal, denominada “Agricultura e Pecuária”. A informação dizia respeito a um fungo conhecido como ferrugem da goiabeira (*puccinia psidii*) e como lidar com ele.

Parece que não há vegetal mais atacado pela ferrugem que a goiabeira, que ataca seu fruto desde quando ainda estão pequenos, o que impede seu desenvolvimento, endurecendo-os e matando-os. [...] Deve-se tirar os ramos atacados e queimar tudo. Tratar as goiabeiras com calda bordaleza, pulverizando-as um pouco antes da floração, e mais tarde quando começarem a formar os frutos. (A VOZ DE PESQUEIRA, 1948. p. 2)

O procedimento descrito acima, nada mais era que a utilização de um fungicida para o combate de uma fitopatologia (doença) que acometia as fruteiras citadas. Entretanto, foi possível constatar a introdução de muitas outras frutas, em extensas plantações, como no caso do figo, do pêssego, da banana e até do

---

<sup>56</sup>Entrevista realizada em Pesqueira, em 18/03/2014.

abacaxi, que além de requerer a utilização de muita água também era bastante afetado por pragas e que por isso necessitava de quantidade elevada de agrotóxico.

Observando mais detalhadamente as duas situações tratadas no jornal, indagamos sobre as relações entre uma e outra situação, a partir do desequilíbrio ambiental provocado pelas ações humanas. Ou seja, se essas questões não corroboram, juntamente com outros fatores, as mudanças no rumo da economia pesqueira, que deixou de ser baseada no tomate e em uma considerável variedade de frutas, para ter na produção de renda chamada renascença sua projeção econômica e simbologia na atualidade.

Identificamos, ainda, o emprego de agrotóxicos, prática associada ao crescimento da demanda produtiva, para atendimento de um mercado consumidor, que estava ligada ao modo de vida e produtivo de cada sociedade ou comunidade, historicamente localizada.

A situação industrial pesqueira configurou um exemplo dessa afirmação, no momento em que verificamos que toda a capacidade produtiva do município se voltou para o cultivo do tomate e para tanto a aquisição desses produtos chegaram a representar 28% dos custos de produção. (CAVALCANTI, 1979)

A indústria Peixe, mesmo utilizando o sistema de rotação (em parte das plantações num determinado período) para descanso da terra, ao invés das queimadas e introduzindo pesquisas sobre novas espécies de tomate, não deixou de avançar sobre a vegetação nativa, nem abriu mão do uso de agrotóxicos para controle das infestações que acometiam o tomate, segundo entrevistados.

Esse sistema de rotação introduzido pelo agrônomo Moacir de Britto<sup>57</sup>, em suas propriedades, era viabilizado pela adoção da técnica de plantio em curvas de níveis, que consistia no aproveitamento da inclinação do terreno para criar faixas de terras com pequenas barreiras para represamento da água e reutilização dos elementos orgânicos dispostos naquela faixa de terra. Entretanto, essa técnica não era aplicada em cem por cento das terras da Peixe, tampouco nas terras dos parceiros, que dependiam da terra para plantar o ano inteiro. E todos sempre fazendo o uso de agrotóxicos.

Nas palavras de Seu Heleno Firmino da Silva, um de nossos entrevistados:

---

<sup>57</sup>Último dos membros da família Britto a dirigir a Fábrica Peixe.

Era feito o nível, aí enquanto estava se plantando nessa faixa (apontando com o indicador uma área no terreno por trás da casa dele), a outra descansava. Tudo que era resto de mato e de planta, não era queimado, fica ali para virar adubo. Daqui há três anos voltava a plantar lá novamente e a outra ficava descansando.

Encontramos, também, referências sobre a prática da rotação e da utilização da curva de nível no jornal *A voz de Pesqueira*, orientando o uso desses recursos. Assim aconselhava a nota do jornal, intitulada Rotação de culturas:

O solo é uma utilidade essencial à substância humana; daí se ter dito que a vida repousa sobre uma camada de terra de 15 cm. O que fará o homem quando êsse solo for removido pela erosão? Agricultor, adote práticas de conservação do solo. A rotação das culturas, associada a sementeira em curvas, de nível ou contorno, é prática eficiente para a conservação do solo. (A VOZ DE PESQUEIRA, 1953, p. 3)

A seguir um exemplo da técnica agrícola conhecida por curva de nível ou contorno:

**Figura IX** – Curva de nível



Foto: [www.penseverdeja.blogspot.com.br](http://www.penseverdeja.blogspot.com.br)

Acesso em: 18/12/2014

Esse tipo de técnica possibilitou aos produtores um aproveitamento mais eficaz dos restos orgânicos resultante da decomposição da vegetação que se criava na área plantada, mas, sobretudo, do que sobrava dos próprios pés de tomates, que



após a retirada do fruto precisavam ser removidos. Entretanto, essa prática não suprimiu o uso de agrotóxicos para fazer a preparação da terra e o controle das chamadas pragas. Seu Heleno Firmino<sup>58</sup> agricultor aposentado da Peixe, relatou que trabalhava quando criança ajudando a irmã mais velha.

A gente colocava adubo nas vasilhas delas [...] era adubo comprado. Primeiro os homens faziam as cavagens, que era aquelas covas, umas covas grandes, que cabiam uns três quilos de estrume e bosta de gado, aí depois vinha o adubo, aquela coisa por cima.

Por fim, reforçamos a discussão socioambiental, lembrando que não apenas as questões relacionadas com as condições de trabalho e demais relações produtivas formam o quadro da agroindústria do tomate em Pesqueira, apesar delas serem muito importantes, na compreensão desse evento.

Em nosso estudo, entendemos também, que é importante discutir o emprego de novas modalidades e técnicas agrícolas implantadas a partir dessa atividade, como o uso em larga escala dos agentes poluidores conhecidos como agrotóxicos e como eles são vistos com certa naturalidade pelas pessoas envolvidas no processo produtivo.

Ao discutirmos sobre essa nova forma de produzir, e de cultivar, podemos questionar como ela afetou os costumes, crenças, métodos e hábitos próprios da vida dos agricultores transformados em plantadores de tomate, fossem indígenas ou não. Como durante décadas apenas a atividade agroindustrial era o que importava para a população de Pesqueira e como as demais questões foram relegadas ao plano secundário ou foram desconsiderados.

A observação dos aspectos ambientais e das alterações prejudiciais promovidas sobre a Natureza, teve o sentido de discutir como o progresso sempre foi tratado pela sociedade pesqueiraense como algo irremediavelmente necessário ou evidencia como esse sentimento ainda está impregnado nos habitantes entrevistados naquele município.

---

<sup>58</sup>Entrevista realizada em Pesqueira, em 24/01/2015.

## CAPÍTULO III - O FIM DO DOCE: HERANÇAS SOCIOAMBIENTAIS DA AGROINDÚSTRIA EM PESQUEIRA

### 3.1. A fábrica fechou! E agora?

A decisão de fechamento da agroindústria em Pesqueira suscitou um debate entre os cidadãos daquela localidade, sobretudo, entre aqueles que dela dependiam, diretamente, o que nesse caso representava a maioria de seus habitantes. As fábricas com sede no município encerraram suas atividades quase que de forma sincronizada. Praticamente, em poucos anos tudo estava desfeito. Em curto intervalo de tempo as duas maiores indústrias da cidade deixaram de funcionar. A Fábrica Rosa encerrou suas atividades em 1996, enquanto que a Fábrica Peixe fechou as portas definitivamente em 1999. Segundo o ex-funcionário da Peixe, Ivanildo José do Nascimento<sup>59</sup>: “Teve gente até que suicidou por conta desse fechamento”.

Outra entrevistada, a agricultora Maria Celeste Bezerra de Araújo<sup>60</sup>, moradora da região da Ribeira, que plantava tomate e vendia para a fábrica Rosa, e atualmente tem uma pequena plantação de jerimum em seu terreno, comentou em tom de lamento: “Se as fábricas não tivessem ido embora de Pesqueira, ainda hoje se trabalhava”.

Apesar da “crise” anunciada pelas autoridades industriais e políticas locais, existia na população uma esperança de que a situação poderia ser revertida. E esse sentimento, em certa medida se justificava.

Em março 1998, o município recebeu a visita do então governador Miguel Arraes, por ocasião das festividades do centenário de fundação da Fábrica Peixe. A manchete do *Jornal do Comercio* no dia 24 de março de 1998, em sua edição eletrônica, estampava: “Indústria Peixe retoma produção hoje”. (JORNAL DO COMMERCIO, 1998, p. 1)

No entanto, um ano e dois meses depois, o grupo BOMBRIL CÍRIO S/A, último proprietário do empreendimento, decidiu encerrar definitivamente as atividades da fábrica em Pesqueira, deixando a perplexidade entre os milhares de pesqueirenses. Fato esse que, também, foi noticiado pelo mesmo veículo de

---

<sup>59</sup> Entrevista realizada em Pesqueira, em 25/11/2014.

<sup>60</sup> Entrevista realizada em Pesqueira, em 25/01/2015.

comunicação, em sua versão eletrônica de maio de 1999 e posteriormente em novembro do mesmo ano, em matéria sobre a retirada do maquinário da fábrica. (JORNAL DO COMMERCIO, 1999, p. 1)

A justificativa mais difundida sobre a derrocada econômica do município é a de que a agroindústria pesqueirense deixou de funcionar em virtude de uma concorrência internacional, principalmente na década 1990, que conseguia produzir mais por um custo menor e devido a uma praga que teria dizimado os canteiros de tomate na cidade. Essa foi a possibilidade aventada por um dos últimos dirigentes da Fábrica Rosa, o Sr. Hugo Paixão e corroborada, também, pelo agrônomo e ex-Gerente Agrícola da mesma fábrica, o Sr. João Eudes, quando afirmou que,

Enquanto a gente produzia vinte e cinco toneladas por hectare, o Chile produzia setenta toneladas em média. Mas primeiro o tomate saiu daqui não foi nem pro Chile, foi pra Petrolina e o vale do São Francisco, de Cabrobó pra lá, produzia quarenta, cinquenta toneladas pra lá, por hectare, aí a produção correu toda pra Petrolina, até as fábricas correram pra lá, porque era irrigado. E também veio a abertura de mercado na época do Collor.

Essa formulação, no entanto, é contestada por alguns de nossos entrevistados, como foi o caso do ex-analista químico da Peixe, o professor Ivanildo Nascimento:

Sou professor de Biologia e estudei a questão ambiental de Pesqueira [...] na verdade, o que eles tentaram passar, e eu digo, até tentaram, passar para a população da cidade foi que as pragas se instalaram aqui na região e principalmente no tomate e que a traça do tomateiro causou uma grande destruição aqui e que não era mais viável fazer produção com produtos de tomate. Isso é uma questão que merece uma análise bem profunda. Eu, particularmente, como estudioso, discordo completamente disso, porque a gente vê, por exemplo, aqui em Custódia, que não é um lugar tão longe, uma empresa que a gente deu até suporte, digo a gente, porque funcionários da Peixe assim como eu é que foram para lá e levantaram essa fábrica que é a fábrica Tambaú<sup>61</sup>, todo mundo tem conhecimento [...] aqui bem mais próximo que Custódia tem em Belo Jardim a própria Palmeiron, que se instalou em Arcoverde depois se instalou aqui em Belo Jardim, 36 km de Pesqueira<sup>62</sup>, trabalha com o mesmo produto, muito tempo a gente

---

<sup>61</sup> Empresa produtora de derivados de tomate e outras conservas, situada no município de Custódia a 337 km do Recife.

<sup>62</sup> Fica a 213 km do Recife.

deu assessoria e o que é que a gente observa? A Palmeiron<sup>63</sup> mesmo, que é contemporânea a Peixe daquela época, continua produzindo do mesmo jeito com a matéria prima, continua produzindo extrato, produzindo *catchup*, continua produzindo a goiabada do mesmo jeito, com um corpo de funcionários, com transporte com tudo.

As duas marcas citadas pelo ex-funcionário continuam sendo comercializadas no mercado, com uma variedade extensa de produtos, embora não tenhamos obtido informação da existência de grandes plantios de tomate na região destinados a essa produção de derivados, na atualidade.

Outro ex-funcionário da Peixe, também, contestou a versão apresentada pelos dirigentes das fábricas. Seu Heleno Firmino de 64 anos, que trabalhou nas terras de propriedade da empresa, no distrito de Caldeirão, em plantações de tomate e demais produtos. Desde criança trabalhava nos plantios da fábrica e que foi funcionário até 1996, disse não acreditar nessa versão e que o motivo teria sido má administração e falta de conhecimento sobre o que acontecia empiricamente no campo.

Eu acho que foi coisa não tão bem administrada, eu digo porque eu fui um dos últimos a plantar pra Peixe e eu via a coisa como funcionava, tinha coisa que vinha na minha cabeça e eu dizia é isso assim pra fazer, aí o gerente dizia isso não vai dar certo, eu fazia dava certo e ele dizia 'isso foi ideia minha que eu passei pra voce', mas era ideia minha que ele dizia que era dele.<sup>64</sup>

A agricultora Dona Maria Celeste Bezerra de Araújo, interpretou o fechamento das fábricas de forma singular, porém, baseada em informações circulantes na cidade, de que as causas estão relacionadas com a baixa produtividade, devido a uma fraca densidade pluviométrica em Pesqueira e de uma elevada produção na região do Vale do São Francisco. Ou seja, sua opinião foi construída baseando-se nas mesmas informações e alegações utilizadas pelos dirigentes das fábricas (citados acima), para o desfecho ocorrido, quando afirmou que:

Não se sabe não é porque na beira do rio dá mais tomate, na beira do rio São Francisco, dava mais e o equipamento de Pesqueira, num foi vendido pra beira do rio São Francisco, o equipamento de pesqueira está na beira

---

<sup>63</sup> Empresa de produtos derivados do tomate e outras conservas, situada no município de Belo Jardim a 184 km do Recife.

<sup>64</sup> Entrevista realizada em Pesqueira, em 24/01/2015.

do rio são Francisco. Como na beira do rio dava mais e eles acharam que a daqui era pouca aí tiraram pra lá.

A escassez de água, uma grande praga, a chamada traça do tomateiro<sup>65</sup> e a produção de tomate em outras regiões do estado ou mesmo fora dele, com custos mais baixos devido a uma produtividade mais elevada, são os fatores possíveis que causaram a falência ou fechamento das fábricas em Pesqueira. E apesar de algumas controvérsias, essas foram as versões mais aceitas e adotadas pelos seus habitantes, sem entrarmos no mérito ou indagarmos a veracidade desta ou daquela interpretação do fato. Porém, se as chuvas eram poucas na década de 1950 (como vimos em capítulos anteriores) e os rios intermitentes, como uma indústria do porte da Fábrica Peixe conseguiu produzir naquela época?

A ideia de crise e decadência no setor agrícola não é algo novo e está recheado de significações, que por vezes não se explicitam, mas, que representam o pensamento ou as artimanhas de proprietários e demais envolvidos com a produção, descambando inclusive para o campo intelectual e cultural da memória coletiva.

Os habitantes do município em questão receberam um volume de informações com um conteúdo que se espalhou pelos diversos aspectos da vida cotidiana e assim se puseram a constituir suas memórias sobre o acontecimento, até mesmo porque, “as memórias têm objetivos específicos e bem delimitados. Restringem-se ao enfoque de questões particulares” (ALMEIDA, 2008, p. 35). Por tudo até aqui relatado, o caso pesqueirense parece não fugir muito desse esquadro das ideias contidas na obra *A ideologia da decadência – leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão*, de Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008).

A força dos discursos em determinadas situações ou acontecimentos se sobressaem, tanto podem angariar adeptos a uma justificativa de decadência, como podem capitalizar ações beneméritas que não foram praticadas, necessariamente, por quem as reivindica. Um caso interessante a se analisar é o que se refere as casas construídas em terras da Peixe e que ainda na atualidade se somam como iniciativas unicamente da fábrica.

---

<sup>65</sup>Inseto de pequeno porte, que coloca seus ovos nas folhas, hastes ou frutos, cuja lagarta se alimenta da planta e que em pouco mais de uma semana atinge a fase adulta para recomeçar seu ciclo reprodutivo.

A ideia de que a fábrica promovia assistência social e assegurava seus proletários e parceiros com recursos próprios pela visão benemerita de seu proprietário é algo intrínseco a muitos dos que recontam a história da agroindústria e do próprio município. Isso faz parte da necessidade dos grupos sociais forjarem uma memória coletiva em torno de um ou mais eventos. “Para qualquer grupo social ter uma identidade coletiva é necessário que seja partilhada uma interpretação dos eventos e experiências que constituíram o grupo ao longo do tempo”. (TOSH, 2011, p. 16)

Caso sintomático do que afirmamos acima é a construção das vilas destinadas a moradia dos trabalhadores que laboravam na fábrica ou em suas plantações. Muitas vezes isso ocorre por meio da reprodução de uma história oral que foi transmitida por gerações sobre o assunto.

Seu Heleno, que trabalhou nas plantações da Fábrica Peixe, residente numa das vilas construídas, quando questionado sobre o tempo de existência da vila de trabalhadores, afirmou que “essas casas são muito antigas, quando eu nasci elas já existiam, inclusive, eu nasci nessa casa branca (apontando com o indicador)”. Mas, o próprio Sr. Heleno informou que as casas só tornaram-se propriedade dos trabalhadores no período de fechamento da agroindústria, como uma forma de indenização:

Quando a Peixe estava quase fechando, eu morando nessa casa aqui (apontou com o indicador) [...] tinha um gerente da Peixe [...] ele disse, do jeito que eu tô vendo a Peixe parece que vai fechar. Um dia, isso aqui vai terminar ficando pra você e não deu outra, a casa ficou pra mim, a população aqui, também, cada um ficou com a sua.

Vejamos, também, o comentário do ex-funcionário do laboratório da Fábrica Peixe, Ivanildo José do Nascimento sobre a construção das casas para trabalhadores:

Ainda tem aqui em Pesqueira uma rua chamada de vila operária, essa vila operária foi toda a Peixe que construiu. O que era interessante, a Peixe, ela não se preocupava não só com a questão do produto, com a questão da produção, ela se preocupava também com o bem estar do funcionário, porque foi construído vilas de casas, onde essa vila de casa foi construída com o próprio tijolo que a fábrica tinha a olaria, fabricava o tijolo, fabricava a telha, tinha os pedreiros da própria empresa, então construíram as casas. Casas hoje que existe no centro próximo ao convento dos franciscanos, as

casa ali foram todas construídas na época da Peixe, que era casa daqueles funcionários que moravam lá. Assim como existia, também, nas propriedades da Peixe tinham vilas de casas. A Peixe se preocupava em construir as casas, colocar as casas pros moradores esse funcionário, ele tinha casa [...]

Ao realizarmos uma reflexão sobre como as situações foram interpretadas ou reproduzidas, se fez necessário o devido questionamento ou observância sobre as probabilidades de não terem ocorrido conforme eram descritos, por parte dos entrevistados, principalmente dos que compartilharam, em algum momento, essa história.

Pelo que vimos nos capítulos anteriores, observamos que o desenvolvimento da agroindústria no município de Pesqueira também refletiu parte do caminho trilhado pelo ruralismo brasileiro, para transpor os obstáculos que o emperravam na primeira metade do século XX.

Segundo Sonia Regina de Mendonça, o modelo agrário exportador brasileiro se baseou na ideia de que a crise e o atraso enfrentados pelo setor, no início do século XX, só seria superada se o ruralismo envidasse esforços para avançar no povoamento/colonização (expansão de fronteiras); na educação; na modernização/racionalização e crédito/cooperativismo. (MENDONÇA, 1997, p. 83)

Não podemos dizer que as Indústrias Carlos de Britto, estiveram na contramão dos rumos apontados pelo ruralismo brasileiro no início do século XX, que buscava superar o atraso em que se encontrava a agricultura, mas, observamos a adoção de apenas uma das três linhas de intervenção para superação dessa condição de atraso, identificadas e descritas por Sonia Regina de Mendonça: a modernização/racionalização.

Uma vez, que o povoamento seria algo suplantado na região Agreste do estado, como vimos no capítulo I, e que não encontramos registro de escassez de mão de obra para trabalhar tanto nas lavouras quanto na produção fabril, não foi atestar que esse fosse um entrave para a agroindústria instalada nesse espaço do Agreste Pernambucano.

No caso de Pesqueira, portanto, restou discutir a vertente da modernização/racionalização produtiva. A modernização, aliás, nos parece, ter sido um aspecto perseguido com afinco pelos industriais da Fábrica Peixe e demais empresas do setor situadas em Pesqueira, durante a maior parte de seu

funcionamento. Os primeiros maquinários trazidos da Europa eram o que existia de mais moderno, segundo as leituras e os relatos colhidos e apresentados ao longo do nosso estudo.

Mas, se o maquinário era moderno e não existiam cursos que preparassem uma mão de obra qualificada<sup>66</sup>, quem operava as máquinas? Como a agroindústria local seguiu se equipando, para manter um elevado ritmo de produção?

Para recontar a História Ambiental de Pesqueira relacionada com a agroindústria do tomate, doces e conservas, como afirmamos, recorreremos as memórias, ainda que corramos o risco de entrarmos em armadilhas próprias desse tipo de fontes, uma que vez dependemos do narrador com ligações ou interesses na história que vai contar ou pelo menos como vai contar. Ou como afirmou Haruf Salmen Espindola:

O narrador articula o sentido e organiza sua experiência temporal a partir de um enredo (roteiro) intencional ou inconsciente (ou pelo menos não assumido). A narrativa é uma forma de se desenhar a história, e, portanto, é o narrador que fornece a unidade e sentido. A História Ambiental constrói narrativas para ordenar o passado humano/natureza e a relação sociedade/natureza, que, em si, são realidades misturadas e desordenadas, ou seja, sem unidade e sentidos 'dados'. (ESPÍNDOLA, 2012, p. 168)

O Sr. Heleno Firmino da Silva<sup>67</sup> nos relatou que aprendeu a consertar equipamentos, observando e ajudando técnicos que vinham de outros estados e até de fora do país, quando esses equipamentos apresentavam defeitos. Nas suas palavras: “o pivô<sup>68</sup> quando quebrava quem consertava era eu, não precisava mais trazer os técnicos de fora, mas também, por aqui só quem consertava era eu. Meu irmão não sabia. Só eu mexia”.

Essa condição de conhecimento empírico, também foi observada na história do octogenário Minervino Osório, que mesmo tendo apenas a segunda série primária<sup>69</sup>, tornou-se o topógrafo da Fábrica Peixe, cuja profissão lhe rendeu reconhecimento e serviços na área mesmo depois de sua saída da fábrica.

Fez-se necessário, entretanto, refletirmos sobre essa modernização e se as fábricas instaladas em Pesqueira, realmente acompanharam as inovações

---

<sup>66</sup> A Escola Técnica só foi inaugurada no município em 1987.

<sup>67</sup> Entrevista realizada em Pesqueira, em 24/01/2015.

<sup>68</sup> Equipamento utilizado na irrigação, com estrutura e altura capazes de jogar água em uma circunferência de longa distância, irrigando grandes perímetros de terra.

<sup>69</sup> Equivalente atualmente ao terceiro ano do Ensino Fundamental,.



tecnológicas e o ritmo produtivo que se impunha a partir de uma competição internacional de novo tipo.

As novas legislações e exigências de mercado do chamado mundo globalizado, principalmente a partir das décadas 1980 e 1990, impeliram empresas e Estados em adotarem medidas em diversas áreas. A própria abertura do mercado brasileiro para produtos vindos de outros países, obedecendo unicamente a “lei” da oferta e da demanda, no início dos anos 1990, como lembrou o Sr. João Eudes no relato transcrito alguns parágrafos acima, são fatores a serem pensados como aspectos para análise dos motivos do declínio da agroindústria pesqueiraense.

Todavia, importa fazer um registro e uma reflexão sobre essa bancarrota da agroindústria pesqueiraense no tocante ao aproveitamento do potencial ou possibilidades de manter o empreendimento na cidade, frente a essa nova realidade concorrencial e relações produtivas e comerciais.

Consta nos registros da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a aprovação de recursos para um projeto de ampliação da produção nas diversas áreas de cultivo da Fábrica Peixe. Segundo o documento (ANEXO II), trata-se de projeto para ampliação de instalações e aquisição de matéria prima para aumento da produção de conservas, aprovado em 1988, em nome das INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS CARLOS DE BRITTO S/A – FÁBRICA PEIXE.

O projeto foi enviado pela empresa em 1986, na época sob a direção do grupo R. MANSUR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA<sup>70</sup>, sendo aprovado em 30 de setembro de 1988. O montante dos recursos financeiros destinados ao projeto fazia parte da linha de financiamento do FINOR<sup>71</sup>. Tal projeto detalhava seus objetivos e indicava onde e em que produtos seriam investidos os recursos financeiros, com suas respectivas projeções das quantidades a serem produzidas, tudo bem especificado, conforme abaixo:

---

<sup>70</sup>Empresa com sede na cidade de Indaiatuba/SP, detentora de 98% da participação societária, segundo o dossiê da SUDENE.

<sup>71</sup>Fundo de Investimento do Nordeste.

**Tabela III** – Produção ampliada com financiamento do FINOR

<b>Código de produção</b>	<b>Denominação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quant. Total</b>
00.04.47.00	Milho em conserva	KG	31.000.000
00.04.56.19	Frutas conservadas inteiras ou pedaços	KG	68.400.000
00.04.56.42	Doce de banana	KG	12.400.000
00.04.56.48	Doce ou poupa de goiaba	KG	13.000.000
00.04.75.12	Ervilha em conserva	KG	32.000.000
00.04.75.28	Tomate e massa de tomate	KG	16.687.000
00.04.75.65	Suco de tomate	KG	300.000
00.04.91.99	Condimentos e molhos	KG	5.757.000
<b>Total</b>		KG	479.244.000

**Fonte:** SUDENE/1994

Os recursos solicitados para atender a projeção de ampliação da produção, descrita acima, foram da ordem de Cz\$ 16.009.802,91 (dezesesseis milhões, nove mil, oitocentos e dois cruzados e noventa e um centavos), que corrigidos e convertidos para valores da moeda real, em de julho de 1994, ficaram na quantia de R\$ 6.403.996,65 (seis milhões, quatrocentos e três mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta e cinco centavos).

O fato de uma empresa solicitar financiamento a um órgão público não tem nada de relevante, tampouco sua aprovação. Porém, causa estranheza, que essa empresa, que passava por dificuldades segundo os relatos aqui expostos, não tenha utilizado o recurso disponibilizado, de acordo com o relatório da SUDENE.

Nesse documento podemos ler claramente que os recursos supracitados não foram usados e que houve “exclusão por caducidade”. Ou seja, o projeto foi aprovado, mas, o recurso não foi utilizado até o dia doze de janeiro de 1994, sendo, portanto, dada a sua exclusão e os recursos ficando indisponíveis a partir daquela data e o motivo foi a não utilização, por parte da empresa solicitante, até esta data.

No documento não consta nenhum impedimento legal para que o recurso fosse retirado, e caso tivesse, apareceria no dossiê da empresa, de acordo com a funcionária (com mais de trinta anos trabalhados na SUDENE) que nos atendeu e pediu para não ser identificada em nosso trabalho. Segundo esse entendimento, a

retirada, então, seria unicamente de responsabilidade da empresa. Nesse caso, a R MANSUR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, então proprietária das Indústrias Alimentícias Carlos de Britto S/A – Fábrica Peixe.

Não temos como especular os motivos pelos quais a Fábrica Peixe, ou melhor, seus administradores, não fizeram uso do recurso aprovado. Mas, temos a pretensão alegada de ampliação da produção nos valores supracitados na tabela III, em um período em que a indústria estava em funcionamento e logo em seguida a desistência em levar adiante tal projeto.

Outro ponto que nos chamou a atenção, no documento, foram os volumes objetivados de ampliação produtiva de cada item relacionado pelos fabricantes de doces e conservas na tabela acima, com observação destacada para o tomate.

O tomate e seus derivados, como a massa e o suco figuram entre os produtos com menores valores de potencial de ampliação de sua produção, ficando a frente apenas de outros três itens, numa lista de nove.

A ampliação produtiva projetada mais significativa foi a de frutas conservadas inteiras ou pedaços, seguida da ervilha e do milho em conserva, que somados não igualariam o volume da primeira.

Os números demonstrados na planilha acima indicam as pretensões em perspectivas da empresa e coadunam com o que foi dito pelo ex-funcionário de laboratório Ivanildo do Nascimento, quando afirmou, que:

A fábrica Peixe ela não sobrevivia só do tomate, a tomate era apenas um dos produtos. A gente tinha tomate, a gente tinha manga, a gente tinha o caju, a gente tinha o abacaxi, a jaca, né, a goiaba, de fora vinha mais a azeitona, ervilha, o doce de leite, o suco de uva, quer dizer era uma quantidade, uma variedade de frutas, enorme, que a gente tinha. Então, como só um produto só, só o tomate ia ser responsável por isso, pela quebra da empresa, na verdade não foi.

Todo o comércio e atividades agrícolas estavam voltados de alguma forma para a produção fabril ou em torno dela, portanto, sua falência ou fechamento teve consequência para todos os ramos da economia. As transformações tecnológicas tiveram rebatimento nas formas econômicas, assim como as novas técnicas agrícolas imprimiram uma nova dinâmica na forma de plantar, de colher e de lidar com o mundo natural. As pessoas “respiravam” a fábrica. Mas, também envolvia o

aspecto sociocultural da população pesqueira. Existe ainda na cidade um sentimento saudosista quando o assunto é a trajetória da agroindústria.

A atividade fabril mexia com as expectativas e com o cotidiano dos cidadãos pesqueiros, como nos relatou Águeda Maria Santos<sup>72</sup>, 42 anos, “nascida e criada” na cidade, e casada com um ex-funcionário da Fábrica Peixe.

Tem uma coisa bem interessante que eu me recordo, tinha as épocas de safra e tinha a época que o pessoal, é... (pausa na fala) tinha pra peixe, pra entrar na Peixe. O pessoal dizia: a Peixe tá botando gente. Tá botando gente, significava que voce tinha que ter sua documentação, ir pra fila na porta da Peixe, pra ser colocado. Quem conseguia ser colocado na Peixe voltava todo mundo feliz. [...] era como se fosse um prêmio, como se fosse passar num concurso. Os adolescentes daquela época não tinham sonho de estudar, tinham o sonho de trabalhar na Peixe.

Essas contratações sazonais, que chegavam a formar fila na entrada da fábrica, nos períodos de safra, foi uma situação que perdurou até meados da década de 1990, com um efetivo de aproximadamente 2.600 (dois mil e seiscentos) trabalhadores fabris, fora a mão de obra ocupada nas plantações, tanto em Pesqueira, quanto nos municípios vizinhos.

A forte influência da experiência agroindustrial na história de Pesqueira é inegável, tanto no âmbito econômico, quanto social. Essa experiência trouxe significados e mudanças nos hábitos de seus moradores, permanecendo viva nas memórias dos mais idosos e dos que alcançaram apenas o crepúsculo industrial da cidade. E entre essas mudanças de hábitos está o uso de agrotóxicos nas plantações, introduzido pelas fábricas e assimilados pelos pequenos agricultores no município.

### **3.2. “Lá no começo, nos anos 50, 60, até 70 não se usava nada”.<sup>73</sup>**

A partir da conferência “Rio-92”, o Brasil passou a ser signatário de um conjunto de normas, procedimentos e concepções na área ambiental que traziam novas recomendações e legislações visando a preservação do Ambiente e uma forma de produção mais sustentável. Essa nova visão continha exigências que a indústria brasileira, também, precisaria se adequar. Entre as quais estavam a diminuição da emissão de gases poluentes e do uso da lenha como fonte de

---

<sup>72</sup> Entrevista realizada em 25/01/2015, em Pesqueira.

<sup>73</sup> Seu Heleno Firmino da Silva referindo-se ao uso de agrotóxicos. Entrevista realizada em Pesqueira, em 25/01/2015.

energia, a fim de diminuir o conseqüente desmatamento, bem como, a adoção de medidas legais e práticas para solucionar ou mitigar a poluição do solo e do subsolo.

Proteger as fontes de água e os mananciais hídricos preservando as matas ciliares e uma melhor destinação dos resíduos sólidos ou líquidos produzidos pelas indústrias despejados nos rios e no ambiente, de maneira mais genérica, faziam parte das intenções do documento aprovado pela maioria dos participantes da referida conferência para o meio ambiente. Esse período iniciou, também, os debates sobre o uso de agrotóxicos na agricultura e as alternativas a essa prática, buscando caminhos para produzir alimentos de uma forma mais saudável.

A fábrica Peixe e demais indústrias do município mantiveram suas caldeiras operando com energia a base da queima da lenha, fornecida pela Caatinga e pela Mata Atlântica, como por exemplo, o que restou nos brejos de altitude, não só do Agreste como também de outras regiões do estado.

Apesar de algumas medidas tomadas para tentar corrigir essa distorção e se enquadrar na nova demanda ambiental, a Fábrica Peixe continuou se utilizando dessa fonte energética para manter sua produção. Na década de 1980 e 1990, conforme afirmou o Sr. Ivanildo Nascimento.

A Peixe, ela tinha quatro caldeiras grandes, aí antes de 1986 ela adquiriu uma caldeira movida a óleo diesel ou combustível fóssil, mas as outras três continuaram sendo à lenha, depois de um tempo ela desativou mais uma caldeira a lenha, mais ou menos em 1988, e colocou mais uma caldeira à óleo. Então ela fazia metade, metade, cinquenta por cento à diesel e cinquenta por cento à lenha. E na região, como a Peixe tinha muitas terras na área, eles traziam nos próprios caminhões, a própria frota da Peixe era que trazia essa lenha pra consumir.

O entrevistado também recordou que a fábrica passou a plantar eucaliptos<sup>74</sup> na década de 1990, para suprir a demanda de lenha de suas fornalhas, como forma de amenizar o consumo de madeira da vegetação nativa:

Naquela época se falava muito pouco na questão ambiental, mas a gente tinha, na verdade um gerente [...] que ele era preocupado com essa questão. Ele pegou uma área da Peixe e começou a plantar eucalipto. Como dispunha de água aqui na região, então... a gente sabe que o eucalipto ele carece de muita água, mas ele pegou uma área todinha e

---

<sup>74</sup> Planta originária da Oceania (muito presente na Austrália) e que leva em média entre 5 e 6 anos para se desenvolver.

plantou de eucalipto. Então a madeira que a Peixe se utilizou nos anos 1990 era basicamente de eucalipto, que era produzido pela própria empresa.

Essa plantação de eucaliptos ou o uso de madeira retirada da Caatinga, entre outras ações, podiam suscitar polêmicas sobre as modificações no ambiente natural, assim como provocar debates sobre o uso dos recursos naturais disponíveis com a finalidade de produzir em larga escala.

Como a primeira fala de nosso entrevistado sugeriu e que também ouvimos do Pajé Seu Zequinha, em capítulo anterior, a lenha vinda de áreas circunvizinhas, era lenha de espécies próprias da Caatinga, como o Umbuzeiro. Ao mesmo tempo, apenas o plantio de eucaliptos não resolveu o problema e a espécie impôs outras questões ambientais a serem debatidas.

Por um lado, ocorreu a introdução de uma planta estranha ao meio e com um tempo relativamente curto para se desenvolver se comparado com outras espécies lenhosas, mas, que esse tempo não pode ser considerado irrelevante levando em conta as necessidades de consumo da indústria. Além disso, é sabido que esse tipo de planta repele ou inibe a reprodução de outros seres vivos, como por exemplo, outras plantas, insetos e pequenos seres biológicos, assim como, determinadas aves responsáveis por semear outras espécies vegetais são afugentadas pelo eucalipto. Ou seja, a área onde esse eucalipto foi plantado o solo tornou-se ainda mais estéril.

Além disso, existiu a questão da utilização de grande volume de água para se desenvolver uma árvore como essa, conforme o próprio entrevistado apontou. Isso significava que para manter a plantação de eucalipto era necessária a utilização de muita água, em detrimento de outras culturas ou mesmo do abastecimento para os humanos. O que significou, também, mais um impacto socioambiental causado pela produção agroindustrial.

Não foi afirmado, categoricamente, que esse eucalipto plantado nas terras da fábrica, supria a demanda das fornalhas da Peixe para manter o ritmo de produção, ao mesmo tempo, sabemos que essa solução tida como “sustentável” para o nosso entrevistado, visando a obtenção de madeira para corte já se mostrou danosa em outras experiências produtivas, pelas características do próprio eucalipto, além de o plantio não ter continuado no próprio município.

A agroindústria, sobretudo a Peixe, introduziu diversas espécies de frutas, para serem processadas ou simplesmente cortadas e colocadas em conserva ou calda. Nas terras de Pesqueira ocorreu o plantio de figo, marmelo, milho doce (próprio para conserva), ervilha, jaca, manga, uva, mamona, aspargo e caju. Além da banana e da goiaba (fruta comum na região), entre outras. Afora outras espécies vegetais exógenas, como o eucalipto.

Para que essa produção ocorresse, houve uma ofensiva muito forte sobre a vegetação nativa, principalmente para obtenção de lenha para os fornos e de áreas cultiváveis. Situação observada, mas que não causou estranheza nem aos jornais de circulação da época, com raras exceções, como já demonstramos anteriormente. Esse era um assunto de segunda ordem ou nem isso, para os bem nascidos ou para os moradores mais comuns da cidade. Isso ficou claro, por exemplo, nos comentários de parte dos nossos entrevistados quando não mencionaram isso como uma preocupação.

Essa devastação era tida como necessária para a manutenção da atividade agroindustrial, assim como o trabalho de crianças nas lavouras era visto como algo normal. Vários de nossos entrevistados disseram ter começado muito cedo a vida laboral.

Dona Maria do Socorro da Silva Pinheiro<sup>75</sup> ou simplesmente Dona Socorro, uma senhora de 67 anos, que trabalhou nas lavouras de tomates e chegou a lecionar (mesmo tendo apenas a 4ª série primária) numa das escolas que existiam nas propriedades da Fábrica Peixe, na comunidade de Esmero, no distrito de Caldeirão. A entrevistada resolveu estudar e terminou o Magistério quando já era adulta e atualmente é Agente de Saúde e liderança comunitária no distrito onde mora. Uma história de vida que demonstrou o maior prazer em nos relatar.

Depois quando eu já tinha cinco filhos eu disse isso é vida, vivendo na enxada, só costura, só limpa mato, eu tenho que crescer um pouquinho, aí eu resolvi estudar, aí fiz o magistério. Daí arrumaram uma escola, aí fui comecei a ensinar pela Peixe, aí eu disse minha gente minha leitura não dá. Isso ainda antes do magistério, e através dessa escola eu comecei a estudar o magistério, sei que eu ensinei até noventa e cinco, eu sei que eu ensinei dezesseis anos pela Peixe.

---

<sup>75</sup> Entrevista realizada em Pesqueira, em 25/01/2015.

Sobre sua experiência laboral, nos relatou, que desde a infância trabalhava: “comecei a trabalhar com sete anos de idade, trabalhava nas plantações de Carlos de Britto, né? Limpava mato, plantava tomate, milho, colhia, na verdade eu também arrancava toco, fazia de tudo”. A filha de Dona Celeste, Lucenilda, segundo nos relatou, a ajudava na lavoura: “ela apanhava tomate, com nove, dez anos, para ajudar na tarefa”.

Assim como as citadas, Dona Maria José, que afirmou em capítulos anteriores ter ido para as lavouras de tomate quando criança, ou Seu Heleno Firmino, outros entrevistados nos relataram seu contato muito cedo com as lavouras de tomate, como foi o caso do atual professor Ivanildo<sup>76</sup>:

Na verdade eu nasci num sítio, que faz parte da cidade de Pesqueira, [...] E a gente muito pequeno, com dois, três anos de idade a gente já tava lá dentro dos plantios da Peixe, apanhando tomate, eu, meus irmãos, as minhas irmãs, minha mãe [...] meu pai era caminhoneiro da Peixe, já trabalhava na Peixe, então a gente nasceu praticamente dentro do plantio.

Esses relatos nos fizeram refletir sobre a utilização de uma mão de obra não remunerada ou sub-remunerada que assegurava uma colheita com custos reduzidos. Ou seja, existiu a exploração dissimulada da força de trabalho infantil nas lavouras de tomate e demais culturas destinadas à produção agroindustrial.

Situação tida como natural para as décadas de pujança da produção tomateira, o trabalho infantil, só foi questionado mais firmemente nas décadas finais do século XX, em virtude dos tratados internacionais estabelecidos e legislações outorgadas nacionalmente, relativas à criança e ao adolescente.

Outra situação a ser discutida diz respeito ao trabalho noturno que ocorria nas fábricas, elemento passível de questionamento sobre o cumprimento de legislação e recolhimento de impostos, quando ouvimos Seu Heleno Firmino<sup>77</sup>: “Eu ia lá trabalhar de noite, no outro dia estava com meu dinheirinho, trabalhava quando era chamado”. Esse relato inferiu o contrato informal de trabalho, ou seja, sem registro trabalhista, tornando os custos operacionais das empresas mais baixos, assim como o trabalho não remunerado de crianças e adolescentes.

No que diz respeito ao Ambiente, foi importante observar que a ideia de uma Natureza intocada é algo inimaginável, se pensado em grandes dimensões na

---

<sup>76</sup> Entrevista realizada em Pesqueira, em 25/11/2014.

<sup>77</sup> Entrevistado e entrevista mencionada.



atualidade. Entretanto, o ritmo produtivo vigente, e as inovações tecnológicas, também, eram pensados como algo inimaginável há um século. E isso não se aplicava apenas ao setor da indústria de transformação pesada ou química, mas, também em termos da mecanização aplicada ao manejo e técnicas de cultivo no setor agropastoril.

No âmbito cultural das relações humanas com a Natureza e de sua transformação em recursos materiais voltados à produção, inclusive no campo, para refletirmos sobre a inviolabilidade da Natureza ou a mudança do olhar preponderante das sociedades, que a viam como uma ameaça ou um obstáculo. Trata-se, portanto, de um ponto para nossas reflexões, de acordo com as afirmações de Paulo Henrique Martinez.

O 'mito' da natureza intocada, do paraíso terrestre, do Éden perdido, reforça a ideia de que a natureza possui todas as virtudes e as sociedades humanas só tem vícios, uma reação à ideia de que a natureza era uma ameaça ao homem. (MARTINEZ, 2007, p. 49)

As transformações e evoluções tecnológicas atingiram o campo de tal maneira que se tornou impossível discutir a crescente produção capitalista, sem que isso perpassasse as inovações nas máquinas e produtos fabricados, a fim de otimizar a exploração dos chamados recursos naturais e de toda a atividade socioeconômica, incluindo-se a industrialização agropecuária.

Para atingir seus objetivos e a obtenção do lucro em patamares mais elevados, a agroindústria “precisa melhorar constantemente a produtividade, efetuada por uma racionalização sempre crescente na organização da produção”. (ALMEIDA, 1988, p. 18)

Todavia, nada contribuiu mais para o aumento da produção agrícola do que as inovações e descobertas químicas introduzidas a partir da chamada “Revolução Verde”, com a utilização de agentes químicos de efeito nocivo ou biologicamente modificador para inúmeros seres vivos, os famigerados agrotóxicos usados nas lavouras, como discutimos.

A utilização de produtos químicos no controle de “pragas” e doenças, que afetam as plantações em todo o mundo, foi considerada uma revolução na produção mundial de alimentos. Desde então, a humanidade passou a ter contato constante (direta ou indiretamente) com esse mundo de derivados sintéticos, utilizados em larga escala, e “tudo isso veio a ocorrer devido à súbita ascensão e ao assombroso

crescimento de uma indústria de produção de substâncias químicas artificiais ou sintéticas com propriedades inseticidas” (CARSON, 2010, p. 29).

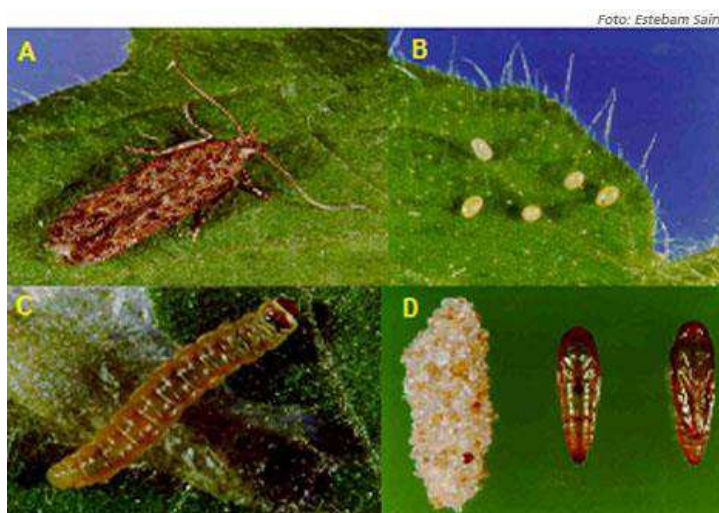
Em Pesqueira não foi diferente, ainda que esse uso em larga escala só tenha ocorrido na década seguinte à publicação do livro de Rachel Carson, *A primavera Silenciosa* (1962), modificou hábitos entre os que lidavam com a agricultura. O uso dos agrotóxicos tornou-se algo intensivo e extensivo na cadeia produtiva agroindustrial tomateira e de demais conservas no município.

É importante salientar que um combate as chamadas “pragas”, feito de maneira incorreta pode simplesmente agravar o problema ao invés de corrigí-lo. Nesse caso, nos chamou a atenção a ideia de que a mera aplicação do agrotóxico em quantidades elevadas seria suficiente para resolver o problema que afetou as lavouras de tomate. Quando existem estudos demonstrando que, na verdade, o uso exagerado de agrotóxicos pode ter efeito inverso e causar danos ao Ambiente:

Do ponto de vista do impacto ambiental, deve ser considerado que o uso indiscriminado de agrotóxicos para o controle da traça-do-tomateiro pode ocasionar a poluição de águas superficiais e subterrâneas, bem como a redução da população de inimigos naturais das pragas. (BÔAS, 2009, p. 2)

Abaixo temos a imagem com o ciclo reprodutivo da chamada traça do tomateiro<sup>78</sup>, tida como principal praga enfrentada pelas lavouras pesqueirenses.

**Figura X** – Fases da Traça do tomateiro



Fonte: [www.embrapa.br](http://www.embrapa.br) Acesso em 18/12/2014.

É fato que esse tipo de infestação ocorreu com maior frequência nas lavouras de tomate, especialmente as do tipo destinado à produção, ou seja, o tomate

<sup>78</sup> As letras na imagem correspondem respectivamente ao seguinte: A- Adulto; B – Ovos; C – Lagarta e; D - Pupa

rasteiro. Entretanto, ressaltamos que existiam formas de controle de superpopulações desse inseto sem o uso de grandes quantidades de inseticidas, plantando outras espécies vegetais no entorno das plantas de tomate e fazendo uso correto dos venenos.

Seu Heleno Firmino, por exemplo, nos relatou sua experiência no combate aos insetos nas plantações de tomate nas terras da Peixe onde ele trabalhava e era responsável. A solução que encontrou reduzia as aplicações e surtia mais efeito no combate às infestações do que as práticas recomendadas pela própria indústria. O entrevistado narrou como foi a conversa com o agrônomo chefe da Peixe, quando foi indagado se estava fazendo as aplicações dos venenos conforme o recomendado:

Eu vou lhe fazer um pedido, o senhor atende, aí ele disse atendo. Quero que o senhor traga tanto de tal tipo de remédio e tanto de tal, tal, tal [...] Eu vou lhe esperar de seis pra sete horas da noite, ele disse tá bom. Quando foi sete hora da noite eu já tava lá dentro da plantação, ele trouxe o que eu precisei. Quero só uma pessoa e um trator. Aí fiz a aplicação a noite, aí nessa semana eu só fiz essa aplicação, aí eu dei uma corrigida no plantio todinho, só se via lagarta morta. Aí ele me perguntou e a praga como é que tá? A praga tá dominada. – E o que foi que tu fizesse? Aquela aplicação que eu fiz a noite. Aí ele, mas por que a noite? Aí eu falei oh é o seguinte: a praga do milho é que nem a praga do tomate. De dia o sol tá castigando, então ela corre pro olho (a praga), ela se encaixa lá dentro, fica protegida, não tem a folhagem, ela fica protegida lá dentro, e a noite não tem sol ela sai pra comer. A maioria das pragas elas castigam a noite, elas comem mais a noite, elas saíam pra comer a folhagem, aí eu disse vou pegá-la a noite, na hora que elas saíam pra jantar (risos) aí elas recebiam o veneno.

Um conhecimento empírico que se encaixava com as descrições da pesquisadora da EMBRAPA Geni Letvin Villas Bôas (2009, p. 5), sobre as características e hábitos biológicos desses seres: “se alimentam ao entardecer e nas primeiras horas do dia”. Além disso, o que nosso entrevistado afirmou foi que esse procedimento impactou na produtividade do tomate naquela área, reduzindo para apenas uma aplicação noturna de agrotóxicos por semana:

A gente produziu em 96 pra indústria e o comércio, eu cheguei a tirar sessenta mil caixas de tomate em quarenta e dois hectares e meio de terra [...] meu irmão que assumiu depois, em 97 só tirou dezessete mil caixas de tomate no mesmo terreno, porque fez do jeito que eles mandaram.

As nossas entrevistas revelaram, também, que nas memórias das pessoas que trabalharam com as plantações de tomates e demais produtos industrializados pelas fábricas locais, até a década de 1960 não existia o uso de agrotóxicos, ou pelo menos não tinha tomado proporções tão significativas.

Isso foi o que nos contou, por exemplo, o Seu Heleno Firmino da Silva<sup>79</sup>, senhor de 64 anos, que começou a trabalhar na lavoura aos sete anos de idade acompanhando a irmã mais velha e que chegou a ser responsável pela produção em uma área de quarenta e dois hectares de terras da Peixe no Distrito de Caldeirão. Esse ex-empregado da agroindústria Peixe, afirmou que não existiam grandes infestações ou maiores incidências que justificassem o uso de agrotóxicos, até a década 1960.

Lá no começo, nos anos 50, 60, até 70 não se usava nada, porque não existia pragas naquela época. A praga que existia antigamente era raro, não era assim todo ano. Alguma vez era que dava uma lagarta, uma coisa, e se usava detefon pra matar a lagarta, aplicava uma vez e acabou. Mas depois, pra cá, 70 e alguma coisa, veio uma doença [...] acho que era 'fitofe' [...] aparecia umas pintas pretas no tomate e as vezes na madeira do tomate, fazia aquela cinta preta, e até o vento chegava destruir, assim que nem se fosse assim um serra pau, [...] sem contar que a folhagem também ficava preta.

Quando os agrotóxicos foram introduzidos pelas fábricas, esses produtos passaram a fechar todo o ciclo da plantação. Eram usados desde o veneno para matar (queimar) ervas e outras vegetações na preparação do terreno, passando pelo adubo químico no solo, os “banhos” de veneno para eliminar os insetos e fungos nas folhas e frutos. Bem como produtos destinados a proteger do frio e excesso de umidade ou que ajudavam a manter a aparência saudável dos vegetais, inclusive o verde das folhas, até o final da colheita e consequente armazenamento.

Localizando, temporalmente, a introdução dos agrotóxicos nas plantações de tomates e demais lavouras em Pesqueira, encontramos na fala de Dona Maria do Socorro Pinheiro<sup>80</sup>, mais indícios de que a década de 1970 pode ser associada como um marco dessa prática danosa ao mundo natural no município de Pesqueira:

Não se usava nenhum agrotóxico, era um adubo natural, um tipo de uma cinza e o estrume de gado. Não tinha pulverização, não tinha nada e a

---

<sup>79</sup> Entrevista realizada em Pesqueira, em 24/01/2015.

<sup>80</sup> Entrevista realizada em Pesqueira em 25/01/2015.

tomate era um tomate sadio, que só você vendo. Plantava assim uma conta, não sei se você entende [...] parece que era assim, era 15 por 10 [...] numa conta de milho se batia o quê? Cinco, seis sacos de milho. Eu lembro muito bem, até os anos setenta, setenta e um, que foi o ano que eu casei, a gente plantava um quilo de feijão, que naquele tempo não era quilo era litro e agente batia um ou mais de feijão. [...] Não usava nada de agrotóxico, nada, nada, nada. Na minha lembrança foi isso. Do mesmo jeito a tomate, eu até lembro assim, o primeiro ano que a tomate adoeceu, era um negócio assim como se a folha tivesse secando, ficava preta, de repente, como se passasse um gelo a noite e de manhã tivesse queimado tudo. [...] foi exatamente quando começou o desmatamento mais forte, né? Enquanto isso não existia praga.

Em entrevista, mencionada, o Vice-Cacique Xukuru, Zé de Santa<sup>81</sup>, lembrou como começou a usar agrotóxico nas plantações de tomate destinadas a produção agroindustrial:

No começo quando eu comecei a plantar era sem agrotóxico. A gente lucrava o quê? Umas 150 caixas sem agrotóxico, depois a Peixe foi lá e começou a incentivar a usar agrotóxico e aí passou a duzentas caixas de tomate, duzentas e vinte caixa de tomates. Era 150 sem agrotóxico, aí incentivaram a botar. O técnico ia pra lá, o técnico agrícola, aí começou a incentivar a usar adubos químicos.

O agrotóxico usado pelos pequenos agricultores era vendido avulsamente como foi dito acima, mas para aqueles que tinham contrato com as fábricas, conhecidos como parceiros, a relação comercial e bancária tinha formato diferenciado. Primeiro, porque os parceiros precisavam apresentar e intenção de compra e venda com uma das fábricas para obter empréstimos ou financiamentos para produzir. Quando o empréstimo era concedido a relação do banco com o tomador do empréstimo era, no mínimo, peculiar. Segundo Dona Celeste Araújo, funcionava assim:

O banco que fazia contrato [...] quando os dinheiros saiam, o banco é quem já tirava o dele. Que a pessoa devia lá, num era nem a pessoa que pegava no dinheiro, que dizia vou pegar o dinheiro aqui na fábrica e vou pagar no banco. Lá já saia o dinheiro da fábrica pro banco. Entendeu?

Essa relação comercial era extremamente vantajosa para a fábrica, pois firmava contrato com os fornecedores/parceiros garantindo reserva de mercado,

---

<sup>81</sup> Entrevista realizada na Aldeia Cana Brava, em Pesqueira, em 14/11/2013.

obrigando-os a entregar a produção na fábrica com valores e quantidades previamente acordados.

Esse esquema também era vantajoso para o banco que emprestava o dinheiro mediante a garantia da fábrica em fazer o repasse à medida que o pequeno produtor entregasse a mercadoria para ser industrializada.

De acordo com Seu Expedito o banco financiador ou responsável pelos empréstimos era o Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE), ou como mesmo se referiu, “Eu trabalhei com o dinheiro emprestado do BANDEPE<sup>82</sup>, mas tinha que fazer um cadastro lá, na fábrica, num sabe?”.

Outro acordo comercial, também peculiar, era o que foi firmado entre o banco e as empresas ou lojas de revenda de produtos para o campo, entre eles os agrotóxicos. O tratado consistia no pagamento pelo banco às chamadas “casas de agrotóxicos”, para produtos adquiridos pelos agricultores na produção para as grandes fábricas da cidade, quando os mesmos não tinham dinheiro para comprar a vista. Essa relação comercial foi assim narrada por Dona Celeste Araújo:

Se eles fosse, pra eles despachar o remédio, quando fosse a safra da tomate, o que eles faziam lá em letra, em mão, em máquina [...] dizia lá, você tá devendo tanto, o remédio deu tanto, correu tanto, não sei o que, aí ficava quase nada. Se a gente comprasse o remédio a vista a gente ainda lucrava um pouquinho, mas se comprasse pelo banco, ele mesmo comia a renda da tomate

Além desse legado comercial e ambiental relacionado ao uso dos agrotóxicos, as fábricas de Pesqueira também promoviam o descarte de dejetos e lixo industrial em um terreno na área em torno da cidade, criando um lixão a céu aberto, com todo tipo de material produzido pelas indústrias, segundo narrado por Ivanildo Nascimento:

Mas aí tinha também da questão do plástico, da questão da lata e tudo. A Peixe naquela época, na verdade aquela época não tinha essa fiscalização toda, mas tinha uma espécie de lixão. E esse lixão é uma coisa muito agressiva ao meio ambiente hoje. A Peixe descartava muito material nesse lixão. Era um lixão, ali próximo a Pitanga e que hoje eles colocaram mais como um aterro sanitário, não é bem um aterro sanitário, precisa muito pra um aterro sanitário, mas o descarte realmente era feito lá. Eles colocavam

---

<sup>82</sup> O entrevistado não tinha mais nenhuma cópia desses contratos e o banco que adquiriu as ações do BANDEPE, quando da sua privatização em 1998, alega não ter mais nenhum arquivo documental do antigo banco do estado.

lá no lixão, uma área grande e a Peixe descarta, tanto o plástico quanto a lata essa parte todinha de desperdício eles descartavam mesmo no meio ambiente.

Uma das atribuições do técnico que trabalhava no laboratório era analisar a qualidade das frutas que chegavam à fábrica para serem processadas, embaladas e colocadas no mercado para a venda. Essa inspeção era feita através do método de amostragem e o que não prestava era descartado:

A gente fazia na verdade a inspeção nas frutas que chegavam dentro da Peixe, a gente selecionava as frutas par ter um boa qualidade. [...] O laboratório er um laboratório de nome, na verdade ele prestava serviço, inclusive pras outras empresas aqui. O laboratório era muito bem equipado, com todo material necessário pra ter um produto de qualidade. O laboratório da Peixe era conhecido como um laboratório de ponta da região. O analista de laboratório da Peixe, ele fazia tanto a análise do produto, a análise microbiológica, a análise dos ingredientes que era pra colocar no produto, os ácidos que eram utilizados também nos produtos, na verdade, era uma análise total daquele produto. A gente fazia também análise de PH, de concentração, de diluição. Era por amostragem, um com mil litros de extrato, por exemplo, com cem gramas a gente fazia a análise dessa amostra, se ela estava realmente boa ou com condição de ser envasado.

No caso do material orgânico resultante do processo fabril, o entrevistado afirmou que a Peixe separava, embalava e conseguia obter alguma rentabilidade através da venda para serem aproveitados em outras finalidades por terceiros.

No caso dos orgânicos, depois que eles saiam eles passavam por uns tanques de decantação, como por exemplo, a semente da goiaba, a semente do tomate. Essa semente, na verdade era separada e ensacada e era vendido pra ração animal. Essa semente todinha, no caso a semente do tomate e a semente da goiaba, essas não eram desperdiçadas, para ração animal, assim como a casca da banana. A casca do abacaxi era usada mais para o decomposto.

Esses relatos constituem um histórico ambiental não só da Fábrica Peixe, que era a maior do município, mas também das demais indústrias de processamento de tomate, doces e conservas na região. Particularmente no que diz respeito as modificações no mundo natural com as derrubadas de árvores para fornecer lenha, contaminação do solo e do subsolo devido ao uso excessivo de agrotóxicos nas plantações por toda a parte.

Além disso, temos a questão hídrica, ou seja, de utilização dos mananciais existentes no território de Pesqueira, particularmente, pela Fábrica Peixe que detinha a maior parte dos recursos hídricos do município. A indústria dispunha de grande volume de água para garantir sua produção agrícola e fabril, mesmo em época de seca na região.

Discutir a história de Pesqueira e a força de sua agroindústria exigiu compreender como isso foi possível em uma região com uma pluviosidade muito baixa, conforme mencionamos e buscamos demonstrar anteriormente. Entender como essa agroindústria se manteve por um século convivendo com uma escassez de chuvas quase que permanente. O que buscaremos abordar no tópico seguinte.

### **3.3. “Ela não tinha problema com água”: o domínio dos recursos hídricos como uma questão socioambiental**

A Fábrica Peixe possuía uma barragem localizada na Serra do Ororubá, conhecida como Açude dos Brittos, que em períodos de estiagem garantia o abastecimento de água para que sua produção não parasse. Essa água era usada tanto nos plantios, quanto no processo fabril, conforme relatado por Ivanildo Nascimento<sup>83</sup>:

As frutas passavam pelas piscinas, no processo de limpeza, depois no processo da temperatura, essas piscinas eram construídas e todas possuíam água clorada, as tomates passavam por um banho nesses tanques, as tomates ficavam em repouso, depois elas passavam por um sistema elevatório das piscinas, onde esse sistema elevatório tinha uma espécie de chuveiros, chuveirões e esses chuveirões era água com cloro. Passavam por toda essa água pra poder chegarem nas esteiras.

---

<sup>83</sup> Entrevista realizada em Pesqueira, em 25/11/2014.



**Figura XI:** Açude dos Brittos na década de 1980.



Fonte: [www.pesqueira-emfoco.com](http://www.pesqueira-emfoco.com).

Acesso em: 13/07/2014.

O referido açude foi o maior reservatório de água do município, até a construção da Barragem Pão de Açúcar na década de 1980, localizada em outro ponto da Serra do Ororubá. Essa Barragem represa água do rio Ipojuca e tem uma capacidade de trinta e quatro milhões de metros cúbicos de água, aproximadamente. Segundo a pesquisadora Denise Lira, em seu estudo sobre a Barragem Pão de Açúcar:

O principal objetivo da construção da Barragem foi a disponibilização de água para as lavouras e as agroindústrias e para abastecer a cidade de Pesqueira, embora atualmente sua utilidade destina-se a atividade pesqueira, a irrigação das plantações e uso domésticos apenas das residências da área indígena. (LIRA, 2013, p. 98)

Nesse município atualmente está sendo construída uma adutora com recursos de programas do governo Federal<sup>84</sup> e da Secretaria Estadual de Recursos

---

<sup>84</sup> PROÁGUA Nacional. Sítio eletrônico SRHE/PE.

Hídricos, que se utilizará da água do rio Ipojuca, mais precisamente da barragem Pão de Açúcar, para abastecimento na região. Essa obra integra o sistema adutor do Agreste, que contará com água de outras barragens e rios.

**Figura XII:** Barragem Pão de Açúcar – Pesqueira/PE



**Fotografia:** Edson Silva, janeiro de 2010.

Em nossas visitas ao município de Pesqueira, local de nosso estudo, observamos que devido ao período de estiagem e principalmente ao represamento da água em outro ponto da Serra do Ororubá, o Açude do Brittos não tem o mesmo volume de água de outrora e apesar de existirem as velhas tubulações que canalizavam a água até a fábrica no centro da cidade, o sistema não é mais usado. Esse reservatório foi a principal fonte de água para a Fábrica Peixe, durante mais de meio século de produção de derivados de tomates e conservas.

**Figura XIV** - Açude dos Brittos – Pesqueira/PE<sup>85</sup>.



**Fotografia:** Daniel Max, janeiro de 2015

O ex-analista químico de produção, Ivanildo José do Nascimento, que trabalhou durante dez anos na Fábrica Peixe, em nossa entrevista, fez o seguinte relato sobre o abastecimento de água para a produção da indústria onde trabalhou:

Mesmo no período de estiagem, o açude chamado de açude dos Brittos, em homenagem aos donos da fábrica, esse açude dos Brittos. Ele tem não só a água que ele juntava, mas também a mineração. Ele fica aqui na Serra do Ororubá, na terra indígena e ele tem mineração. Então, a gente nunca viu esse açude seco. Ele até diminuía um pouco o volume de água, mas era pequeno, por conta da mineração. Então a Peixe tinha essa coisa muito boa que era de ter água disponível que abastecia até cidade, quando havia necessidade, era tirado água para abastecer a cidade. A CICA, por exemplo, passava por dificuldade com a questão de água no período de estiagem, ela era abastecida com caminhões tanque e assim, era comum a Peixe mandar caminhões tanque para própria CICA.

---

<sup>85</sup> Após a retomada do território pelos Xukuru de Ororubá, o chamado “Açude dos Brittos” ou “Açude da Peixe”, foi renomeado pelos indígenas como “Açude Santana”, por estar localizado na Aldeia do mesmo nome.

A afirmação acima corroborou a ideia da hegemonia econômica do grupo pioneiro na industrialização de Pesqueira. A propriedade dos chamados recursos naturais destinados a uma determinada atividade socioeconômica em detrimento das demais necessidades e atividades humanas ficou nítida, estabelecendo relações diferenciadas entre os segmentos sociais.

A falta de água acarretou alguns problemas ou mazelas sociais, inclusive no que diz respeito a saúde da população, não só por ser fonte de vida. A água também pode garantir qualidade de vida, podendo evitar doenças infecto contagiosas que ganhavam ou podem ganhar dimensões de epidemia, pois a higiene é fator fundamental nesses casos.

Segundo o jornal *A Voz de Pesqueira* (1950, p. 3), discutindo a falta de água que persistia até aquela data por descaso das autoridades locais, noticiou que no ano de 1946 ocorreram 89 registros de mortes infanto-juvenis, sendo 40 de defuntos de menos de um ano e 49 de até 15 anos. Essa mortandade, assim como a epidemia da peste bubônica na década de 1930 foram associadas à falta de higiene, provocada pela falta de água.

O controle e utilização do manancial hídrico, pela Fábrica Peixe, eram vistos com naturalidade por parte da população, pois para a sociedade pesqueira, era algo necessário para manter a produção que “sustentava” a cidade. Essa situação expõe uma contradição discutida por outros pesquisadores e apresentada em capítulos anteriores de nosso estudo, no que diz respeito as denúncias do desabastecimento hídrico da cidade para suprir as necessidades da fábrica. Como é o caso do que foi afirmado por Alder Ferreira Calado, em trecho mencionado em capítulos anteriores, quando escreveu que na região existia “água abundante” em contraste com uma realidade de extrema carência da maioria da população local. Essa discussão, também, nos remeteu a teoria formulada por Donald Worster em seu estudo de História Ambiental, sobre o domínio socioeconômico da Natureza.

Os relatos das condições precárias do abastecimento de água dão uma dimensão das agruras sofridas pela parcela mais pobre da população. A nossa entrevistada, Águeda Maria Santos<sup>86</sup>, recordou, por exemplo, das dificuldades cotidianas em virtude da escassez de água, comum a região do Agreste por sua

---

<sup>86</sup> Entrevista realizada em Pesqueira, em 25/01/2015.

baixa pluviosidade, mas, agravada pelo monopólio hídrico exercido pela Peixe, principal indústria da cidade:

O abastecimento de água era péssimo, nós tínhamos só a questão dos chafarizes para a distribuição, até para as casas mais... (gesto de dinheiro com as dedos). Os chafarizes ficavam em locais centrais, por exemplo, no centro da cidade tinham dois chafarizes. Existiam as mulheres que carregavam água, por exemplo, as mulheres carregavam água pra uma casa bem rica, trinta latas, elas ganhavam por latas, existia esse pessoal. O abastecimento de água em Pesqueira era assim, mas a Peixe não tinha aperto com água, porque a Peixe tinha as barragens dela. Ela não tinha problema com água, até porque ela não podia ter problema com água, porque era um gasto muito grande água. Mas a população não tinha essa quantidade de água.

Essa foi uma questão que, também, encontramos entre os periódicos locais. São notas que tratavam ou traziam referências sobre a falta de água e de expectativas de soluções para essa situação vivida pelos cidadãos pesqueirenses, ainda na década de 1950:

Já se encontra ao pé da obra, melhor diríamos em desdobramento, por todo o percurso, os canos que hão de conduzir a água do reservatório afetos para a estação de tratamento. Resta sejam conestados abreviando a inauguração do novo serviço de abastecimento d'água desta cidade. (A VOZ DE PESQUEIRA, 1950, p. 3)

Essas contradições, inerentes ao sistema que concentrava nas mãos de uma pequena parcela, os meios geradores de riquezas e as fontes multiplicadoras de vida, como são os elementos dispostos na Natureza, também são responsáveis pelas privações e a escassez de tais recursos para a maioria da população desprovida desses e de outros meios.

A razão de existência das fábricas, que eram as plantações de tomate, necessitava de bastante água, assim como o processo de fabricação de seus derivados. Entretanto, as limitações de acesso a esse bem natural eram proporcionais a sua escassez, ou seja, não conseguiam suprir todas as demandas daquela sociedade, exceto sua parte industrializada.

Garantir água para toda a população ou manter o ritmo da produção, parece não ter sido uma escolha democrática. Mesmo admitindo que a coletividade pudesse optar por uma ou outra condição, a decisão ou o encaminhamento foi dado em função da posse das terras onde ficavam os mananciais.

Analogamente, tanto os engenhos de cana de açúcar, descritos por Gilberto Freyre (2004), que se estabeleceram às margens dos rios litorâneos pernambucanos, foram responsáveis por sua poluição ao longo de séculos de ocupação, quanto o monopólio da Peixe teve responsabilidade no desabastecimento da cidade, ao longo das décadas de funcionamento no município de Pesqueira.

Entretanto, é necessário refletir sobre o imaginário construído por uma grande parcela dos cidadãos pesqueirenses e, particularmente, entre nossos entrevistados e pessoas com quem conversamos informalmente. Existem algumas frases e entendimentos explícitos ou implícitos de que a Fábrica trouxe benefícios e que cuidava das pessoas - mesmo quando não faziam parte de seu quadro de funcionários ou de parceiros -, ainda que ela detivesse o controle dos recursos básicos para a produção, como era o caso da água.

Buscamos, portanto, compreender a situação e o contexto histórico, examinando o que estava em curso no período, e quais impactos teve sobre as várias interpretações desse contexto. Nesse caso é possível afirmar que existe uma diferença entre “consciência histórica” e “memória social”. Pois nossa memória coletiva é distorcida por inúmeros fatores, “à medida que nossas prioridades correntes nos levam a destacar alguns aspectos do passado e excluir outros”. (TOSH, 2011, p. 16)

Os impactos decorrentes das atividades fabris em Pesqueira precisam ser discutidos mais amplamente, para que não se fixe apenas uma versão ou opinião, segundo a qual, só existia um caminho e que não foi nem poderia ter sido diferente do caminho trilhado. A análise sob a ótica da História Ambiental “também visa desmascarar mitos e percepções distorcidas do passado para corrigir os equívocos que influenciam as decisões para a atualidade e o futuro”. (MARTINEZ, 2006, p. 36)

Acreditar tão somente na benevolência empresarial é ignorar o conteúdo e intuito primeiro da iniciativa privada. Ou como pontuou Jozimar de Almeida: “Lucro é a palavra chave para o funcionamento de qualquer empresa capitalista. A agroindústria não foge à regra”. (ALMEIDA, 1988, p. 18)

O que para muitos foi uma obra assistencial da Fábrica, também, pode ser interpretado como fruto da ação do Estado ou pelo menos discutido a luz da existência de políticas públicas que estavam em curso, ainda que não sejam nos moldes do que se apresentam na atualidade.

O período histórico das décadas de 1920 e 1930 é fortemente marcado pela industrialização e urbanização no Brasil. Para a concretude desse projeto, verbas foram destinadas para incentivar esse processo e minimizar os problemas sociais, entre os quais a falta de moradia no novo espaço urbano.

Financiamentos diretos ou por intermédio de órgãos constituídos com essa finalidade foram carreados para centros urbanos e industriais. Existiam instituições criadas desde a década de 1930, voltadas para a construção de moradias e que seguiam essa lógica, instituições que perduraram até as décadas de 1960 e 1970.

Uma dessas instituições criadas em âmbito nacional, foi o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (I.A.P.I.). Esse instituto foi criado, mais precisamente, em 1933 e tinha por finalidade mitigar o *déficit* habitacional gerado pela urbanização crescente dos municípios. (BARON, 2013, p. 104)

Esse Instituto foi citado pelo jornal *A Voz de Pesqueira*, em uma edição de 1954, como referência para resolver o problema vivido pelo operariado pesqueirense, em nota intitulada: “Os operários de Pesqueira precisam de casa própria”. Dizia a nota:

Decerto chegou a vez de Pesqueira. Mantendo o primeiro lugar como centro industrial no interior de Pernambuco, vai naturalmente, contar com sua vila financiada pelo I.A.P.I. [...] E o instituto estará cumprindo sua finalidade por estas plagas tão necessitadas de assistência social de ação ampla. (A VOZ DE PESQUEIRA, 1954, p. 2)

Para além das compreensões ou interpretações que possam denotar apenas a benevolência dos industriais pesqueirenses, na construção de casas para seus trabalhadores, podemos perceber a existência de linhas de financiamentos institucionais e concessões próprias do setor industrial. Ou seja, um fundo de pensões dos industriários ou operários (e não dos industriais), foi criado para atender a demanda habitacional que ganhava grandes proporções em virtude do impulso e incentivo dado ao projeto de industrialização do país.

Essas casas construídas em Pesqueira, inclusive em propriedades da Fábrica Peixe e que foram, décadas depois, objeto de trocas, como parte da indenização dos empregados da agroindústria quando esta fechou as portas (conforme afirmação de Seu Heleno). Fazem parte dessa iniciativa estatal para atender a necessidade ou *déficit* habitacional e desse projeto de urbanização que estava

atrelado ao processo de industrialização em curso no Brasil desde a primeira metade do século XX.

Essas moradias, em seu formato original, são atualmente encontradas no Distrito de Caldeirão no município de Pesqueira. Inclusive a casa que o nosso entrevistado, Seu Heleno fez referência. São pequenas casas conjugadas com poucos metros quadrados que formavam as chamadas vilas operárias em áreas rurais, que os pesqueirenses fazem alusão.

**Figura XIV** – Casas construídas para os trabalhadores da Peixe, no Distrito de Caldeirão



**Fotografia:** Daniel Max

Na vila onde está localizada a casa de Seu Heleno Firmino (no formato original) e onde tem a casa (modificada) de Dona Socorro, existem diversas outras casas no mesmo modelo e um templo da Igreja Católica, construída na década de 1990, em um terreno ao lado da casa do ex-funcionário da Peixe, Seu Heleno. Essa igreja foi idealizada por Dona Socorro, líder comunitária, e erguida pela doação e força dos braços dos moradores da localidade de Caldeirão I. Trata-se da Igreja de São Benedito, onde são celebradas missas todos os domingos, às oito horas da manhã. Nome que segundo Dona Socorro “não foi escolhido à toa”, pois existem diversos negros na comunidade, inclusive ela, que se orgulha de ser.

As construções das casas organizadas em vilas correspondem a um determinado período histórico ou contexto da história nacional, no qual, não só o município de Pesqueira como outras cidades estavam inseridas. Simbolizaram essa



condição de cidade industrial e de transformações socioeconômicas que estavam ocorrendo.

Não é possível subestimar esse aspecto da construção da história social de Pesqueira, pois ele fez parte de um contexto nacional que estava atrelado ao desenvolvimento econômico e social do país, mas, principalmente porque fazem parte da história coletiva e da paisagem do município.

Esses aspectos da história de Pesqueira somaram ou fazem parte da trajetória da agroindústria que se desenvolveu e tornou-se uma espécie de símbolo do próprio município. Com o fim desse processo industrial é necessário ter presente que para além das “contribuições”, precisamos, principalmente, observar como essa experiência de cem anos modificou a paisagem, sobretudo, influenciou a vida e a visão da população local, nas suas múltiplas dimensões. Ou seja, “entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas”. (ALBERTI, 2004, p. 28)

Observamos que até a década de 1990 as principais fábricas eram a principal fonte de renda das pessoas em Pesqueira e que sua existência moveu concretamente a economia e a sociedade naquela localidade, e impulsionou o imaginário daqueles que conviveram ou viveram com essa existência. Mas, também influenciou na forma de lidar com o mundo natural.

A história da agroindústria como afirmamos, se confundiu com a história de Pesqueira em diversos aspectos, embora em nosso estudo evidenciamos as relações com a Natureza, de forma consciente ou não, a partir da observação na perspectiva da História Ambiental, que nas afirmações de Donald Worster, foi assim identificado:

Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados. (WORSTER, 1991, p. 199)

Todavia, é importante afirmar que essas mudanças no mundo natural parecem pequenas quando comparadas com outras experiências, onde florestas foram substituídas por pastos ou onde a mineração deixou crateras gigantescas. No entanto, ela tem impacto proporcional as dimensões territoriais e ao ecossistema ao qual se insere.

No caso de Pesqueira, possivelmente um tema não estudado foi uma produtividade insuficiente do solo em algumas áreas, associada a falta de chuvas e demais condições naturais, mas, que também está relacionado ao uso dos agrotóxicos até a atualidade, ainda que as lavouras não sejam de tomate.

Outro aspecto a ser observado refere-se ao afirmado por Donald Worster na citação acima, sobre a interação humanos/natureza/humanos. Procuramos ter uma maior atenção as influências exercidas pela agroindústria nas práticas de cultivo dos pequenos agricultores, sejam indígenas ou não.

Atualmente Dona Celeste e Seu Expedito, seguem plantando jerimum usando agrotóxicos, na região da Ribeira, assim como outras pessoas que em seu cotidiano o fazem, tendo recebido alguma influência ou levando consigo memórias da época de existência da experiência agroindustrial e reproduzindo as mesmas relações com a Natureza. Enquanto que também encontramos práticas como as de Zé de Santa (Vice-Cacique Xukuru), Seu Dedé, Iran, entre outros, que tentam convencer seus vizinhos nas aldeias onde moram e a gente de seu povo a plantar sem o uso de venenos, discutindo com outros indígenas, em encontros organizados para defender uma prática agrícola sustentável, voltados para o bem-viver dos Xukuru do Ororubá.

A imponente estrutura da Fábrica Peixe, atualmente abriga serviços de particulares e do poder público municipal, como a feira, onde se encontram produtos plantados por índios Xukuru sem uso de agrotóxicos (entre 6 e 8 barracas). Em meio a muitos outros feirantes que vendem frutas, verduras e hortaliças cultivadas com veneno, ou seja, na forma aprendida com a agroindústria. A outra estrutura que se destaca na cidade é o prédio da Fábrica Rosa, transformado em espaço comercial e no Museu do Doce, onde se encontra parte significativa da história das duas fábricas.

Isso são as obras de engenharia civil, estruturas físicas deixadas pelas fábricas e que são visíveis. Entretanto, existem coisas imateriais que permanecem sólidas nas memórias e na vida dos pesqueirenses, que foram construídas ao longo de um século de experiência agroindustrial, que não são perceptíveis quando apenas se visita a cidade, mas que se constituem em reflexões para a História Ambiental daquela localidade.

A ideia difundida no sistema econômico vigente de que o “progresso” deve acontecer a qualquer custo, ou melhor, que a modernização do processo de

produção deve ser constante para alcançar os mais elevados índices de aproveitamento dos recursos naturais, engendra uma ação destruidora desses recursos, o que se torna uma contradição do próprio desenvolvimento produtivo. A destruição das vegetações e nascentes de rios coloca em cheque a reprodução de matéria prima e a inexistência de água compromete a própria atividade econômica e conseqüentemente o famigerado desenvolvimento socioeconômico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### **Agroindústria, Ambiente e gente: elementos de uma história.**

A agroindústria em Pesqueira foi sem dúvida o maior acontecimento histórico do município e da região. Ela foi responsável pelas mudanças socioeconômicas mais significativas daquela localidade e insere-se como um marco também para Pernambuco. Todavia, não podemos dissociar as pessoas do Ambiente, tampouco, sua história.

Foi o aproveitamento de frutas existentes na região que deu início a produção de doces das pessoas que ali viviam. Porém, foi a iniciativa de uma empresa de produzir em larga escala para fins de venda que fez surgir o primeiro grande empreendimento do setor, que mais tarde se tornou símbolo da história da própria cidade.

A História Ambiental procura refletir exatamente sobre essas interações entre Humanidade ou Sociedade com a Natureza. As características naturais da região propiciaram a atividade socioeconômica e ao mesmo tempo, ela foi sendo modificada pela ação humana.

O represamento de água foi fundamental para a agroindústria. Porém, isso ocorreu em detrimento de outras atividades trazendo consequências socioambientais, pois as áreas que foram privadas dessa água se modificaram e em alguns casos tornaram-se insustentáveis ou inóspitas para diversos seres vivos e mesmo para a população mais pobre.

Para que o famigerado progresso trazido pela indústria capitalista fosse alcançado houve uma investida contra a caatinga e as matas da Serra do Ororubá, colocando em risco ou fazendo desaparecer inúmeras espécies nativas.

Como se isso não fosse suficiente para provocar desequilíbrio ambiental, houve a introdução dos agrotóxicos nas lavouras, principalmente do tomate. Esse incremento trouxe dois aspectos que discutimos ao longo do texto. Um está diretamente ligado ao fator do aumento da produção, tão necessário ao desenvolvimento capitalista e que foi perseguido pelas indústrias do município. Ou seja, foi o uso desses produtos químicos que possibilitou o crescimento da produção e a diversidade das plantações de interesse da agroindústria. O outro aspecto nos remeteu aos impactos desse uso na biodiversidade, pois os agrotóxicos despejados

ou pulverizados nas plantações não mataram apenas os insetos ou fungos que o aplicador desejava eliminar, ele interferiu em todas as formas de vida a sua volta. Além de contaminar o solo, o subsolo e conseqüentemente os lençóis e fontes de água doce.

No entanto, um dos aspectos mais significativos diz respeito as mudanças nos hábitos da forma de plantio dos pequenos agricultores, fossem eles indígenas ou não. Todos foram induzidos ou “incentivados” ao uso desses produtos em todas as etapas da produção, como vimos em nosso estudo.

Além da exposição direta a esses produtos perigosos, por parte daqueles que trabalharam nas plantações das fábricas ou que possam ter arrendado um pedaço de terra para cultivar, o consumo desses produtos também foi motivo de endividamento e de uma crescente dependência desses agricultores para com as indústrias instaladas no município.

Esse fato ganhou relevância à medida que essas pessoas banalizaram essa prática, sem questionarem se havia outro caminho. O uso de agrotóxicos foi algo que foi internalizado e chegou até a atualidade. Para tanto basta observar que na feira da cidade, aos sábados no pátio da falida Fábrica Peixe, com exceção de algumas barracas de alguns índios Xukuru do Ororubá que plantam orgânicos, as demais vendem alimentos cultivados com agrotóxicos.

A despeito das interpretações ufanistas ou fatalistas sobre o desfecho da história das fábricas, observamos que muito do que foi relatado e discutido nessas páginas sugerem uma história ou um ciclo da história de Pesqueira, marcado pela industrialização, com a utilização predatória dos chamados recursos naturais e o uso indiscriminado de agrotóxicos para assegurar a produção de doces e derivados de tomate.

O que ficou de mais significativo na história da cidade e está presente na memória das pessoas que ali habitavam ou que ainda habitam e que de alguma forma estiveram envolvidas com a produção, foi o saudosismo. Lembranças de um passado glorioso, possibilitado pela existência da agroindústria.

Entretanto, essas pessoas – ainda que displicentemente - acabaram por corroborar um enredo que conta uma história de mudanças de hábitos ou que pelo menos influenciou determinadas ações. Ações modificadoras do Ambiente natural e

ações modificadoras de práticas ou modos de plantar e de colher, ou melhor, de produzir. Ações que foram individuais e/ou coletivas, de sujeitos conscientes ou não.

### **Desafios de um estudo em História Ambiental**

A dimensão dos desafios e das dificuldades de se abordar um determinado tema na História Ambiental não se apresentam no momento da escolha. Vai se materializando no decorrer da pesquisa, nas múltiplas possibilidades que surgem acompanhadas de uma infinidade de caminhos que podem levar ao descaminho do que está sendo produzido, pois, os temas são extremamente abrangentes e conexos. O que é próprio da História Ambiental:

A história ambiental reúne os temas mais antigos com os mais recentes na historiografia contemporânea: a evolução das epidemias e do clima. Ambos os fatores sendo partes integrantes do ecossistema humano; a série de calamidades naturais agravada por uma falta de antevisão, ou mesmo por uma absurda "disposição" dos colonizadores simplórios; a destruição da Natureza, causada pelo crescimento populacional e/ou pelos predadores do hiperconsumo industrial; as mazelas de origem urbana e industrial, que levam à poluição do ar e da água; o congestionamento humano ou os altos níveis de ruído nas áreas urbanas, num período de urbanização galopante. (WORSTER, 1991, p. 199)

Mensurar o potencial dano ambiental produzido pela agroindústria em Pesqueira ao longo de cem anos de atividade é algo que requer uma ação multidisciplinar e que mesmo em muitos anos de trabalho possivelmente ainda existiriam dúvidas sobre a precisão dos resultados, pois a própria Natureza se encarregou e se encarrega de se transformar. Todavia, esboçar os impactos dessa atividade na história do município e nas práticas dos humanos que ali residem, a partir dessa experiência foi o exercício que buscamos fazer, mesmo sabendo que diversos fatores possam ter sido ofuscados ou não observados enquanto outros tenham tomado proporções não condizentes. Mantemos a esperança de que outros pesquisadores o façam de forma mais completa.

Outras dificuldades foram o acesso a determinados dados e informações que surgem durante o processo de pesquisa. Ora por não haver uma preocupação em termos de ambiente no passado, ora porque as instituições não preservam seus acervos. Conforme foi mencionado em nosso texto, o financiamento ou os empréstimos tomados pelos agricultores parceiros ocorreram por meio do Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE). Os agricultores com quem conversamos e

entrevistamos disseram não possuírem cópias dos contratos por não terem guardado ou por não terem sequer recebido uma cópia. O banco em questão foi privatizado em um leilão em 1998, sendo arrematado por um grupo financeiro holandês, posteriormente outros dois bancos foram proprietários, até que em 2008 foi incorporado por um grupo internacional, que detém suas ações até o presente.

Em nossas buscas por informações relativas aos modelos de contratos ou históricos de qualquer natureza, que pudessem ajudar na pesquisa, fomos informados pela superintendência da instituição financeira detentora do patrimônio do BANDEPE (que pediu para não ter seu nome mencionado), que com a aquisição do banco, os arquivos ficaram de posse de uma empresa terceirizada e que ao fim do contrato estes arquivos deixaram de ser responsabilidade dos mesmos. Tudo sob a alegação de que manter esses arquivos era algo dispendioso e de pouco interesse para a instituição. Em outras palavras, fomos privados do acesso a essas informações e outros pesquisadores, também, serão prejudicados em seus trabalhos sobre quaisquer outros assuntos concernentes ao banco que necessite de seus arquivos, uma vez que os mesmos, provavelmente, foram extraviados.

Entretanto, essas dificuldades não foram suficientes para arrefecer nosso estudo e possibilitar reflexões que julgamos (sem grandes pretensões) serem capazes de contribuir no estudo da história de Pesqueira e de Pernambuco, para que outros pesquisadores possam aprofundar o debate sobre o tema na perspectiva da História Ambiental.

A História Ambiental do município de Pesqueira a partir da experiência agroindustrial tem nuances e recortes que podem contribuir para inúmeras pesquisas, mas, acreditamos que a utilização dos chamados recursos naturais não ocorreu simplesmente em função da melhoria da população como acreditam alguns, mas sim para enriquecimento de uma minoria.

Os agrotóxicos foram utilizados indiscriminadamente e seus efeitos não foram estudados em profundidade suficiente ainda. Sabemos, no entanto, que sua introdução, mais fortemente, na década de 1970 pela agroindústria, tornou-se uma prática comum e atualmente constitui um dos maiores comércios do município de Pesqueira.

Esperamos ter de alguma forma suscitado e trazido elementos para novas discussões sobre a História do município, particularmente em seus aspectos socioambientais.

Mas, sobremaneira, esperamos que ao estudar ou ao terem acesso a essa história outros possam entender que tudo que está em curso na atualidade em nosso estado tem rebatimento no futuro, com o agravante de que quanto mais rápido sugamos os recursos naturais e mais profundamente modificamos o mundo natural, mais breve e intenso será o retorno nefasto dessas ações humanas.

A História Ambiental serve como ferramenta para as análises presentes a partir do passado e para que possamos pensar sobre interações menos danosas entre a Humanidade e a Natureza.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALCOFORADO, Fernando Antonio Gonçalves. **Os condicionantes do desenvolvimento do estado da Bahia**. Disponível in: <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/41961> Acesso em: 15/01/2014.
- ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do arco-íris**: Ecologia e História. Campinas: Papirus, 1988.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALVES, Adilson Francelino. Conhecimentos convencionais e sustentáveis: uma visão de redes interconectadas. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 63-80.
- ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luiz. **A utilização da imprensa escrita para a escrita da história**: diálogos contemporâneos. Disponível em <http://www.fnpij.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/122/77>
- ALVES, Irene dos Santos. **Índios Xukuru**: saúde, saneamento e condições de vida. Aspectos de uma história socioambiental em pesqueira. Recife: UFPE 1989 (Monografia do Curso de Especialização em História).
- AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva (Org.). **Saúde do trabalhador e sustentabilidade do desenvolvimento local**: ensaios em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4ª ed. São Paulo: Lech, 1980.
- ARAUJO, Adélia Cristina Pessoa. **Importância da análise de resíduos de praguicidas para ações de saúde pública**: estudo da cultura do tomate do estado de Pernambuco. São Paulo: USP, 1998. (Tese Doutorado em Saúde Pública).
- \_\_\_\_\_, Adélia C. P; AUGUSTO, Lia Giraldo S; NOGUEIRA, Diogo P. **O impacto dos praguicidas na saúde**: estudo da cultura de tomate, 2000.
- Disponível em:

[89102000000300016&lng=pt&nrm=iso](http://89102000000300016&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 14/03/2013.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**: política, sociedade e economia. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BARON, Cristina Maria Perissinoto. **A produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos institutos de aposentadorias e pensões – iaps**. São Paulo: Revista UNESP, 2013.

Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/viewFile/2287/2092>

Acesso em: 15/05/2014.

BÔAS, Geni Litvin Villas; BRANCO, Marina Castelo; MEDEIROS, Maria Alice de. **Manejo integrado da traça do tomateiro (Tuta Absoluta) em sistema de Produção Integrada de Tomate Indústria (PITI)**. Disponível in: [http://www.cnph.embrapa.br/paginas/bbeletronica/2009/ct/ct\\_73.pdf](http://www.cnph.embrapa.br/paginas/bbeletronica/2009/ct/ct_73.pdf) . Acesso em 18/12/2014.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da Ciência**. São Paulo: UNESP, 2004.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1992.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Relações de dependência social no agreste centro ocidental de Pernambuco**. Recife: UFPE, 1979. (Dissertação Mestrado em Economia – PIMES).

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CASTRO, Maria Inês Malta. **Reflexões sobre a História Ambiental**. Disponível em: <http://lrc.nutes.ufrr.br/toxicologia/mXII.orga.htm>. Acesso em 07/05/2014.

CAVALCANTI, Célia Maria de Lira. **Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira 1979**. Recife: UFPE, 1979. (Dissertação Mestrado em Economia).

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHABOUSSOU, Francis. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxico**: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas, a teoria da trofobiose. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. São Paulo: Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. **À beira da falésia**: a História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora Universitária UFRGS, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental**: temas, fontes e linhas de

- pesquisa. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: Expressão Popular, 1983.
- ESPINDOLA, H.S. Sociedade, Natureza e território: contribuição para a História Ambiental. In: NODARI, Eunice Sueli; KUG, João. (Orgs). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 167–197.
- FEITOSA, Raymundo Juliano Rêgo. **Capitalismo e camponeses no agreste pernambucano: relações entre indústria e agricultura na produção de tomate em Pesqueira**. Recife: UFPE, 1985. (Dissertação Mestrado de Sociologia – PIMES).
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Global, 2004.
- GALINDO, Betânia Flávia Cavalcanti. **A cidade das chaminés: história da industrialização de Pesqueira**. Recife: Faculdade Boa Viagem, 2007. (Dissertação Mestrado em Administração).
- GINSBURG, Carlo. **Relações de força: História, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Marco Antonio Ferreira; BARIZON, Robson Rolland Monticelli. **Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos e nitrato de origem agrícola no Brasil: cenário 1992/2011**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010.
- LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro; SHHMIDT, Benito Bisso. (Orgs). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.
- MACIEL, José de Almeida. **Pesqueira e o antigo Termo de Cimbres**. Obras completas – vol. 1. Recife: CEHM, 1980.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.
- \_\_\_\_\_. **História ambiental paulista: temas, fontes, métodos**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.

- MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 1996.
- MELO, Mário Lacerda de. **Os Agrestes**. Recife: SUDENE, 1980.
- MENDOÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro: 1888 – 1931**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 10<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudo de história indígena e do indigenismo**. Campinas: Unicamp, 2001 (Tese de Livre Docência apresentada ao IFCH).
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. O conceito de identidade. In: SCOTT, Perry; ZARUR, George (Orgs). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, p. 19–25, 2003.
- NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs). São Leopoldo: Oikos, 2012.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.
- PÁDUA, José Augusto. Cultura esgotadora: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. In: **Estudos, sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 134-163, out. 1998.
- \_\_\_\_\_. As bases teóricas da História Ambiental. In: **Estudos Avançados**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 81-101, maio 2010.
- PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 2<sup>a</sup> ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Rêspel, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SANTA CRUZ, Pedro *et AL*. **Pesqueira secular: crônicas da velha cidade**. Recife: Editora Santa Cruz, 1980.
- SANTOS, Myrian S. dos. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. As figurações do discurso da história. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha História: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996, p. 169-178.

SCOTT, Perry; ZARUR, George (Orgs.). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Ed. Universitária UFPE, 2003.

SEABRA, Giovanni (Org.). **Educação ambiental no mundo globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resistência**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPE, 2011.

SETTE, Hilton. **Pesqueira: aspectos de sua geografia urbana e de suas interrelações regionais**. Tese de concurso para provimento efetivo de cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco, 1956.

SILVA, E. Os povos indígenas e o Agreste: os Xukuru do Ororubá. In, GUILLEN, I. C. M.; GRILLO, M. A. de F. (Orgs.). **Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH Pernambuco**. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2009, p.115-137.

\_\_\_\_\_, **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Campinas, UNICAMP, 2008 (Tese Doutorado em História Social).

SILVA, E. **"Os caboclos" que são índios: história indígena no Nordeste**. In: *Portal do São Francisco* (CESVASF), v. 3, p. 127-137, 2004.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Orgs.) **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2013.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SILVA, Michel Goulart da. (Org.). **Marxismo e Natureza: Ecologia, História e Política**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2010.

SOUZA, Vânia Fialho de P. e. **As fronteiras do ser Xukuru**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 1998.

VAREJÃO, Sílvio Valença (Org.). **Manual de fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins**. Recife: ADAGRO, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WORSTER, Donald. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na História. In: **Ambiente & Sociedade** - Vol. V – nº 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI – nº

1 - jan./jul. 2003.

\_\_\_\_\_. Para fazer História Ambiental. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro. Vol.4, n. 8, p. 198-215. 1991.

## **FONTES**

### **Fontes Impressas**

*A Gazeta de Pesqueira*, 1902-1972.

*A Voz de Pesqueira*, 1940 a 1970.

*Jornal Era Nova*, 1920-1930

*Jornal de Pesqueira*, 1931-1935

*Correio de Pesqueira*, 1927-1930.

*Jornal O Globo*, 2014.

### **Entrevistas**

Águeda Maria Santos, 42 anos, Pesqueira, 25/01/2015.

Expedito Miguel de Araújo (Seu Expedito), 70 anos, Região da Ribeira, Pesqueira, 25/01/2015.

Givaldo da Silda, conversas informais, Aldeia de Cimbres, Pesqueira/PE, em 23/06/2014.

Heleno Firmino da Silva (Seu Heleno), 64 anos, Pesqueira, 24/01/2015.

Hugo Lins Paixão, Pesqueira/PE, em 18/03/2014.

Ivanildo José do Nascimento (professor Ivan), 47 anos, Pesqueira, em 25/11/2014.

João Eudes Machado Tenório, pesqueira/PE, em 18/03/2014.

José Barbosa dos Santos (Vice Cacique Zé de Santa), 67 anos, Aldeia Cana Brava, Pesqueira/PE, em 14/11/2013.

José Vanderlei da Paz (Seu Dedé xukuru), Aldeia Cana Brava, Pesqueira/PE, em 14/11/2013.

Maria Celeste de Araújo (Dona Celeste), 64 anos, Região da Ribeira, Pesqueira, 25/01/2015.

Maria do Socorro da Silva Pinheiros (Dona Socorro), 67 anos, Distrito de Caldeirão, Pesqueira, 25/01/2015.

Maria Quitéria da Silva (Maria Gorda), Aldeia de Cimbres, Pesqueira/PE, em 23/06/2014.

Maria José de Andrade Lima, 70 anos, Pesqueira/PE, em 17/03/2014.

Minervino Osório (Seu Minervino) 86 anos, conversas informais, Pesqueira/PE, em 12/08/2013.

Pedro Rodrigues Bispo (Pajé Seu Zequinha), 84 anos, Pesqueira, em 18/03/2014.

**SITES:**

<http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/41961> .

Acesso em: 16/01/2015.

<http://pesqueira-emfoco.com/site/> .

Acesso em: 13/07/2014.

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home> .

Acesso em: 15/11/2014.

<https://www.embrapa.br/> .

Acesso em: 18/12/2014.

[http://penseverdeja.blogspot.com.br/2010\\_05\\_01\\_archive.html](http://penseverdeja.blogspot.com.br/2010_05_01_archive.html) .

Acesso em 21/02/2013

<http://www.mundoeducacao.com/biologia/tecido-hematopoiético.htm> Acesso

em 15/07 /2014.

[dtr2001.saude.gov.br/sas/decas/neoplas.mansia.htm](http://dtr2001.saude.gov.br/sas/decas/neoplas.mansia.htm) .

Acesso em 20/07/2014.

[www.pesqueirabr.blogspot.com](http://www.pesqueirabr.blogspot.com)

Acesso em 20 /03 /2014.

<http://www.srhe.pe.gov.br/>

Acesso em: 20/11/2014.